

Movimento Feminista em Portugal

Seminário organizado pela UMAR

5 e 6 de Dezembro de 1998
Auditório do Montepio Geral
Lisboa

Painel I – Existiu ou não movimento feminista em Portugal ?

Anne Cova – Feminismo o que é ? – uma abordagem histórica.	8
Maria José Magalhães – Feminismo de 2ª vaga – existiu ou não em Portugal ?	16
Zília Osório de Castro – Projecto: “As faces de Eva”	18

Coordenação do painel : **Sara Sarroeira**

Painel II – Feminismo / Feminismos

Manuela Tavares – Correntes do Feminismo	20
Helena Neves – Feminismos / Sexualidades	28
Maria Antónia Fiadeiro – O Feminismo tácito de Maria Lamas - o certame da obra feminina antiga e moderna, em 1930, no Modas.	33
Madalena Barbosa – A criação de um mito	36
Alexandra Dourado – Feminismo da diferença e feminismo da igualdade	40

Coordenação do painel : **Teresa Almeida**

Painel III – Os feminismos e a luta pela legalização do aborto

Maria Antónia Palla – O direito a ser ... simplesmente mulher: para uma sociedade paritária	43
Helena Roseta – Do 25 de Abril à democracia institucionalizada – a visibilidade das mulheres	45
Maria Teresa Horta – O que é ser feminista hoje ?	50
Helena Lopes da Silva – A luta pela legalização do aborto	52
Helena Pinto – Dos anos 70 aos anos 90 – aborto, uma luta ainda actual	54
Luisa Amorim – A experiência das mulheres na luta pela legalização do aborto	56

Coordenação do painel : **Ana Sara Brito**

Painel IV – Feminismo actual. A institucionalização ?

Célia Valente – Movimento feminista em Portugal e a sua relação com o Estado	59
Teresa Pizarro Beleza – Da igualdade ao Direito das mulheres	72
Lígia Amâncio – O feminismo português no final do séc. XX – um olhar sobre o passado ausente e a promessa do futuro	75
Dulce Rebelo – O papel das ONGs do Conselho Consultivo da CIDM	81
Almerinda Bento – Feminismo – o espaço para além da institucionalização	83
Conceição Nogueira – Mulheres em posição de poder, regulação ou resistência?	85
Judith Manyá – O papel das ONGs de Mulheres – Conferências do Cairo e Pequim	97

Coordenação do painel : **Teresa Joaquim**

Movimento Feminista em Portugal - o primeiro debate -

Durante dois dias, cerca de 200 pessoas participaram no seminário sobre “Movimento Feminista em Portugal”, reconhecendo a oportunidade e importância deste espaço de debate criado pela UMAR.

Pela primeira vez, mulheres do meio académico e militantes feministas de várias áreas políticas de esquerda debateram o feminismo, demonstrando a actualidade do tema e o interesse que o mesmo despertou numa assembleia marcada pela presença de muitos(as) jovens.

Na abertura, Helena Pinto, presidente da UMAR, colocou a seguinte interrogação: *“Que interesse terá debater este tema, quando a igualdade de oportunidades está na lei e na boca de muita gente, quando já se fala em paridade e quando se diz que a perspectiva do género é para aplicar a todas as políticas? Será que o feminismo é ainda necessário?”*. A procura de respostas para esta e outras questões marcou o debate.

O QUE É SER FEMINISTA HOJE ?

Foi este o tema da comunicação da escritora Maria Teresa Horta. Reportando-nos a algumas das suas palavras : *“Há quem defenda que já não existem razões para o feminismo! ... Nos EUA, em cada segundo, uma mulher é espancada. Em cada minuto, uma mulher é violada....Será possível esquecer as violações das mulheres na guerra da Bósnia e ignorar o que se passa na Argélia? E a ablação do clitóris, diariamente praticada e que todos calam, e até aceitam, sob o pretexto da tradição e da cultura? Em Portugal, as mulheres são mais livres sexualmente? O pior são as humilhações quotidianas, neste tempo de paz podre... As mulheres são mais do que os homens nas universidades? Pois são, felizmente, mas onde estão os cargos compatíveis com os diplomas?”*

Outras intervenientes trouxeram para o presente reflexões sobre o passado. Madalena Barbosa procurou repor a verdade histórica dos acontecimentos ocorridos durante a manifestação do Movimento de Libertação das Mulheres no Parque Eduardo VII, em Janeiro de 1975, com uma comunicação baseada em artigos dos jornais da época. Helena Neves caracterizou o discurso sobre a sexualidade feminina, construído ao longo dos tempos como a negação do direito ao prazer, destacando que só nos anos 70 as mulheres assumiram um discurso próprio sobre a sexualidade. No entanto, em Portugal, poucas foram as organizações que, mesmo após o 25 de Abril, conseguiram romper com o conservadorismo de uma sociedade onde as questões sexuais eram tabu.

AS CORRENTES DO FEMINISMO

Diversas intervenções provaram que não há um “pensamento único” sobre o feminismo e que este se expressa através de várias correntes.

Anne Cova, historiadora e investigadora da Universidade Aberta, fez uma abordagem histórica do conceito de feminismo e das correntes existentes no passado.

Manuela Tavares, baseando-se na sua dissertação de mestrado¹, defendeu a existência de três correntes do feminismo, em Portugal, nos anos 70 e 80: - as correntes radical, socialista/marxista e liberal. Caracterizando cada corrente e as suas limitações próprias, expressou a necessidade de “*afirmar um feminismo comprometido socialmente, que saiba ser contra poder e voz incómoda, que saiba disputar visibilidade pública e que se demarque das estratégias individualistas do feminismo liberal*”.

Alexandra Dourado, psicóloga e membro da comissão organizadora do seminário, falou do feminismo da diferença e da igualdade, posicionando-se a favor deste último. Recusando o determinismo biológico na explicação da opressão das mulheres, procurou demonstrar de que forma o feminismo da diferença pode servir as políticas neoliberais em curso.

Maria José Magalhães, Mestre em Ciências da Educação, centrou a sua comunicação na defesa da existência de um movimento feminista em Portugal nos anos 70 e 80. Considerou que o feminismo se traduz por um movimento social para a mudança económica, social, política e cultural da sociedade, em contraposição com a perspectiva de Tournaine (1985) de que o feminismo é apenas um movimento cultural.² Falou da diversidade de organizações de mulheres que existiram nas décadas de 70 e 80 em Portugal, das suas acções e publicações, apesar das dificuldades em dar visibilidade a essa intervenção.

FEMINISMO - O ESPAÇO PARA ALÉM DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Foi este o título da intervenção de Almerinda Bento, que, como representante do Departamento de Mulheres da UDP no Conselho Consultivo da CIDM, procurou fazer uma análise crítica do funcionamento daquele órgão e da sua representatividade junto das mulheres portuguesas. Falou ainda do discurso oficial sobre a igualdade, que tem servido a governos neoliberais para discriminar mais as mulheres.

Célia Valiente, da Universidade de Madrid, referiu o estudo por ela realizado em Portugal, que concluía por um bom relacionamento entre as ONGs de mulheres do Conselho Consultivo da CIDM e o Estado, ao contrário do que acontecia noutros países. Judith Manyá, militante de uma terceira vaga do feminismo, como ela própria se autodesignou, traçou a evolução histórica das ONGs a nível geral e levantou a questão da instrumentalização das ONGs por parte dos governos.

Lígia Amâncio, professora e investigadora no ISCTE, numa interessante comunicação sobre *O feminismo português no final do século XX. Um olhar sobre o passado ausente e a promessa de futuro*, apontou alguns dos obstáculos à emergência de um feminismo português nos anos 70: o isolamento intelectual, o fechamento do país, a ausência de debate. Questionou ainda a dependência dos movimentos de mulheres em relação aos partidos e ao Estado, assim como a marca das instituições na agenda política das ONGs. Valorizou ainda o despertar dos meios académicos para os estudos sobre as mulheres, para o debate sobre as questões do feminismo e para a maior ligação da Universidade à sociedade.

AVANÇOS NOS MEIOS ACADÉMICOS

A comunicação escrita de Teresa Pizarro Beleza: *Da igualdade ao Direito das Mulheres* fez realçar o avanço que representa a introdução da cadeira de Direito das Mulheres na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Conquista recente em Portugal, esta é, contudo, uma prática já corrente em muitas universidades estrangeiras.

¹ *Movimentos de Mulheres em Portugal – décadas de 70 e 80*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.

² *Movimento Feminista e Educação, Portugal décadas de 70 e 80*, Celta Editora, 1998.

A divulgação do projecto “As três faces de Eva” por parte de Zília Osório de Castro, professora na Universidade Nova de Lisboa, suscitou muito interesse. Envolvendo 12 investigadoras(es), este projecto, que surgiu em 1997, pretende tornar visível o papel das mulheres na História. A edição de uma revista universitária sobre o tema e de um Dicionário do Feminino, assim como um colóquio internacional sobre Leonor da Fonseca Pimentel³, são algumas das iniciativas deste projecto.

Ainda como contributo importante, há a registar a comunicação de Conceição Nogueira, da Universidade do Minho, baseada na sua tese de doutoramento⁴, sobre a forma como as mulheres em posição de poder constroem o discurso da igualdade e fazem a gestão da sua vida pública e privada. Concluindo pelo maior peso de um discurso de regulação com suporte em formas individuais de obtenção de “sucesso”, Conceição Nogueira levantou a interrogação se, desta forma, o acesso das mulheres a órgãos de poder poderá ser garantia de transformações. De igual modo, no painel do dia anterior, Helena Roseta, deputada do PS, tinha orientado a sua intervenção para questionar o tipo e o modelo de poder, não bastando falar-se de Paridade. Helena Roseta também se congratulou pela “legitimação universitária” dos temas do feminismo, que começa a ser feita nos dias de hoje.

OS FEMINISMOS E A LUTA PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO

Painel bastante polémico, ainda ensombrado pelos resultados do referendo sobre a despenalização do aborto, permitiu uma reflexão sobre o envolvimento de diversas organizações na luta pela despenalização do aborto nos anos 70 e 80, através das intervenções de Helena Lopes da Silva, do grupo de mulheres do PSR, de Luisa Amorim, do MDM e de Helena Pinto, da UMAR. A intervenção escrita da jornalista Maria Antónia Palla merece uma referência, pela acutilância colocada no balanço que fez do referendo sobre a despenalização do aborto: *“Quanto ao aborto legal, ele é permanentemente negado como direito da mulher por um poder político predominantemente masculino, instalado num reduto de que não pretende ser desalojado....Tal como no passado com as sufragistas, sobre os defensores da legalização do aborto choveram calúnias e injúrias. O mais doloroso porém foi o desrespeito e o abandono a que fomos votadas por aqueles em quem muitas de nós confiavam, e aqui destaco, em primeiro lugar, os responsáveis do Partido Socialista, que não ousaram combater a vontade do seu líder,...”*. Maria Antónia Palla realçou, ainda, os caminhos para o futuro, que passam por uma maior participação das mulheres na sociedade e no poder político.

Reconhecendo que, nos dois últimos anos, o debate sobre um tema considerado tabu contribuiu para uma evolução positiva nas mentalidades, Helena Pinto sublinhou a importância do recurso ao aborto ser cada vez mais encarado como uma decisão das mulheres.

MARIA LAMAS, UMA REFERÊNCIA HISTÓRICA

Maria Antónia Fiadeiro, jornalista e Mestra em Estudos sobre as Mulheres, deu um importante contributo histórico a este seminário. Baseando-se na sua dissertação *Maria Lamas(1893-1983), uma mulher jornalista- Tentativa e Tentação biográfica*, falou da realização do *“Certame da obra feminina antiga e moderna”*, promovido pela revista Modas e Bordados, sob a direcção de Maria Lamas. Considerou ainda que o livro *Mulheres do meu País*, silenciado e perseguido como a sua autora, permanece ausente das bibliotecas portuguesas e não conheceu, passados 50 anos, nenhuma reedição. Esta intervenção levou a autarca Ana Sara Brito a propor que a UMAR desenvolva todos os esforços para conseguir

³ De ascendência portuguesa, envolveu-se nas lutas liberais dos finais do séc. XVIII, editou um jornal e morreu enforcada em Nápoles.

⁴ *Um novo olhar sobre as relações sociais de género-perspectiva crítica na Psicologia Social*, 1997.

apoios, junto do pelouro da cultura da Câmara Municipal de Lisboa e de outras entidades, para a reedição desta notável obra de Maria Lamas.

Este seminário constituiu um marco da história mais recente do feminismo em Portugal e abriu espaço para novas iniciativas sobre o tema.

Lisboa, 5 e 6 de Dezembro de 1998

Manuela Tavares
Mestra em Estudos sobre as Mulheres
Membro da comissão organizadora do seminário

Intervenção de Abertura

Helena Pinto¹

Em nome da UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta, tenho o prazer de abrir os trabalhos deste seminário, cujo tema genérico é “O Movimento Feminista em Portugal”. Foi para nós muito grato e muito importante organizar este seminário, onde poderemos começar a debater temas que nos interessam, às associações e às mulheres. Que interesse e que importância terá debater este tema, quando estamos quase a entrar no século XXI? Quando a igualdade de oportunidades está na lei e na boca de muita gente? Quando já se fala em paridade e quando se diz que a perspectiva de género é para aplicar a todas as políticas? Que interesse tem lançarmos um olhar reflexivo e crítico sobre o passado e analisar a participação das mulheres? Que efeito terá isso para os dias de hoje? Será que o feminismo é mesmo e ainda necessário? Será que nos reclamamos do feminismo? Estas e muitas outras questões estarão decerto, hoje e amanhã, aqui em debate.

Para a UMAR, estas e outras questões continuam a ter interesse, importância e actualidade. Por isso, promovemos este seminário, que queremos seja um início e não um fim em si. Juntar mulheres que reflectiram e estudaram esta temática, confrontar ideias e também experiências para actualizar a nossa luta e a nossa causa, a causa das mulheres, dos seus direitos e da sua afirmação social, profissional e política. Quando pensamos em mulheres, temos que pensar em todas as mulheres portuguesas, perceber que algumas delas deram saltos enormes em frente, que outras estão a conquistar sectores fundamentais da sociedade, como, por exemplo, a universidade; mas teremos que pensar na grande maioria de mulheres que continua a ser discriminada no salário, que tem toda a carga familiar em cima de si, nas mulheres sozinhas, com filhos, que aumentam cada dia no nosso país, nas mulheres vítimas de violência, nas mulheres desempregadas, sem escolaridade, sem saída. Teremos que pensar que existem direitos que ainda são negados a muitas mulheres. Que, embora se tenha lutado, não conseguimos ainda alcançar a despenalização do aborto. O referendo, realizado em Junho passado, teve os resultados que todas conhecemos, os quais não podem deixar de ser, também, objecto da nossa reflexão.

Para a UMAR, o feminismo tem razão de ser, tem base objectiva para se afirmar. Há que torná-lo uma causa de cada vez mais mulheres, fazendo com que estas acreditem que é possível conquistar a igualdade, que é possível mudar o rumo das nossas vidas. Por acaso, coincidiram no tempo várias realizações sobre o feminismo. Será mero fruto do acaso, ou será que este tema começa a preocupar e a mobilizar sectores da nossa sociedade?

Quero saudar todas aquelas que se disponibilizaram a participar neste seminário, mulheres de diferentes origens, de vários sectores políticos que se juntam para debater um tema comum: militantes socialistas, comunistas, da UDP, do PSR, mulheres sem partido, democratas e lutadoras juntam-se hoje aqui. Esta é também uma garantia, não só da diversidade de ideias e de opiniões, mas de enriquecimento do debate. Não posso terminar sem, igualmente, referir o grupo de trabalho que preparou e organizou este seminário. Foi incansável e deu o seu melhor. O resultado do seu trabalho já está à vista hoje e amanhã, ao fim do dia, ainda o veremos melhor. Um agradecimento especial a todas as instituições que apoiaram esta realização: a Câmara Municipal de Lisboa, o Pelouro da Cultura, o Montepio Geral, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a Junta de Freguesia da Encarnação/Bairro Alto. Resta-me agradecer, mais uma vez, a presença e a disponibilidade das oradoras, assim como de todas vós e desejar-vos um óptimo trabalho, na certeza de que os nossos encontros não terminarão aqui, continuarão em outros debates e em outras lutas. Muito obrigada.

¹ Presidente da UMAR

O que é o feminismo ? Uma abordagem histórica¹

Anne Cova²

Toda a reflexão sobre o feminismo tem por obrigação começar por tentar delinear os contornos dessa noção. Se o(a)s historiador(a)s das mulheres são frequentemente levado(a)s a cruzar-se com o feminismo, isso não significa que a história das mulheres se reduz à história do feminismo. Com efeito, a história das mulheres é muito mais vasta do que a história dos movimentos feministas, não se podendo esquecer que estes últimos, dos anos sessenta e setenta —consoante os países em que ocorreram— se encontram na origem das interrogações sobre a história das mulheres. A fim de se fugir a qualquer anacronismo, é necessário evitar recorrer a critérios feministas actuais para a análise do passado.

Abordar a noção de feminismo numa perspectiva histórica implica o questionar sobre a origem do termo. Ádua tarefa, tanto quanto são fluidos os contornos desse conceito. Daí a necessidade que sentiram alguns contemporâneos da Terceira República francesa (1870-1940) de acrescentar ao termo feminismo diversos adjectivos. As historiadoras das mulheres foram, igualmente, levadas a associar adjectivos ao termo feminismo, a fim de proceder a uma clarificação conceptual e de estabelecer comparações. Neste domínio, o debate historiográfico é particularmente rico nos Estados-Unidos.

I - O nascimento do termo «feminismo»

A invenção do termo «feminismo» é atribuída abusivamente, em diversos dicionários do século XIX e até hoje, ao utopista Charles Fourier (1772-1837), por volta de 1830. É verdade que inúmeras feministas francesas da Terceira República francesa viam em Charles Fourier um precursor do feminismo. Outros eram os que, juntamente com ele, disputavam esse título: o Marquês de Condorcet (1743-1794) e Léon Richer (1824-1911) são personalidades emblemáticas para as feministas. Este último é o fundador, em 1882, da *Ligue française pour le droit des femmes*, com a finalidade de obter a igualdade entre os dois sexos. O Marquês de Condorcet, filósofo do Século das Luzes e da *Déclaration des droits de l'homme et du citoyen*, é um fervoroso partidário do voto das mulheres. É considerado por muitas feministas da Terceira República Francesa «o pai do feminismo». Um mês antes do deflagrar da I Guerra Mundial, a 5 de Julho de 1914, teve lugar, junto à estátua de Condorcet, em Paris, uma grande manifestação sufragista feminista, que reuniu seis mil pessoas, marcando a consagração do movimento. A escolha simbólica da estátua de Condorcet para local de encontro não foi ao acaso e reflecte o desejo das feministas de honrar uma personalidade consensual e de expor publicamente a sua aspiração a um movimento misto.

Na realidade, o nascimento do termo «feminismo», na sua acepção moderna, é posterior aos anos trinta, visto que remonta a 1872. Nessa data, Alexandre Dumas-filho (1824-1884), filho natural do célebre escritor Alexandre Dumas, emprega a palavra feminismo como adjectivo numa obra intitulada *L'Homme-femme*. A investigadora e filósofa Geneviève Fraisse encontrou o termo numa tese de medicina, publicada em 1871, com o título *Du féminisme et de l'infantilisme chez les tuberculeux*, e salienta que em medicina o termo significa feminização do sujeito masculino³.

¹ Uma versão mais desenvolvida deste artigo já foi publicada sob o título "O conceito de feminismo numa perspectiva histórica", in Maria Beatriz Nizza da Silva, Anne Cova (Orgs.), *Estudos sobre as Mulheres*, Lisboa, Universidade Aberta, Colecção de Estudos Pós-Graduados, 1998, pp. 157-176.

² Professora e Investigadora - CEMRI, Universidade Aberta

³ Geneviève Fraisse, *Muse de la raison. La démocratie exclusive et la différence des sexes*, Aix-en-Provence, Alinéa, 1989. Ver também Geneviève Fraisse, «Droit naturel et question de l'origine dans la pensée féministe au XIX^e siècle», in *Stratégies des femmes*, Paris, Tierce, 1984, pp. 375-390.

O termo «feminismo» surge, assim, em França, entre os anos 1870-1880 e propagou-se a outros países no virar do século. Em 1882, Hubertine Auclert —conhecida como sendo a primeira sufragista, nasceu, por ironia do destino, no ano da criação do sufrágio universal masculino (1848), em França— proclama-se publicamente feminista. Dez anos depois, ocorre em Paris o primeiro congresso reivindicando, em França, a etiqueta de feminista.

Antes de os movimentos feministas se organizarem, existiram, desde sempre, actos feministas isolados. É assim que, embora o termo não fizesse parte da linguagem corrente, Olympe de Gouges publica, em 1791, uma *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*, em 17 artigos, sobre o modelo da *Déclaration des droits de l'homme et du citoyen*. Parafraçando o artigo primeiro do preâmbulo da Constituição («*les hommes naissent et demeurent libres et égaux en droit*»), ela alarga o seu âmbito, a fim de conseguir atribuir às mulheres a qualidade de cidadãs : «*La femme naît libre et demeure égale à l'homme en droits*», (artigo 1º). No seu artigo 10º, enuncia uma frase inúmeras vezes citada posteriormente : «*A mulher tem o direito de subir ao cadafalso, ela deve ter igualmente o direito de subir à tribuna*». Por ironia do destino, Olympe de Gouges encontra a morte na guilhotina. Além deste gesto isolado de feminismo, não existe qualquer outro texto doutrinal fundador que constitua uma referência incontornável para as feministas. Como consequência, o feminismo oferece, desde os seus princípios, múltiplas facetas.

II - As feministas

O emprego da expressão «o feminismo» esconde um mosaico de situações diferentes, muito afastadas de um conjunto homogéneo e a aparente comunhão de ideologias sob a bandeira do feminismo esconde a variedade de feminismos. É necessário, também, não esquecer os homens feministas, mesmo que sejam minoritários entre as feministas.

No decurso dos anos e à medida que o feminismo se torna um movimento (no fim do século XVIII - inícios do Segundo Império, em França), várias são as definições de feminismo dadas por diferentes autoras. Cada vez mais, a fim de remediar a imprecisão do termo, lhe são associados adjectivos: burguês, socialista, livre-pensador, cristão, moderado, integral, pacifista, etc. Alguns destes termos possuem conotações pejorativas. É o caso do feminismo burguês, noção inventada, antes da I Guerra Mundial, por mulheres socialistas, tendo em vista o descrédito de um movimento que as poderia colocar na sombra⁴. As relações são turbulentas entre esses dois «ismo», que são o socialismo e o feminismo: as socialistas recriminam as feministas, em particular, por não dispensarem atenção suficiente ao mundo do trabalho, acusação errónea.

As feministas da Terceira República francesa ressentem-se, frequentemente, da necessidade, dada a multiplicidade dos grupos —durante o período de 1868-1914, existem uma centena de associações de mulheres em França e, entre as duas guerras, mais de 140 associações de mulheres são recenseadas— de acrescentar um adjectivo ao termo feminismo, quer se tratasse de tranquilizar ou, pelo contrário, de demonstrar o seu radicalismo. Assim, pelos escritos das feministas da Terceira República, deparamo-nos, a cada momento, com termos como: feminismo «*esclarecido*», «*sorridente*», «*integral*».

Ostentar um «*feminismo esclarecido e sorridente*⁵» é o desejo de um grupo de feministas fundado em Paris, em 1920 - a *Union nationale pour le vote des femmes* (UNVF). A UNVF afirma-se inspirada por «*um feminismo moderado, comedido, francês*⁶»; é como que uma demarcação das agitadas manifestações das sufragistas inglesas, para que a confusão não se instalasse nos espíritos da época : «*Repudiando desde o início a atitude reivindicadora das*

⁴ Françoise Picq, «"Le féminisme bourgeois" : une théorie élaborée par les femmes socialistes avant la guerre de 14», in *Stratégies...op. cit.*, pp. 391-406.

⁵ Suzanne Desternes, «Trente ans d'efforts au service de la cause féminine», *UNF*, 1^{er} juillet 1959, n° 69, p. 18.

⁶ Arquivo privado de Mariel Brunhes-Delamarre, L'UNVF, texte dactylographié, s.l.n.d.

*suffragistas, a UNVF [...] dá ao feminismo uma nova imagem*⁷». Segue uma estratégia puramente reformista : «*Os métodos estrangeiros não poderiam ser bem sucedidos em França. A UNVF adoptou métodos conformes ao espírito francês. Nada de manifestações violentas, nada de reivindicações agressivas. Demonstrações ponderadas, uma acção baseada em argumentos razoáveis, uma propaganda que se dirige ao bom senso e não às paixões*»⁸. Edmée de La Rochefoucauld (1895-1991), Vice-presidente do grupo em 1928, recorda que nos congressos «*Nós tínhamos sempre um homem que presidia*»⁹, dessa forma os homens presidem e as mulheres são as oradoras, demonstrando perfeitamente bem a procura de respeitabilidade através dos apoios masculinos. O apego às honras traduz, igualmente, a necessidade de ser reconhecida ; pelo que, assim que uma feminista recebia a *Légion d'honneur*, os jornais feministas não deixavam de o assinalar. De resto, a *Union des françaises décorées de la Légion d'honneur* é fundada, em 1938, por feministas.

Se a maioria das feministas francesas da Terceira República Francesa é reformista, uma minoria é radical. Pertencentes a esta última corrente são as duas célebres feministas, que não deixam de se assumir como feministas integrais e que consagraram a sua vida à defesa da livre maternidade: Nelly Roussel (1878-1922) e Madeleine Pelletier (1874-1939). Definindo-se, acima de tudo, como feminista integral, Nelly Roussel reclama a emancipação intelectual, económica, jurídica, social, política, religiosa e sexual das mulheres. Define o feminismo como «*a doutrina da equivalência natural e da igualdade social dos sexos*»¹⁰. Madeleine Pelletier assume o seu feminismo como sendo fundado na razão, que opõe ao sentimento e à paixão. Privilegia a acção e reclama, em primeiro lugar, a obtenção do direito de voto para as mulheres. No decorrer do Inverno de 1907-1908, cria uma revista mensal, cujo nome é relevante, *La Suffragiste*. Alguns meses depois, por ocasião das eleições municipais de 1908, parte os vidros de uma sala de voto. Ainda que considerando o uso da violência útil em determinados casos, Madeleine Pelletier, após esta acção, pela qual é condenada a pagar uma multa insignificante, não voltaria mais a recorrer à violência. Além do mais, as feministas francesas da Terceira República, mesmo as mais radicais, recorrem pouquíssimo a essas manifestações violentas. A maioria reformista do movimento feminista francês prefere agir de um modo moderado e a sua tática é agir por etapas e sem ondas.

A maioria das feministas pretende transmitir uma imagem de um feminismo respeitável. Com esse fim, o movimento feminista oferece uma imagem de confiança dos seus membros, promovendo a ideia de que muitos de entre eles são mulheres casadas e mães de família, com o intuito de mostrar, perante os seus críticos, que é possível conciliar um compromisso de militância com os «*deveres familiares*», ser uma mãe admirável e, simultaneamente, uma feminista. O semanário *La Française*, organismo da *Union française pour le suffrage des femmes* (UFSF) —grupo feminista fundado em 1909, cuja principal reivindicação é a obtenção do direito de voto e que totaliza, nas vésperas da I Guerra Mundial, cerca de 9 000 membros, enquanto que o *Conseil national des femmes françaises* (CNFF) junta aproximadamente, nessa data, 150 000 pessoas— não pára de apresentar as suas militantes como as «*melhores mães de família*» e de distribuir votos de encorajamento, na medida em que são elas quem traz as crianças ao mundo. Deste ponto de vista, a leitura das colunas necrológicas dos jornais feministas sobre as grandes figuras do movimento é instrutiva. A imagem que é valorizada é, frequentemente, a da mulher que consegue conciliar a sua militância feminista com a maternidade. A maternidade como meio de aceder à respeitabilidade difunde-se pelas feministas, talvez por, também, as imagens veiculadas serem quase sempre as de mulheres amargas e celibatárias contra a sua vontade. O movimento feminista pretende mostrar aos seus críticos que as feministas não correspondem ao cliché de mulher que não sabe governar o lar : «*Quando uma das nossas [...] lhes diz que entre nós se*

⁷ Suzanne Desternes, «Trente ans d'efforts... art. cit.», p. 9.

⁸ *Ibid.* p. 9.

⁹ Entrevista com Edmée de La Rochefoucauld, 02-09-1991.

¹⁰ Nelly Roussel, «Qu'est-ce que le "féminisme" ?», *La Femme affranchie*, septembre 1904, n° 2. Nelly Roussel, «Qu'est-ce que le féminisme ? », *Le Petit Almanach féministe illustré*, 1906.

encontram mães de família que não abandonaram de modo algum os seus lares, mulheres cujo interior é mais agradável que o da maioria das mulheres do mundo, a sua surpresa mistura-se com um pouco de incredulidade¹¹». Atormentadas pelas inúmeras críticas, a maioria das reformistas procura sempre mostrar que feminismo e feminilidade não são antinómicos: «O feminismo não destrói a feminilidade, completa-a¹²».

Essa vontade da maioria das feministas da Terceira República Francesa de oferecer uma imagem tranquilizadora dos seus membros é visível nos títulos dos jornais feministas. Poucos jornais ousam empregar a palavra feminismo ou feminista nos seus títulos: preferem títulos como *La Française* (fundado em 1906); *La Fronde* (jornal diário de 1897 a 1903, mensal de 1903 a 1905, é o primeiro a ser inteiramente dirigido, administrado e composto por mulheres) ; *L'Union nationale des femmes. Défense des intérêts féminins, familiaux et professionnels* (jornal mensal da UNVF, fundado em 1927), etc. Isto verifica-se também em Portugal, durante a mesma época : *A Voz feminina*, *Alma feminina* e *Portugal feminino*¹³. A primeira associação de mulheres portuguesas a reivindicar a etiqueta de feminista foi a *Associação de Propaganda feminista*, fundada em 1911¹⁴. O que leva a interrogarmo-nos sobre a dificuldade para as mulheres de empregarem a palavra feminismo, porque é mal conotada e, segundo a sua opinião, desacredita-as.

À ideia de que a «intelectualização» das mulheres é a causa directa do decréscimo da natalidade e que a sua sede de conhecimento as desvia do seu «dever» de maternidade, a resposta dada pelas feministas, com frequência, é que não são nem as mais inteligentes, nem as mais emancipadas que não procriam mais, é o «egoísmo» o grande responsável, e o termo surge como um *leitmotiv* no seio do movimento feminista. Egoísmo, sobretudo, do homem, que recusa o casamento, enquanto a mulher, ela, é celibatária contra a sua vontade. Esta ideia é difundida por várias feministas, que acusam os homens de serem os responsáveis pela baixa da nupcialidade: «O homem não se casa porque não quer, a mulher porque não encontra quem queira¹⁵». No final do século XIX, no campo, «a taxa de celibato aumenta, enquanto que, nas grandes cidades, o número de mulheres jovens (dos vinte aos trinta e nove anos) é superior em 20% ao dos homens¹⁶». A condição miserável das mães solteiras é prova, segundo as feministas, do egoísmo desmedido dos homens. As mães solteiras são, frequentemente, descritas pelas feministas como as «mártires do dever da maternidade¹⁷». Situam-se no fim da escala; criadas ou operárias, são alvo de reprovação permanente, em nome da preservação da moral. O que lhes cabe: a desonra, o desprezo e a solidão. O opróbrio com que cobrem as mães solteiras não é de modo algum surpreendente, ao saber-se do desdém que sofre a «rapariga velha». O emprego do termo «rapariga velha» é, ele próprio, esclarecedor, pois era de uso corrente, nessa época, para qualificar uma mulher celibatária. Ser mãe solteira é acumular a desonra e o celibato. As feministas não param de exigir que «a designação insultuosa de "mãe solteira", que é uma grosseria e um contra-senso», seja suprimida¹⁸. As feministas não deixam de defender, em todos os seus congressos, as mães solteiras.

Durante a Terceira República, o «despovoamento» é uma preocupação nacional, sobretudo após a derrota de 1870-1871 contra a Alemanha. Os medos e os movimentos que

¹¹ Maria Martin, «En province», *Le Journal des femmes*, septembre-octobre 1896, n° 57.

¹² M.L-B., «Maximes et pensées aux femmes et sur la femme», *La Française*, 29 mars 1930.

¹³ Rosmarie Wank Nolasco Lamas, *Mulheres para além do seu tempo*, Lisboa, Bertrand, 1995. João Gomes Esteves, *A Liga Republicana das mulheres portuguesas. Uma organização política e feminista, 1909-1919*, Lisboa, CIDM, 1991.

¹⁴ João Esteves, *As origens do sufrágio português. A Primeira Organização Sufragista Portuguesa : A Associação de Propaganda feminista (1911-1918)*, Lisboa, Bizâncio, 1998.

¹⁵ Clotilde Dissard «La Femme et la question sociale. Féminisme et natalité», *La Revue féministe*, 20 novembre 1895, n° 4, p. 181.

¹⁶ Michelle Perrot, «Sair», in Georges Duby, Michelle Perrot (Sob a direcção de), *História das Mulheres...op. cit.*, vol. 4 : *O Século XIX*, p. 518.

¹⁷ O. Gévin-Cassal, «La Tribune. Filles mères», *La Fronde*, 28 janvier 1898.

¹⁸ Daniel Lesueur, «Les Mères», *La Fronde*, 17 juin 1898.

geram o «despovoamento» são múltiplos; o da degeneração e da decadência da raça é extremamente difundido. Entre as causas da degeneração figura o feminismo. A crise demográfica que a França conhece, quando comparada com a sua situação no Antigo Regime, em que era o país mais povoado da Europa, advém essencialmente do decréscimo do número de nascimentos. A fecundidade baixa e a França surge como o primeiro país Malthusiano da Europa. A partir desse momento, trazer uma criança ao mundo torna-se um verdadeiro desafio. Tidas como responsáveis pelo «despovoamento» —considerado como um «perigo nacional» durante toda a Terceira República— pelos natalistas, as mães solteiras são acusadas de praticar abortos, infanticídios e do abandono dos seus filhos. E os «repovoadores» associam o decréscimo da população a estas três «calamidades». O movimento feminista não procura refutar essas teses, pretendendo, porém, imputar a responsabilidade ao homem, que renuncia à paternidade e aos legisladores, que deixam as mães solteiras desamparadas. O homem é, portanto, o grande responsável pela situação dramática das mães solteiras. O termo «frouxo» é, com frequência, empregue pelas feministas para qualificar a sua atitude. Os *faits-divers* abundam nos jornais feministas, com o objectivo de denunciar o egoísmo do homem que abandona a mulher sem recursos. Exigida pelos congressos feministas, a *recherche en paternité* (investigação de paternidade), proibida pelo código Napoleónico de 1804, é alvo de numerosos artigos de jornais feministas.

As reacções anti-feministas assumem diversas formas, atacando as pessoas e as ideias que estas defendem¹⁹. Por ocasião de um congresso feminista internacional que decorreu em Paris, em 1896, o *Le Temps*, um diário tido por moderado, demonstra hostilidade nos retratos que faz das feministas. Descreve uma militante feminista, Paule Minck, como sendo «sombria, seca e curta, assemelhando-se ao encarquilhamento das velhotas»; uma outra, Eliska Vincent, como «uma morena e opulenta pessoa, de lábios sombreados por uma penugem abundante²⁰». O anti-feminismo atinge a sua plenitude, pelo menos no domínio literário, assim o ilustra o sucesso de Théodore Joran, o qual vê o seu panfleto, intitulado *Le Mensonge du féminisme* (1905), premiado pela *Académie Française*. Na arte, o manifesto futurista de 1909 declara abertamente o desejo de combater o feminismo.

Os propósitos anti-semitas são, igualmente, moeda corrente contra as feministas. Uma delas, Cécile Brunschvicg (1877-1946), sub-secretária de Estado no governo da Frente Popular de 1936, por diversas vezes foi vítima desse tipo de actos²¹.

O anti-feminismo é difuso, ele não atinge apenas os bastiões masculinos, como a política. Nesta perspectiva, a UNVF considera o Senado uma verdadeira «*fortaleza dos anti-feministas*²²», que permanece inexpugnável a propósito da obtenção do direito de voto, que as francesas só obterão em 1944.

Dois noções fundamentais estão na essência das definições que se perfilam ao longo dos anos sobre o feminismo: a igualdade e a diferença.

III - Igualdade-diferença: dois conceitos chave

Demonstrar a importância do movimento feminista como um questionar essencial e como movimento social durante a Terceira República já não está em causa²³. Ao contrário, é

¹⁹ Christine Bard (sous la direction de), *Un siècle d'antiféminisme*, Paris, Fayard, 1999.

²⁰ «Le Congrès féministe», *Le Temps*, 10 avril 1896.

²¹ Anne Cova, «Cécile Brunschvicg (1877-1946) et la protection de la maternité», *Actes du 113e congrès national des sociétés savantes*, Paris, Association pour l'étude de l'histoire de la Sécurité sociale, 1989, pp. 75-104.

²² Arquivo privado de Mariel Brunhes-Delamarre, Manuscrit de l'assemblée générale pour l'UNVF du 18 décembre 1928.

²³ Numerosos trabalhos já o sublinharam: Maïté Albistur, Daniel Armogathe, *Histoire du féminisme français du moyen Age à nos jours*, Paris, Editions des femmes, 1977. Christine Bard, *Les Filles de Marianne. Histoire des féminismes, 1914-1940*, Paris, Fayard, 1995. Patrick Kay Bidelman, *Pariahs Stand up! The Founding of the Liberal Feminist Movement in France, 1858-1889*, Westport, Greenwood Press, 1982. Richard J. Evans, *The Feminists. Women's Emancipation Movements in Europe, America and Australia 1840-1920*, London, Croom

importante tomar parte no debate acerca da categorização que atravessa a historiografia do feminismo.

Os recentes trabalhos sobre o feminismo em França, na Terceira República, definem três categorias de feministas: as radicais, que acentuam a igualdade em todos os domínios; as reformistas, que se concentram em determinados objectivos e adoptam uma atitude de pequenos avanços; e as moderadas, que reivindicam o direito de voto para as mulheres, insistindo sobre a defesa da família. Estas definições merecerão nuances e se, por um lado, são simplificadoras, por outro, são úteis aos historiadores. Assim, investigadores franceses adoptaram uma definição flexível de feminismo e sublinharam a estreita ligação entre as reivindicações igualitárias e as aspirações identitárias. Segundo este prisma, o feminismo é definido, com justa razão, «*como uma tomada de consciência individual ou colectiva da opressão específica das mulheres, acompanhada da vontade de instaurar a igualdade dos sexos em determinados ou em todos os domínios, a médio ou a longo prazo*²⁴». Desta maneira, a reivindicação de igualdade aparece como um critério fundamental. Uma questão que vem imediatamente ao espírito é que, se o feminismo se define pela procura da igualdade, por exemplo, na maternidade — especificidade feminina, se ela existe — é a diferença que é posta em causa? Se a procura da igualdade constitui, efectivamente, um objectivo importante, uma definição completa do feminismo deve também levar em conta os aspectos de identidade, a fim de «*pôr as reivindicações em relação com as condições políticas, económicas, sociais, culturais da sua enunciação*²⁵». Deste modo, as reivindicações igualitárias e as aspirações a uma identidade estão inter-relacionadas numa definição flexível de feminismo, considerado como um movimento, simultaneamente, político, social e cultural.

A teoria da igualdade na diferença, dito de outra maneira, o direito de serem diferentes sem serem discriminadas, é desejado por muitas feministas da Terceira República, mas não por todas, e algumas insistem mais sobre a igualdade, enquanto outras enaltecem sobretudo a diferença. A questão da igualdade e da diferença é extremamente complexa e deve ser abordada com prudência, sem se tomar partido, tendo o cuidado, também, de não misturar as polémicas actuais com as preocupações das feministas do passado. Contudo, não é possível fazer o balanço da problemática que atravessam os movimentos feministas europeus e de além Atlântico desde as suas origens e que dizem respeito, em primeiro lugar, à maternidade. Escolha impossível, segundo a historiadora Joan W. Scott, optar pela igualdade ou pela diferença²⁶. Verdadeiro dilema, que a politóloga Carole Pateman chama de «o dilema de Mary Wollstonecraft», autora de *A Vindication of the Rights of Woman* (1792), a qual reivindica a igualdade e o reconhecimento da diferença²⁷. Uma contemporânea de Mary Wollstonecraft, Olympe de Gouges, insiste igualmente sobre a igualdade na diferença. Ernest Legouvé faz-se também um adepto desta teoria, na sua *Histoire morale des femmes* (1849)²⁸. Poder-se-iam multiplicar à vontade os exemplos em França e no estrangeiro, no decorrer dos séculos, dos adeptos da igualdade na diferença. A historiadora Eleni Varikas mostrou a importância desta aproximação para as feministas gregas do século XIX²⁹. Todas estas feministas desejam que, em nome da diferença sexual e, em primeiro lugar, da maternidade — sendo as marcas da

Helm, 1977. Steven C. Hause, Anne R. Kenney, *Women's Suffrage and Social Politics in the French Third Republic*, Princeton, Princeton University Press, 1984. Laurence Klejman et Florence Rochefort, *L'Egalité en marche...op. cit.* Claire Goldberg Moses, *French Feminism in the Nineteenth Century*, Albany, State University of New York Press, 1984. Karen Offen, *European Feminism, 1700-1950* (a sair). Marie Hélène Zylberberg-Hocquard, *Féminisme et syndicalisme en France avant 1914*, Paris, Anthropos, 1978.

²⁴ Florence Rochefort e Laurence Klejman, *L'Egalité en marche. Histoire...op. cit.*, p. 11.

²⁵ *Ibid.* p. 11.

²⁶ Joan Wallach Scott, *Gender and the Politics of History*, New York, Columbia University Press, 1988, p. 172.

²⁷ Carole Pateman, «Equality, Difference, Subordination: the Politics of Motherhood and Women's Citizenship», in Gisela Bock, Susan James (Eds.), *Beyond Equality and Difference. Citizenship, Feminist Politics and Female Subjectivity*, London, Routledge, 1992, pp. 17-31.

²⁸ Karen Offen, «Ernest Legouvé and the Doctrine of "Equality in Difference" for Women : a Case Study of Male Feminism in Nineteenth-Century French Thought», *Journal of Modern History*, June 1986, vol. 58, n° 2, pp. 452-484.

diferença, por excelência, o estar grávida e o dar à luz— novos direitos sejam dados às mulheres. Que, devido à sua especificidade, as mulheres possam aceder à esfera pública, tornando a pôr em causa a divisão privado/público. Assim, partindo do particular, pretendem que as portas da esfera pública se abram para as mulheres. As tensões existentes entre as reivindicações das mulheres pela igualdade e um tratamento de favor são incontornáveis, e a escolha entre o particularismo ou o universalismo suscita, obrigatoriamente, controvérsias³⁰. Evidentemente, os conceitos de igualdade e de diferença podem, ambos, ser utilizados contra as mulheres, por exemplo, a reivindicação de igualdade total pode opôr-se à ideia progressista de uma licença de parto. Por outro lado, a tónica posta sobre a maternidade é susceptível de ser utilizada a fim de excluir as mulheres da vida pública.

Existe há vários anos, nos Estados-Unidos, um debate historiográfico, que opõe uma definição maximalista e minimalista do feminismo. A historiadora Karen Offen sugeriu, primeiramente, empregar a expressão «feminismo familiar» para caracterizar o feminismo francês centrado na maternidade, depois, preferiu substituí-lo pelo termo «feminismo relacional», porque a expressão precedente evocava a imagem do homem dominando a família. A sua definição do «*feminismo relacional*» baseia-se nos «*direitos da mulher enquanto mulheres (...) em relação com os homens. Insiste nas distintas contribuições das mulheres nas suas funções e formula perguntas sobre esta base*»³¹. Em França, o feminismo relacional culmina com a doutrina da «igualdade na diferença». O feminismo relacional compreende, também, as reivindicações ao direito das mulheres a trabalharem fora de casa, a participarem em todas as profissões, ao voto, à igualdade no direito civil e ao acesso legal à educação. E, ainda segundo Karen Offen, o «feminismo individualista», que tem também raízes históricas na cultura europeia, minimiza a diferença entre os sexos, «*sublinha mais os conceitos abstractos dos direitos humanos e celebra a procura pessoal da independência (ou da autonomia) em todos os aspectos da vida, e deprecia as funções definidas pela sociedade*»³², nomeadamente a maternidade. Segundo Karen Offen, o feminismo relacional predomina na Europa, enquanto que o feminismo individualista se tornou característico dos ingleses e dos americanos (desde que John Stuart Mill publicou *The Subjection of Women*, em 1869).

Este feminismo relacional, que se encontra em França, na Inglaterra, nos Estados Escandinavos e na Alemanha, é denominado por alguns historiadores americanos como «feminismo social». O termo «feminismo social» —expressão que já se encontra no princípio do século— é retomada por Naomi Black no seu estudo sobre um grupo de mulheres católicas francesas, a *Union féminine civique et sociale*, criada em 1925³³. De acordo com esta autora, as feministas sociais eram feministas que consideravam os direitos das mulheres como parte de uma agenda mais vasta de reformas sociais.

Outras historiadoras americanas criticaram estas noções de feminismo social, relacional e individualista, dizendo que, se se amplia demasiado a etiqueta de feminista, arrisca-se a incluir tudo. Nancy Cott mostrou os limites da expressão «feminismo social» e o risco da sua utilização como «*umbrella term*». Segunda ela, o termo «feminismo social» é inútil e questiona a eficácia deste termo para descrever a grande variedade das mulheres activistas³⁴. De facto, parece-me que é praticamente impossível atribuir a cada indivíduo e

²⁹ Eleni Varikas, *La Révolte des Dames. Genèse d'une conscience féministe dans la Grèce au XIXe siècle (1833-1908)*, thèse de doctorat d'histoire, Paris VII, 1986.

³⁰ Ver *Les Temps modernes*, abril-maio de 1997, n. 593.

³¹ Karen Offen, «Defining Feminism. A Comparative Historical Approach», *Signs*, Autumn 1988, vol. 14, n° 1, pp. 119-157 ; «Reflections on National Specificities in Continental European Feminisms», *U.C.G. Women's Studies Centre Review*, vol. 3, 1995, pp. 53-61.

³² Karen Offen, «Defining Feminism... *art. cit.*», p. 136.

³³ Naomi Black, *Social Feminism*, Ithaca, Cornell University Press, 1989.

³⁴ Nancy F. Cott, «What's in a Name ? The Limits of "Social Feminism"; or, Expanding the Vocabulary of Women's History», *The Journal of American History*, December 1989, vol. 76, n° 3, pp. 809-829. Cf. também o número de *Signs* de 1989, vol. 15, n° 1. Claire Goldberg Moses, «Debating the Present, Writing the Past : "Feminism" in French History and Historiography», *Radical History Review*, Winter 1992, vol. 52, pp. 79-94.

grupo o rótulo de feminista por reivindicarem, por exemplo, o direito de voto. O Papa aprova o direito de voto das mulheres em 1919, sem, no entanto, ser considerado feminista. Distinguir as opiniões umas das outras nem sempre é fácil, porém, não é possível misturar, por exemplo, a *Ligue patriotique des Françaises* (LPDF), liga reaccionária fundada em 1902, com os grupos feministas, com o pretexto de a LPDF reivindicar o direito ao voto. Isto não significa, no entanto, que se deva negligenciar os apoios dados às feministas nas suas reivindicações.

Por fim, recentemente, apareceu a expressão «feminismo maternalista», empregue por Seth Koven e Sonya Michel com o fim de mostrar que a estratégia maternalista consiste em transformar a maternidade função privada numa função pública³⁵.

É evidente que existem outros tipos de classificação, nomeadamente as que se relacionam com as clivagens políticas: direita, centro e esquerda. Contudo, este tipo de classificação, segundo as clivagens políticas clássicas, não demonstra bem a riqueza dos movimentos feministas.

De todos estes debates, parece-me que a grande vantagem destas tipologias é de possibilitarem comparações, de contribuir para uma clarificação conceptual, de dispôr de instrumentos de análise, de agrupar das grandes tendências. Porém, como em toda a tipologia, o perigo é o de esconder a diversidade e a riqueza de cada movimento feminista, de ocultar as especificidades nos diferentes países, de suprimir a heterogeneidade das tomadas de posição no interior do movimento feminista, de apagar os extremos, só tendo em conta o que é representativo e de incluir grupos que não são feministas. Classificar infere limites, como o risco de uma utilização demasiado dualista das noções em jogo. Existe também o risco, ao classificar, de considerar o movimento feminista francês débil em relação aos seus homólogos anglo-saxónicos, como tem sido feito, várias vezes, em numerosos trabalhos anglo-americanos.

Em jeito de conclusão, o estudo das feministas, numa perspectiva histórica, deve ter em atenção não misturar as polémicas actuais com o passado. A Terceira República Francesa viu o termo feminismo ultrapassar as linhas do Hexágono e propagar-se por outros países. Permitiu, igualmente, às feministas organizarem-se em múltiplos e diferentes grupos, o que as distanciou de um movimento homogéneo. As noções de igualdade e de diferença estão na essência das definições das feministas.

Feminismo de segunda vaga existiu ou não em Portugal?

³⁵ Seth Koven, Sonya Michel (Eds.) *Mothers of a New World. Maternalist Politics and the Origins of Welfare States*, New York, Routledge, 1993.

Começava por agradecer, como fez a Anne Cova, o facto de a organização me ter convido e, sobretudo, congratular-me pela realização deste encontro sobre o Movimento Feminista em Portugal, com tanta gente na assembleia. Quando a Manuela Tavares me disse que era no auditório do Montepio, eu fiquei surpreendida. Normalmente, os encontros feministas, para o bem e para o mal, costumam ter muito menos gente e, sobretudo, esta é também uma assembleia bastante jovem, o que me agrada pessoalmente.

Não vou responder simples e linearmente à pergunta: se houve ou não movimento feminista em 1970 e 1980. Vou começar por dizer que sou investigadora nas ciências da educação, não propriamente nas questões da sociologia dos movimentos sociais. E, para começar, parece-me importante reflectirmos como é que em Portugal e nos outros países se faz a construção do saber universitário. Cada vez que apresentava o meu tema de mestrado: “O que pensavam as feministas sobre a educação em Portugal nos anos 70 e 80”, toda a gente se virava para mim e dizia: “Mas, feministas em Portugal? Feminismo em Portugal, mas como? Não se vê, não existe”. Eu ficava, realmente, um pouco preocupada com esta questão, porque sou feminista desde 1975 e, tendo participado em movimentos feministas e em grupos feministas, não percebia porque é que eu tinha visto tanta coisa na altura e outras pessoas nunca tinham visto nada. Por exemplo, uma das pessoas que neste país é muito conceituada em relação à sua própria investigação na área da sociologia, o Professor Boaventura Sousa Santos, foi um dos investigadores que afirmou publicamente não existirem movimentos sociais em Portugal, nem movimento feminista. Na altura, eu já estava a construir a minha tese de mestrado. Tenho muita pena que não esteja aqui a Virgínia Ferreira, que foi uma das minhas entrevistadas e que defende que não houve movimento feminista em Portugal. A meio do percurso do meu estudo, tive que colocar uma pergunta: Como é que eu posso pesquisar o que as feministas portuguesas pensaram sobre educação, nos anos 70 e 80, se não houve feministas, ou será que elas foram completamente invisíveis? Fui, então, estudar o movimento feminista. Congratulo-me que, neste momento, já exista uma tese de mestrado, que vem completar o trabalho que eu fiz - o da mestra Manuela Tavares

Os movimentos alternativos andavam já há longos anos a discutir o que se entendia por movimentos sociais, nomeadamente, na Alemanha: movimentos sociais, os novos e os velhos. O que é um movimento social, quando é que um movimento se diz social? Por exemplo, os movimentos ecológicos, pacifistas, «gays» ou os movimentos alternativos, de uma forma geral, a partir dos anos 60, colocaram imensas questões novas. Em Portugal, quem não se lembra (as jovens não se lembrarão, mas talvez tenham visto registos na televisão), nós enchiamos as ruas nas manifestações logo a seguir ao 25 de Abril. À vista deste movimento, que vinha para a rua em massa, o movimento feminista parecia não ter expressão. Mas esta é também uma visão muito urbano-centrista, porque, se o Porto e Lisboa tinham grandes manifestações, a verdade é que, no resto do país, não era bem assim. Eu participei numa manifestação do 1º de Maio, em Castelo Branco, com uma dezena de pessoas; e não há movimento de trabalhadores em Castelo Branco? E fui-me questionando: quando é que podemos falar de movimento social? Quando temos muita gente na rua? Quando temos muitos panfletos? Quando temos muitas obras publicadas nas universidades? Porque, se o movimento dos trabalhadores, o movimento sindical e o movimento, por exemplo, comunista ou o movimento socialista, realmente, se caracterizaram por grandes organizações, organizações disciplinadas, organizações com uma palavra de ordem, que todos em uníssono sabiam e pronunciavam na hora certa, com os novos movimentos sociais isso não se passa. Por exemplo, o movimento ecológico ou os movimentos alternativos trabalham numa linha que é de tentar que todos tenham expressão, mesmo aqueles que são minoritários, que todos tenham espaço e direito a expressar a sua própria identidade; por isso, algumas investigadoras

¹Mestra em Ciências da Educação – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

lhes chamam movimentos mais a caminho da construção da sua identidade. Porque, independentemente da posição maioritária que foi ganha, as pessoas com posições minoritárias têm direito a expressar a sua opinião e a não se submeter ao que foi decidido pela maioria. Ora, como é que se consegue uma expressão massiva e com a visibilidade que os movimentos tinham, por exemplo, no princípio do século, se as pessoas têm direito a não se submeter ao que foi a decisão da maioria? Na concepção de movimento social, estes novos autores, que trabalham os chamados novos movimentos sociais, utilizam um conceito de movimento social que rompe com a noção que nós tínhamos na altura dos grandes movimentos. Vai-se definindo o conceito de movimento social como um conjunto de actos colectivos que mobilizam pessoas que trazem outras pessoas consigo. Actores colectivos que querem ter voz na tomada de decisões, na vida de uma comunidade e, como disse Anne Cova, no sentido de as suas propostas serem para toda a gente e não só para si. Portanto, quando falamos de movimento social, estamos a falar de um movimento que tem reivindicações, propostas de sociedade, que envolve toda a gente, que é para toda a sociedade.

Eu encontrei, na época, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze movimentos nacionais que se identificavam com o feminismo. E não esqueçamos que, tal como no princípio, eu não quero fazer paralelismos históricos, porque acho que a Anne Cova tem razão, quando diz que não podemos fazer paralelismos históricos de leitura do passado para o presente e do presente para o passado. Mas ela acabou por dizer que na época havia pessoas que tinham alguma dificuldade, até pelo sentido pejorativo da palavra feminismo, em se identificar com o feminismo. Em 1974/75, ser feminista em Portugal era ser mulher da rua. Portanto, era um horror. Aliás, eu digo no meu livro, muito de passagem, não era só ser feminista, a própria palavra “mulher” significava “mulher da rua”. Nós eramos senhoras ou mulheres; meninas ou raparigas. Rapariga era uma palavra pejorativa, ninguém me acredita quando digo isto. Por exemplo, nos grupos de mulheres havia alguma dificuldade na sua identificação pública como “grupos de mulheres”. A palavra “mulher” continua a vir igual a pessoa de má fama, de má nota, ainda no dicionário da Porto Editora (já fizemos movimentos, no Porto, e abaixo assinados contra as definições machistas, racistas e xenófobas dos dicionários, e a Porto Editora ainda não os alterou, o que eu acho gravíssimo). Nos anos 70, quando um grupo de mulheres entrava num café, era assediado pelos homens que lá estavam. As mulheres não tinham o direito de ir ao café em grupo. Pensar nisto e no que é a vida de hoje das mulheres, mostra como era difícil a intervenção das feministas na época. Numa altura em que as pessoas se manifestavam por tudo e por nada, quando as feministas deste país convocaram uma manifestação, em Janeiro de 1975, os partidos políticos colocaram entraves a essa realização. Houve uma campanha de completa difamação das mulheres feministas; aliás, há alguns artigos sobre isso. Existia uma cultura machista, não só cá, como nos outros países, no movimento de trabalhadores. A Anne Cova tem razão quando diz que nós temos também de falar de homens feministas, mas a cultura dos grupos de trabalhadores, dos movimentos dos trabalhadores, é uma cultura extraordinariamente machista.

Encontrei dezenas de grupos de mulheres a trabalhar, identificando-se com o feminismo, mas nem todas as organizações com responsabilidade do ponto de vista político se afirmavam feministas. Aliás, a própria luta do aborto teve, no início, nos finais dos anos 70, pouca adesão de alguns dos movimentos políticos, de alguns partidos políticos, porque diziam que não era o momento oportuno e que ia afastar a população. Estes grupos eram grupos autónomos, alguns deles aliados a organizações políticas pequenas, que não tinham o apoio logístico e o apoio financeiro das grandes estruturas e, mesmo assim, foram capazes de fazer imensas mudanças neste país. Só quem tem uma ideia do que era esta sociedade, em relação às mulheres, na época de 74/75, pode avaliar. Houve nos anos 70/80 grupos de mulheres operárias. Eu entrevistei mulheres que pertenciam a grupos de mulheres operárias, mulheres que se juntavam enquanto mulheres, que se afirmavam feministas, assim como grupos de professoras, jornalistas. Encontrei muitas publicações, numa época em que fazer uma revista

era uma coisa difícilima, caríssima. Fizeram-se revistas com textos, com artigos de análise, com experiências das pessoas. Nos encontros internacionais dos movimentos feministas, encontrei algumas das características que nós pensamos serem negativas no movimento feminista português, ou seja, a dispersão de grupos, a pluralidade de orientações, porque cada grupo tem uma orientação, um caminho.

Dentro das mulheres que entrevistei, encontrei três posições em relação ao movimento feminista em Portugal: uma posição que dizia que não houve, que nós não conseguimos nada em Portugal; não conseguimos a despenalização do aborto, ou seja, só conseguimos uma lei mascarada em 84, que não resolve os problemas; se não há eficácia nas acções que nós fazemos, não há movimento social. Outra posição foi a de que houve movimento feminista em Portugal, mas apenas na altura da campanha nacional pela legalização do aborto, porque se realizaram manifestações junto à Assembleia da República, vigílias e houve uma organização que coordenou o trabalho a nível nacional: a CNAC, onde a UMAR também participou. Há ainda um conjunto de mulheres que dizem ter existido um movimento social, porque surgiram grupos sociais que trabalharam, mulheres que participaram, que foram activas com ideias novas. Este terceiro grupo enfatiza a vertente identitária da construção das mulheres como um grupo social que tem que se conhecer a si próprio, tem de saber o que quer, tem de construir a sua própria história. Do meu ponto de vista, houve movimento feminista plural em Portugal. Tal como em relação a outros países que eu conheço e a outras análises que focam a diversidade de posições do movimento feminista, a heterogenidade das posições dos grupos, das orientações políticas, também em Portugal existiu esta pluralidade.. Houve mulheres e grupos que lutaram. Não tenho a veleidade de atribuir apenas ao movimento feminista as mudanças verificadas na situação das mulheres. Mas elas deram um contributo fundamental e pagaram o preço desse contributo. Essa homenagem ainda não lhes foi feita. Obrigada pela vossa atenção.

As Faces de Eva

Zília Osório de Castro¹

Em primeiro lugar, queria agradecer terem-me dado a oportunidade de vos falar do meu projecto de investigação. Depois destas brilhantes comunicações, a minha vai ter um aspecto completamente diferente e vai ser um testemunho daquilo que se está a fazer na Universidade Nova.

Sou licenciada em História e trabalho a história das ideias, que, no fundo, é a história cultural. A perspectiva segundo a qual se desenvolve o projecto não é a sociológica da nossa amiga Maria José Magalhães, mas sim uma perspectiva histórica. Sempre me interessei pelos problemas das mulheres. Nesse sentido, orientei alguns trabalhos do 4º ano da faculdade sobre várias questões ligadas ao feminismo e uma tese de mestrado sobre este tema, mas nunca tinha dado uma forma mais consistente e mais coerente a este gosto que eu tinha pelas questões de género. Isso aconteceu no ano passado, quando houve a possibilidade de formar um grupo de investigação dentro da Universidade Nova com o suporte institucional do Instituto Interdisciplinar da História das Ideias. O projecto, que denominámos “As faces de Eva”, existe dentro da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Somos, nesta altura, cerca de doze investigadores, nem todos de História, havendo

¹ Professora da Universidade Nova de Lisboa, responsável pelo projecto “As faces de Eva”

uma arquitecta e uma doutorada em Geografia. Eu gostaria que o leque da formação inicial de pessoas fosse alargado, porque penso que é um enriquecimento e, assim, temos também este ano já um colega, que fez a tese de mestrado na Universidade Nova e que integra o nosso grupo, pelo que ele é constituído por onze mulheres e um homem.

É a primeira vez que há, na minha universidade, um projecto de investigação com princípio, meio e fim, institucionalizado e reconhecido, sobre as mulheres. Numa perspectiva histórica, que é sempre o olhar do outro sobre algo que aconteceu, interessam-nos, como historiadores, os movimentos feministas, mas também as primeiras feministas ou não-feministas, ou seja, as mulheres que desempenharam um papel relevante na sociedade em que viveram. Na medida em que nos situamos entre o século XVI e o século XX, esse papel foi diferente, foi diversificado, as mulheres fizeram coisas diferentes e é exactamente essas coisas diferentes que nós queremos detectar. Queremos estudar qual foi, de facto, o papel da mulher na história, não num sentido mais ou menos romântico, mas no sentido histórico: o que foram realmente e o que fizeram. Houve mulheres que foram pioneiras em diversos aspectos e, mesmo não estando integradas em nenhum movimento, essas mulheres não deixaram de contribuir, de facto, para a presença da mulher na sociedade, o que acho que é tão importante como um movimento. As duas coisas conjugam-se e é dessa interligação do pessoal ou individual com o colectivo do movimento que nós podemos compreender um pouco a situação em que estamos hoje. Historicamente, houve um caminhar e a mulher esteve sempre presente na história, embora de maneira diferente e, sobretudo, de maneira desconhecida. Se os sociólogos têm um papel que reconheço e aplaudo, nós, os historiadores, poderemos ajudar os sociólogos a compreender o porquê de determinadas situações. Por outro lado, os sociólogos ajudam-nos a compreender aquilo que nós vemos somente no passado ou de uma maneira um pouco nebulosa, que não chegamos a entender bem.

Para dar concretização e conhecermos quem foram as mulheres, o que elas fizeram e o lugar que elas ocuparam, estamos a pensar fazer um dicionário, que se chamará “Dicionário do Feminino” que não só abrange as mulheres, mas também o seu papel na literatura e na imprensa. Há indícios enormes de que as mulheres estiveram presentes na imprensa, tendo, no início do século, estado presentes, porventura até mais do que hoje. Essa participação, por razões várias, foi-se esbatendo e hoje não podemos dizer, apesar de tudo, que exista uma grande predominância, na imprensa diária ou nos semanários, da presença feminina. Houve uma presença feminina e é essa presença escondida, que nós queremos descobrir, através do Dicionário no Feminino. Só a partir do final do século passado, e neste nosso século, é que essa presença escondida começou a surgir.

Este será o nosso projecto de fundo, que dará sentido a um projecto de investigação, que poderá demorar mais ou menos tempo, mas que, sendo um trabalho de grupo, é muito gratificante, apesar de ser muito difícil. Alia-se a especificidade e a diversidade das pessoas num projecto comum, conseguindo-se ligar a riqueza do indivíduo à riqueza do colectivo. Não se faz um dicionário de um dia para o outro, tanto mais que todos nós temos as nossas aulas, mas pensamos que é uma coisa que deveria surgir com a brevidade possível.

Para além disso, temos em mente realizar, no final do ano de 1999, um colóquio internacional sobre uma figura feminina, que foi mártir da liberdade em Itália, nas lutas liberais no final do século XVIII: Leonor da Fonseca Pimentel, de ascendência portuguesa e que nasceu em Itália. Ela era uma mulher diferente. Tinha um jornal e entrou na luta política e morreu por um ideal de liberdade, tendo sido enforcada. Em Itália, ela é considerada uma heroína nacional. Em Nápoles, onde aconteceu esta revolta, ela é considerada quase uma deusa e é muito estudada. Temos o apoio do Instituto de Filosofia de Nápoles e, desde já, convido para esta iniciativa, que ocorrerá em Outubro de 1999, todas as pessoas presentes que se queiram associar. Realizar-se-á em três pontos: A Mulher e a Literatura, A Mulher e a Política, e a Mulher e a Educação e a Filosofia.

Fomos também convidados pelo director da Casa dos Patudos, em Alpiarça, para fazer um guia de enquadramento de uma exposição sobre Retrato Feminino - pintura desde o século

XVI ao século XX. Vamos fazer a apresentação de uma mulher ou de uma figura de mulher conhecida de cada um destes séculos.

Pensamos que, com o nosso trabalho, poderemos dar um contributo para o conhecimento das mulheres em Portugal. É importante existir um projecto de investigação de cariz universitário, com a mesma credibilidade que têm os outros projectos de investigação, num sítio onde as mulheres têm que aparecer com essa mesma credibilidade. Vamos, também, editar uma revista universitária, que terá, igualmente, o nome de “As Faces de Eva”.

O projecto está, portanto, em andamento, tem dinamismo, o entusiasmo das pessoas e tenho muita esperança de que venha a ser um bom projecto de investigação.

Correntes do Feminismo

Manuela Tavares¹

Durante o painel desta manhã, a Maria José Magalhães defendeu a existência de um movimento feminista em Portugal, nos anos 70 e 80, corporizado em diversas correntes.

Não existe, assim, um “pensamento único” sobre o feminismo.

Como afirmam as sociólogas Pamela Abbot e Claire Wallace: *“O Feminismo não constitui uma corrente única de pensamento. Apesar de todas as feministas concordarem que é necessário intervir contra as situações de discriminação e opressão das mulheres, elas não têm a mesma opinião sobre as causas dessas situações, nem como alcançar a emancipação”*²

Quando iniciei o meu estudo, estava colocada perante algumas evidências: a fraqueza dos movimentos de mulheres em Portugal, apesar da grande participação das mulheres nos movimentos sociais no pós 25 de Abril; a falta de elaboração de pensamento teórico sobre os feminismos nas organizações de mulheres. Desta forma, à excepção da tese de mestrado da Maria José Magalhães, nos meios académicos portugueses existia a ideia de que não se podia falar da existência de feminismo em Portugal.

Foi necessário fazer a ruptura com tais evidências e avançar em três direcções:

- Fazer o levantamento, o mais exaustivo possível, da actividade desenvolvida pelas associações e grupos de mulheres nas décadas de 70 e 80.
- Combater uma visão redutora do feminismo, entendido apenas como uma única corrente.
- Analisar o feminismo português, tendo em conta as coordenadas de tempo e de lugar, ou seja, inseri-lo no contexto histórico do nosso país, naquele período.

¹ Mestra em Estudos sobre as Mulheres pela Univerisdade Aberta

² ABBOTT, Pamela e WALLACE, Claire, *An introduction to sociology: feminist perspectives*, London, Routledge, 1990, pág.212

Foi assim que, na segunda parte da dissertação de mestrado que defendi, em Setembro último, na Universidade Aberta, procurei analisar três correntes do feminismo e entender de que forma, em Portugal, nos anos 70 e 80, existiram associações que se identificaram ou não com essas correntes. A classificação dessas correntes em “feminismo radical”, “feminismo socialista-marxista” e “feminismo liberal” é utilizada por investigadoras como Johanna Brenner³, Barbara Ryan⁴, Yasmine Ergas⁵ e Gisela Kaplan⁶, que acrescenta uma outra corrente de índole cultural.

Em que ideias-chave assentam as correntes atrás referidas ?

Para o Feminismo radical :

- ◆ A reprodução surge como principal factor de desigualdade e de opressão das mulheres.
- ◆ As mulheres constituem uma “classe” explorada pelos homens.
- ◆ Existe crítica ao marxismo pela “redução da opressão dos sexos” à luta de classes.
- ◆ Surge a ideia de Patriarcado como um sistema de dominação masculina anterior ao capitalismo, com continuidade neste e no próprio socialismo (este conceito também foi utilizado pelas feministas socialistas).
- ◆ Existe uma preocupação pela sexualidade, não a subordinando às exigências masculinas.
- ◆ Os principais focos de luta são : a contraceção/aborto e a violência sobre as mulheres.

Para o Feminismo socialista/marxista :

- ◆ A “opressão secular” das mulheres não tem como principal origem a sua função de reprodutoras, mas sim a perda de papel social, quando do casamento monogâmico, por necessidade de transmissão da propriedade por parte do homem.
- ◆ Consideram que a explicação das origens e formas de opressão das mulheres não podem ser encontradas fora das leis de desenvolvimento social e que o recorrer exclusivamente à fundamentação biológica e/ou psicanalítica para explicar as desigualdades sexuais leva ao apontar de soluções unilaterais, que encerram o feminismo numa “redoma”, provocando o seu isolamento.
- ◆ O direito ao trabalho é considerado um factor de emancipação das mulheres, apesar do seu carácter discriminatório e opressor no capitalismo.
- ◆ Colocam a necessidade de alteração da base material e da superestrutura da sociedade em termos ideológicos e culturais, criando-se um novo regime político e social.

Para o Feminismo Liberal :

³ BRENNER, Johanna, “The best of times, the worst of times”, in THRELFALL, Monica, Ed., *Mapping the Women's Movement*, London, Verso, 1996, pp. 17-72.

⁴ RYAN, Barbara, *Feminism and the Women's Movement*, London, Routledge, 1992.

⁵ ERGAS, Yasmine, “O feminismo nos anos 1960-1970”, in DUBY, Georges, PERROT, Michelle, sob a direcção, *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 5, Lisboa, Circulo de Leitores, 1991, pp. 579-607.

⁶ KAPLAN, Gisela, *Contemporary Western European Feminism*, New York, University Press, 1992

- ◆ Considera-se que a igualdade formal atribuí, à partida, as condições necessárias para que as mulheres alcancem os seus direitos.
- ◆ A materialização dos direitos é algo que tem mais a ver com a evolução das mentalidades e muito pouco com a intervenção do Estado no domínio do social. Acentua a separação entre o privado e o público.
- ◆ Cada mulher será capaz, por si só, de alcançar ascendência económica e política, desde que possua competência, assertividade e vontade empreendedora.
- ◆ As estratégias colectivas centram-se na constituição de “lobbies” ou grupos de pressão junto do poder político.
- ◆ Surge a ideia de que o acesso das mulheres ao poder político é, por si só, factor transformador da sociedade.
- ◆ É a corrente dominante na maior parte das organizações de mulheres institucionalizadas.

É preciso dizer que a necessidade de sistematização de pensamento sobre estas diversas correntes levou a uma caracterização demasiado rígida de cada correntes e que na prática do movimento feminista existe uma maior fluidez de pensamento. Apesar da polémica e radicalidade de discurso a que se assistiu nalguns momentos históricos (e aqui reporto-me ao movimento feminista noutros países), existiram muitas acções comuns entre as feministas radicais e socialistas /marxistas, em especial na luta pela legalização do aborto, como aconteceu em Inglaterra e noutros países.

Em Portugal, que expressão tiveram estas correntes ?

As associações : MLM (Movimento de Libertação das Mulheres), Coop. Editorial de Mulheres/IDM (Informação, Documentação/Mulheres), Grupo Autónomo de Mulheres do Porto, Grupo de Mulheres da Associação Académica de Coimbra, Grupo de Mulheres do Porto e outros pequenos grupos integraram uma corrente radical, que teve o mérito de ter levantado, pela primeira vez em Portugal, a questão do aborto. Mas, pelo contexto vivido após Abril de 74, estes grupos não tiveram expressão em sectores alargados de mulheres, nem se ligaram aos principais movimentos sociais da época. A sua base social ficou limitada a um conjunto de mulheres intelectuais que tinham um maior conhecimento dos movimentos feministas noutros países, como a França e Itália.

A corrente socialista/marxista teve também bastantes limitações, pelo facto das posições dogmáticas na aplicação do marxismo terem impedido uma visão mais ampla sobre o feminismo e as suas diferentes correntes. É assim que, organizações como o MDM (Movimento Democrático de Mulheres) e a UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta), não se identificaram como feministas, mas, no conteúdo dos documentos analisados e produzidos nos anos 70, existem formulações que as aproximam da corrente socialista/marxista. Na actualidade, estas associações têm posturas diferentes em relação ao feminismo. Nas respostas ao questionário que dirigi às associações de mulheres, o MDM continua a não se identificar como uma associação feminista. A UMAR reclama-se de um “feminismo avançado, que desperte a consciência das mulheres”.

A corrente liberal surge em Portugal nos finais dos anos 80, início dos anos 90, através da formação de novas associações, muitas delas ligadas a grupos profissionais ou a sectores

de intervenção. É neste período que começam a ser estigmatizados alguns modelos de “mulheres de sucesso”. As revistas femininas acompanham e desenvolvem esta imagem do feminismo. O Conselho Consultivo da CIDM (Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres) aumenta, em quase 100%, o número de associações que o integram. Uma postura institucionalizada domina a prática deste tipo de associações. Trata-se de uma corrente que precisa de ser melhor estudada, mais a mais numa altura em que as ideias neoliberais procuram dominar em termos económicos e sociais.

Seria interessante fazer também uma abordagem do pós-feminismo ou levantar, até, interrogações sobre a existência ou não de um “pós-feminismo”, numa sociedade em que ainda não houve uma profunda alteração das relações de género e onde o feminismo está longe de ter esgotado as suas potencialidades. Falar-se hoje de um “pós-feminismo”, com uma base de actuação descentrada em cada mulher, será que não introduz uma lógica neoliberal que tornaria anacrónicas as reivindicações feministas ? Aqui fica a interrogação.

Gostaria, por último, de dizer que este seminário pode ser um contributo para “resgatar” a ideia de um feminismo comprometido socialmente, não guetizado, que transmita uma imagem positiva da luta das mulheres pelos seus direitos. Um feminismo que ocupe o espaço não institucionalizado das movimentações sociais, não ficando à margem das instituições. Que saiba ser contra-poder e voz incómoda. Que saiba disputar visibilidade pública. Que seja defendido como corrente de pensamento e de acção das futuras gerações.

Feminismo Radical

Feminismo Liberal

Associações

**Associações formadas
nos finais dos anos 80 :
associações de empresárias,
juristas, agricultoras.**

**Associações que actuam
no âmbito da democracia paritária.**

Associações

formadas antes de

GRAAL (1958)

MDM (1968)

Associações

formadas após o 25

Anos

70

MLM (1974)

UMAR (1976)

Coop.Mulheres/IDM (1977)

GAMP (1978)

Grupo de Mulheres da AAC (1979)

Anos

80

Rede de Mulheres (1980)

G. de Mulheres de Lourosa (1981)

G. de Mulheres do Porto (1982)

MAPA- Mulheres a“Preparar o Amanhã” (1983)

LDM- (1986)

IF- Intervenção Feminina (1986)

Assoc. Mulheres Socialistas (1987)

Grupo “Ser Mulher” (1988)

APMJ- (1989)

Associações de cariz profissional ou de sector específico :

Mulheres Empresárias; AMAP:

Mulheres dos Diplomatas; S.I.

Principais linhas de acção nos anos 70

GRAAL

Rede de Mulheres

MAPA

**Grupo de Mulheres
de Lourosa**

**Intervenção em meio rural.
Trabalho de consciencialização
e de intervenção cultural.**

MLM

Coop. Edit. Mulheres

IDM

GAMP

GMP

**Grupo de Mulheres
da AAC**

**Acções de informação e
debates sobre :**

aborto

**violência sobre as
mulheres**

sexualidades

MDM

**Acções em torno:
da paz, aumento do custo
de vida, solidariedade e
aborto (81/82).**

UMAR

**Acções em torno de:
direito ao emprego; contra o
tráfico de mulheres; aborto.**

Bibliografia

- ALCALÁ, Maria da Luz, MATILLA, Zamora, *El Feminismo*, Madrid, Centro Cives, 1994.
- BANKS, Olive, *Faces of Feminism*, Oxford, Basil Blackwell, 1986.
- BARRET, Michele, *Women's Oppression Today - Problems in Marxism Feminism Analysis*, Londres, Verso, 1980.
- BRENNER, Johanna, "The best of times, the worst of times", in THRELFALL, Monica, Ed., *Mapping the Women's Movement*, London, Verso, 1996, pp. 17-72.
- CASTRO, Mary Garcia, "Patriarcado: desencontros entre a Sociologia, o Feminismo e entre correntes do Feminismo", in revista *Presença da Mulher*, Editora Liberdade Mulher, Janeiro de 1992, pp. 20-26.
- ERGAS, Yasmine, "O feminismo nos anos 1960-1970", in DUBY, Georges, PERROT, Michelle, sob a direcção, *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 5, Lisboa, Circulo de Leitores, 1991, pp. 579-607.
- FARGANIS, Sondra, *Situating feminism, from thought to action*, London, Sage publications, 1994.
- FERREIRA, Virgínia, "Engendering Portugal: social change, state politics and women's social mobilization", in PINTO, António Costa, Ed., *Modern Portugal*, Palo Alto, Califórnia, SPOSS, 1998, pp. 162-188.
- FIADEIRO, Antónia, *Cronologia da luta das mulheres -1974-1988*, Lisboa, LDM, 1989.
- FIRESTONE, Schulamith, *A Dialéctica dos Sexos*, Rio de Janeiro, Labor do Brasil, 1976.
- GELB, Joyce, *Feminism and Politics - a comparative perspective*, London, University of California Press, 1989.
- HELEIETH, Saffioti, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, Petrópolis, Vozes, 1979.
- HELEIETH, Saffioti, "Rearticulando classe e género", in COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina, Eds., *Uma questão de género*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1991.
- KONING, Marijke de, "Da palavra à acção - história de um processo de conscientização das mulheres", *Análise Social*, Vol.XXII (92-93) 3º- 4º-1986, pp. 825-851.
- MAGALHÃES, Maria José, *Movimento Feminista e Educação - Portugal, décadas de 70 e 80*, Lisboa, Celta, 1998.
- MILLETT, Kate, *Política Sexual*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1974.
- MITCHELL, Juliet, *Woman's Estate*, New York, Vintage Books, 1973.
- MITCHELL, Juliet, "Reflections on Twenty Years of Feminism", in MITCHELL, Juliet e OAKLEY, Ann, Eds., *What is Feminism*, Oxford, Basil Blackwell, 1986..
- NEVES, Helena, *Apontamentos para a história do MDM*, Lisboa, MDM, 1988.
- PIMENTEL, Irene, *Contributos para a História das Mulheres no Estado Novo. As organizações femininas do estado Novo: a Obra das Mães pela educação nacional e a Mocidade Portuguesa Feminina (1936-1966)*, dissertação de mestrado de História Contemporânea (séc.XX), sob a orientação do Professor Doutor Fernando Rosas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1997.
- ROWBOTHAM, Sheila, "Introduction" in THRELFALL, Monica, Ed., *Mapping the Women's Movement*, London, Verso, 1996, pp. 3-16.
- ROWBOTHAM, Sheila, *Hidden from History*, London, Vintage Books, 1976.
- SCOTT, Joan, Ed., *Feminism & History*, Oxford, Oxford University Press, 1996..
- VALADARES, Loretta, "A controvérsia feminismo e marxismo", in *Princípios*, S. Paulo, 1992, pp. 44-49.

Movimento Feminista e Sexualidade

Helena Neves¹

Antes, muito antes de o movimento feminista, no cruzar dos anos 60 e 70, lançar o grito impudico, selvagem, «o direito ao corpo», já exaustivamente se falava, escrevia e descrevia a sexualidade feminina. Ou devo dizer transcrevia?

Antes, muito antes, onde a memória histórica reencontra o mito e as razões primeiras, até à actualidade, a era das novas tecnologias invadindo o domínio da produção e da reprodução, desde sempre, em todos os tempos, todos disseram e redisseram a sexualidade feminina. Historiadores, poetas, filósofos, médicos, psicólogos, escritores, psicanalistas, realizadores de cinema, homens do desporto, soldados, marinheiros e generais, políticos, mangas de alpaca, religiosos, operários, trabalhadores rurais, vendedores, bancários, empregados de balcão, publicitários... Enfim, todos! Em tom erudito, popular, populista, marginal, terra à terra ou em gíria, a sexualidade feminina foi analisada da direita, da esquerda e do avesso, constituindo a mais fecunda e inesgotável fonte de todas as inspirações – e de muitas opressões e perseguições várias ... A mais polémica e polemizante problemática, «a mais», a «mais»... E sempre monótona, predominantemente expressa por um mesmo e idêntico sujeito universal – o Homem, essa abstracção, na qual os demagogos por um lado e os ingénuos por outro – bem diverso, note-se – dizem conter-se todos os homens concretos. Sim, histórica, cultural, ideologicamente, todo o discursos (que se pretende) sobre a sexualidade feminina é um discurso masculino. «O homem reduziu a mulher a ser nada. Um nada não fala. É, pois, o homem que fala sobre a mulher, pela mulher», diz-nos Claude Alzon.

Não é, pois, com o silêncio que se debateram, se debatem as mulheres, o movimento feminista, ao chamar a si a dimensão de uma sexualidade liberta, subvertendo a fronteira entre o privado e o público, entre o privado e político, afirmando a continuidade das cadeias sobre o corpo social e o corpo individual. Antes fosse. Porque pior que o silêncio é o amplo, complexo discurso que distorce, altera o real. O silêncio oculta, vela, mas este discurso profícuo, múltiplo, dilui os contornos das coisas, dos seres, dos acontecimentos e dos sentimentos, toma por dado o que é apenas imaginado, mascara de tal modo a pele, a sensação, o corpo, que torna irreconhecível a vida, desconhecida a identidade.

Falando sobre a mulher e pela mulher, os homens perderam-na no discurso que criaram. «E como não se pode falar de nada, falando da mulher, o homem fala sempre dele» diz ainda Claude Alzon. Falará? Interrogo e duvido. Mas da mulher nada – ou quase nada – nos disse. Só que ouvindo-o, rodeadas, cercadas das múltiplas expressões e manifestações do discurso dominante – masculino – sobre a sexualidade, as mulheres foram levadas a crer, a convencerem-se de que eram assim e não de outro modo. Porém, auscultando as suas dúvidas, a sua sensibilidade, a sua sensualidade, confrontadas com a presença ou a ausência do seu prazer – ainda quase sempre a ausência: mais de 60% das mulheres portuguesas não conhecem o orgasmo!... – as mulheres não se reconheceram. Da contradição entre o (que lhe era) dito e o sentido (por elas), nasceriam muitas culpabilizações, perplexidades. Mas também muitas revoltas. O movimento feminista é uma delas.

A primeira vaga do movimento feminista, no séc. XIX e início do séc. XX, não inclui no seu quadro reivindicativo a sexualidade. Nem por isso a questão deixa de estar no próprio

¹ Mestre em Sociologia, professora na Universidade Lusófona

núcleo do feminismo, latente na sua ligação ao movimento sanitário tão pronunciado nos E.U.A., na adesão ou no repúdio de feminista relativamente ao neomalthusianismo e a outras teorias sobre a contracepção. A questão da sexualidade encontra-se sempre no combate pela igualdade - basta repararmos nos argumentos utilizados pela resistência masculina... mesmo quando se oculta, mesmo quando se dogmatiza o angelismo da mulher. Assim, pela afirmação ou pela recusa, mas jamais ignorada, a questão da sexualidade, se não aparece explicitamente nas linhas programáticas da primeira vaga do movimento feminista, atravessa-a e contribui para a definição das suas diversas correntes. Surge no pensamento das feministas socialistas utópicas que ousam reivindicar o amor livre, a união livre, mas também entre as feministas que se comprometem a cumprir desveladamente «os sagrados deveres da família» e ainda em mulheres cuja adesão ao movimento feminista não é clara. Como George Sand, que denuncia asperamente as prisões de ordem sexual sofridas pelo seu sexo, a degradação do casamento «por contrato», do casamento burguês, a infelicidade de Indiana, Valentina ou Jeanne, a infelicidade de todas as mulheres porque desiguais no direito ao amor. Não podia deixar de surgir, porque é no século XIX que a questão da sexualidade se coloca de um outro modo, assumida já não individualmente mas como parte essencial do questionamento social, agitada pelos que contestam os fundamentos económicos desta «sociedade de fábricas» de concorrência, pelos que lutam pelo ideal de uma nova vida, uma nova sociedade, um mundo novo; gente que pertence a um leque politicamente muito vasto, onde cabem liberais, anarquistas radicais, socialistas utópicos e outros menos utópicos. Num quadro onde se procura dar forma à esperança.

No ideal de um novo mundo enquadra-se, necessariamente, o ideal de uma nova sexualidade. E é com o socialismo utópico, nomeadamente com Fourier, que esta perspectiva de uma outra sexualidade ganha a sua dimensão mais revolucionária e que a questão da mulher é posta como específica e significativa - a mais significativa - do estado geral da sociedade:

«O grau de emancipação da mulher é a medida natural da emancipação em geral» escreve ele em 1808, na sua *Théorie des Quatre Mouvements* (Teoria dos Quatro Movimentos), obra na qual explicita a relação entre a opressão económica e a opressão sexual da mulher. Existe uma questão social feminina, e, inserindo-se nela, a questão sexual, a sexualidade alienada, a sexualidade amordaçada das mulheres. De onde a teoria de Fourier envolve uma crítica impiedosa ao casamento burguês, o desafio à moral burguesa, a defesa da independência da mulher, da união e amor livres, a utopia de uma sociedade feliz.

Os primeiros socialistas franceses, os radicais e cooperativistas na Grã -Bretanha e nos E.U.A. serão profundamente influenciados pelo pensamento de Fourier. Entre eles, naturalmente, algumas mulheres feministas procuram integrar a causa da mulher num combate social mais vasto e reflectem-no, confusa ou mais claramente, no seu discurso simultaneamente anti-sexista e anticapitalista. «Falo-vos a partir do útero explorado e do fogão sem comida das mulheres», clama Flora Tristan, feminista revolucionária, que primeiro que qualquer outro revolucionário advogou a «União Operária», título mesmo da obra escrita em 1843, *Union Ouvrière*, e autora também desse tocante livre inacabado *L'Émancipation de la Femme ou le Testament de la Paria* (A Emancipação da Mulher ou o Testamento da Pária). «Queremos o casamento segundo a igualdade. Se não, mais vale o celibato que a escravidão» lê-se na profícua imprensa das feministas utópicas francesas. Uma delas, Jeanne Désirée, dirá: «Toda a relação íntima que não tenha por base o amor é uma profanação» e Adèle Esquiros, em defesa da união livre, escreve em *L'Amour*: «Não se pode amar uma escrava tal como não se pode amar um senhor». Liberdade de trabalho, liberdade política e liberdade de amor, sexualidade liberta de cadeias, de constrangimentos... Ao levantar esta problemática e inserindo-a no combate social, as feministas socialistas utópicas trazem, afinal, ao plano político o considerado íntimo, privado. Tal como o romântico Shelley, o primeiro a afirmar que o privado e o público constituem domínios inseparáveis («mesmo as relações sexuais estão submetidas ao despotismo das instituições

oficiais»)ⁱ, estas mulheres trazem à questão feminina uma perspectiva de globalidade que anuncia o feminismo dos anos 70. A mulher é um ser que reivindica trabalho, educação, direitos políticos, em suma, igualdade. E é também, ao mesmo tempo, um ser que reivindica a libertação da sexualidade, o direito ao que de mais concreto e imediato a faz reconhecer-se: o seu corpo.

E de repente, surge a explosão da segunda vaga do movimento, o neofeminismo, desde meados dos anos 60 até ao começo dos anos 70. Surgindo no momento possível. Num tempo agitado. Inserindo-se no contexto de uma ampla movimentação social e política: o Maio de 68, a *New Left*, a *Counter-culture* e a *Youth-culture* (mas criticando-a por vezes violentamente), o movimento *hippie* e a revalorização do amor que o anima, os movimentos de libertação dos povos colonizados (com os quais as feministas estabeleceram paralelismos), a luta do *Civil Rights Movement* nos E.U.A., a revolta negra, de cuja teorização o neofeminismo fixará, particularmente, as noções de discriminação e de invisibilidade. E surge num tempo amadurecido. De infelicidade provada (a igualdade formal que as mulheres haviam alcançado alterara o seu quotidiano?), de frustrações acumuladas («saindo da guerra com a ambição, já durante tanto tempo deferida, de viver as nossas vidas, instalámo-nos e começámos a conceber e a parir como que para provar a nós próprias que estávamos vivas...»ⁱⁱ), mas também um tempo de uma certa consciência de que urgia desmistificar *A Mística da Mulher - o problema sem nome*ⁱⁱⁱ - o livro de Betty Friedan que, em 1963, «abre» para o neofeminismo - e ainda de que, afinal, talvez o problema tivesse um nome. E esse tempo surge também da ausência do reconhecimento do discurso dominante que fala da mulher e pela mulher - e do qual Kate Millet nos dará em *Sexual Politics*^{iv} uma das primeiras e mais importantes críticas do neofeminismo - e do reconhecimento de que a especificidade da situação da mulher corresponde a uma vivência colectiva, a uma opressão de sexo, uma opressão política - «o sexo é um *status* com implicações políticas», escreve Kate Millet. Esta opressão pode ser ou não consciencializada. «Não é porque uma mulher não se sente oprimida, que ela não o é»^v, diz Roxanne Dunbar. Mas a consciência da opressão transforma cada mulher em feminista e o feminismo num combate partilhado, na busca da identidade feminina e do espaço social, vivencial para a mulher. Para este despertar, talvez nenhuma obra tenha contribuído tanto como *Le Deuxième Sexe*, de Simone de Beauvoir, publicado (o I volume) em França em 1944 e depois atravessando sucessivamente o mundo e as nossas vidas. «*Le Deuxième Sexe* mudou a vida de muitas de nós»^{vi}, lembra Shulamith Firestone.

Porém, se o neofeminismo corresponde ao eclodir de uma complexa maturação, é encarado como algo abrupto, inesperado, pelo poder patriarcal, sexista, que reagirá inicialmente com escândalo, depois com brutalidade e finalmente utilizando inteligentes, sofisticadas - e eficazes - manobras de neutralização. As primeiras manifestações do neofeminismo parecem tomar de surpresa o poder.

O discurso desafiante, «impudico», de mulheres que falam de orgasmo, vagina, clítores, que afirmam o direito ao prazer, o direito a controlar o seu corpo, a sua vida reprodutiva, a urgência da contraceção e dão o rosto e o nome, declarando terem praticado o «crime» do aborto - lembremos, em Abril de 1971, o Manifesto das 3434 mulheres, famosas em França, e outros textos semelhantes em diversos países, incluindo Portugal depois do 25 de Abril, e lembremos também as enormes manifestações pela legalização do aborto, particularmente a «história» de Agosto de 1971 em Nova Iorque.

A reivindicação do direito ao trabalho, cuja veemência assusta: «Não são mulheres normais. Creio que são monstros! De onde lhes veio a ideia insensata de que as mulheres preferem trabalhar do que ficar em casa a dirigir o seu domínio?» interroga-se o jornal *Esquire*, em artigo publicado em Janeiro de 1971 e intitulado "The Feminist Mistake". É a afirmação do carácter político de todo o domínio privado (as coisas íntimas, os sentimentos, a relação amorosa, familiar e sexual) e da estreita relação entre o domínio público e privado.

Enlouqueceram as mulheres? Os insultos, os ataques, os sarcasmos, as caricaturas de autoria masculina eclodem por toda a parte. As feministas são chamadas de «mal fodidas», «excitadas, raivosas, ululantes», «guerreiras de um exército em movimento», «sórdidas», «monstros», «vaginas revolucionárias», «taradas sexuais» - «Ela não tem necessidade de utilizar o seu sexo para obter o que quer de um homem; ela pratica Karaté», diz o exemplar da misogenia N. Mailer... - e «lésbicas»... «são todas lésbicas», acusação que surge como um insulto, acusação universalista que une todas as classes de homens e os homens de todas as classes. Ora, se o neofeminismo veio reivindicar o direito à escolha da forma da vivência da sexualidade - «hetero», «bio» ou «homo», nem por isso lhe cabe a invenção da homossexualidade e nem sequer surgem como representativos os grupos de lésbicas que, por razões diversas, se conservarão marginais ao movimento e serão mesmo, por vezes, marginalizados.

A realidade é que, face ao neofeminismo, a imprensa e os demais veículos ideológicos manifestam uma perturbação significativa: como é possível que tantos e tão seculares mecanismos de controlo tenham falhado? Que fenómeno novo, inaudito é este? Começa por não ser fenómeno e não é assim tão novo, nem inaudito. Nas linhas mestras do neofeminismo, o que encontramos é a expressão constante de anseios da longa luta das mulheres.

O neofeminismo revela-se, pois, como uma outra etapa de uma mesma trajectória. «O movimento de libertação da mulher não é um movimento novo mas mais o renascimento de uma revolta (...) O facto de as mulheres e os homens ignorarem a história dos movimentos de mulheres não constitui um acidente. É um facto que faz parte da própria opressão...»^{vii} escreve Marlene Dixon. No entanto, por outro lado, o neofeminismo tem de novo a forma desta revolta, o tom, a intensidade, a profundidade, a impaciência - agressividade mesmo - com que as questões são recolocadas e relacionadas entre si. «Em relação» e não em «hierarquia» - como pretende a estreita crítica masculina, que acusa o movimento de subordinar e até reduzir tudo à «prioridade» da revolução sexual! - são analisados os elementos da problemática global da situação e libertação da mulher, e jamais surgiu na teoria feminista a noção absurda de que é possível a libertação sexual separadamente de um processo geral de libertação: «a ideia de que a liberdade sexual é a base de toda a liberdade nasce de neuroses puritanas e é digna, quanto muito, do *Playboy*»^{viii}

E se Simone de Beauvoir afirma, lucidamente, que «a libertação da mulher começa no ventre», o que ela enuncia, e será uma linha essencial do pensamento feminista, é o facto de a reprodução, «apropriada pelos homens», ter constituído um eixo fundamental da opressão específica da mulher. Engels já o dissera, como aliás Marx, mas este menos explicitamente. Que as feministas o retomem é, pelo menos, irritante - «certas feministas, em França como noutros países, ligam-se com devoção a estas páginas de Engels»^{ix}, acusa Claude Alzon, entre outros... Mas o pior é que estas feministas vão mais longe e explicitam, como Engels jamais suspeitaria, todo o conteúdo da sua análise, que desenvolvem e aprofundam, colocando a questão da sexualidade sem ambiguidades na sua relação política com a capacidade reprodutiva controlada pelo homem, a dimensão histórica da sexualidade (que retomam de Marcuse), a relação entre regime autoritário e repressão sexual (que tomam de W. Reich), a complexidade do problema da sexualidade, que implica a mudança das condições materiais e também, necessariamente, «a libertação dos mitos que mantiveram as mulheres em escravidão e sujeição, no seu próprio espírito e no dos homens» e que implica ainda o desmantelamento da «repressão mental, que sufoca as mulheres e sufoca ao mesmo tempo os homens, que, superficialmente, parecem seus opressores»^x; e, finalmente, afirmando a especificidade da sua sexualidade: a sexualidade feminina. «A sexualidade feminina sempre foi um tópico fascinante... esta discussão trata de demonstrar como foi deformada e mascarada pela maioria dos observadores... e como a mulher é

considerada como objecto sexual para a apreciação dos homens»^{xi}, escreve Germaine Greer.

Recusando muitas das teorias freudianas e, ora apoiando-se, ora distanciando-se dos estudos de sexologia de Masters e Johnson, as feministas repudiam conceitos tidos como «indiscutíveis» pelos «observadores». Repudiam o orgasmo vaginal - «a noção de orgasmo vaginal entra em voga sempre que a instituição das relações sexuais é ameaçada»^{xii}, nota T. Grace Atkinson e S. Lyndon diz «se o prazer da mulher se obtivesse pela vagina, então ela estaria totalmente dependente da erecção do pénis para obter um orgasmo»^{xiii} - e afirmam o orgasmo clitoriano (questão polémica, pois algumas consideram que o orgasmo não é «puramente clitoriano nem puramente vaginal») e a possibilidade de a mulher experimentar orgasmos múltiplos. Porém, passado um período inicial em que as mulheres se deleitavam na ruptura dos silêncios e dos interditos - da palavra e das palavras - e falaram exaustivamente (não tanto quanto os homens no seu discurso secular) sobre o orgasmo, cedo a sua fala revelou a interrogação, a busca para além do dado adquirido.

« - Mas não acham que há uma preocupação excessiva com o prazer feminino, no século XX, não é? - Sim, todos esses discursos sobre o nosso orgasmo e tudo isso...- Então porque é que a gente nem sempre tem orgasmo? (risos)- Oh! Meu Deus! Estou tão contente por ouvir alguém que o reconhece! Pensava que todas as mulheres tinham sempre orgasmo e eu é que era uma excepção!» Este extracto pertence a esse documento tão interessante *Women Rap About Sex, Notes from the Firts Year*. E Dana Densmore questiona(-nos): «Sentimos que temos necessidade de relações sexuais, mas esta sensação é muito confusa. De que é que temos verdadeiramente necessidade? É do orgasmo? Das relações sexuais? De intimidade com um outro ser humano? E temos essa necessidade fisicamente ou psicologicamente? (...) Sem negar que o prazer sexual existe, eu sugiro que o que buscamos verdadeiramente é a intimidade»^{xiv}.

Independentemente das nuances e das interrogações, o neofeminismo elabora uma das mais humanizantes visões sobre a sexualidade, nomeadamente com a noção de que a relação sexual não pode limitar-se ao prazer, ao gozo genital, mas antes se manifestará pela erotização total do corpo, no corpo redescoberto como território erótico. Noção fundamental no ideal neofeminista da sexualidade, porque, a partir dela, as feministas colocam a necessidade da redefinição do amor e do erotismo. Quando declaram «devemos destruir o amor» (por definição uma instituição) ou «o amor no contexto de uma relação opressiva homem-mulher torna-se efectivamente a base para justificar a relação dominador-dominada», o que criticam é a relação de poder entre os sexos, a relação na família patriarcal, na sociedade sexista - e classista, para as feministas marxistas, é a desigualdade que exclui qualquer possibilidade de amor verdadeiro. Lembrem-se de Adèle Esquiros, no século XIX, dizendo-nos «não se pode amar uma escrava, não se pode amar um senhor»?

Assim, «não é o amor em si mesmo que está em causa, mas o seu contexto político; a desigualdade de poderes... a dependência económica da mulher torna impossível uma relação sã de amor entre iguais (...) O amor, tal como existe agora, é o produto degenerado de um sentimento verdadeiro (...) O amor entre duas pessoas iguais seria um enriquecimento, cada uma enriquecendo-se através e pela outra (...) janela aberta para o mundo», escreve S. Firestone.

Quer as feministas marxistas, quer as radicais, quer as variações ideológicas que entre elas medeiam, ao analisarem a questão da sexualidade, do amor, a transformação da relação entre os sexos, a família, o sexismo, a «colonização» cultural, não passam unicamente pela negação, por um discurso e uma prática de rupturas, embora estes sejam essenciais num primeiro momento. A revolta feminina denuncia, desmistifica, nega, destrói, mas porque quer afirmar, construir outra coisa... como diz Simone de Beauvoir em *Pour une morale d'ambiguité*: «...a revolta enquanto puro movimento negativo permanece abstracta; ela apenas se realiza como liberdade se retoma o positivo, isto é, se se preenche com um conteúdo através de uma acção: evasão, luta política, revolução (...). Assim, tal

como a vida se confunde com o querer viver, a liberdade aparece sempre como movimento de libertação».

**Maria Lamas (1893-1983),
comprovadamente jornalista.
Tacitamente feminista³⁶.**

Maria Antónia Fiadeiro³⁷

“J’ y lis la nostalgie—ou l’utopie--d’une vie où l’exceptionnel e l’ordinaire ne s’opposeraient plus”.PLANTÉ, Christine, “Femmes exceptionnelles: Des exceptions pour une règle”, in *Le Genre de L’Histoire*, Les Cahiers du Grif,(37/38), Paris, Éditions Tierce, Printemps 1988, pp.91-111.

Maria Lamas jornalista, *comprovadamente*, é o âmbito fundamental da nossa investigação. Porque foi uma das primeiras jornalistas profissionais portuguesas(tendo iniciado o jornalismo na Agência Americana de Informação), e certamente a que exerceu a profissão, continuamente, durante mais longo tempo(1923(?)-1950), mais de 25 anos certamente.

Assumiu, desde cedo, um cargo de direcção com responsabilidades de chefia, (1928-1947), como Directora do Suplemento do jornal *O Século* de Lisboa, intitulado *Modas e Bordados*, e mais tarde, por sua iniciativa, *Modas e Bordados e Vida Feminina*, sediada na Sociedade Nacional de Tipografia, (SNT) à Rua de *O Século*, em Lisboa, uma grande empresa de vocação jornalística.

Praticou vários registos jornalísticos: do telegrama de agência à crítica literária; da crónica, do conto e da novela ao folhetim; do noticiário à entrevista e à grande reportagem. Dinamizou e exerceu a imprensa dirigida às crianças, tendo, inclusive, fundado e dirigido várias secções autónomas de imprensa infantil (Páginas, Suplementos, Cantinhos) e fundado um jornal *O Pintainho* (1952). Praticou a imprensa juvenil, tendo fundado e dirigido a Revista *Joaninha*(1936), apoiada pelo jornal *O Século* com critérios de organização e de redacção jornalísticos, sem nunca subalternizar o público a que se dirigia.

Criou, além disso, o mais longo Correio às Leitoras, na Imprensa Portuguesa, o “Correio da Tia Filomena”, (1936-1947) pseudónimo com que assinava as cartas, de uma rubrica regular, semanal, dirigida ao publico feminino juvenil. Promovendo a formação e a educação da juventude feminina, incluindo os problemas pessoais (íntimos) e as questões do seu tempo(sociais)num propósito de educação moral e sentimental integral e promovendo, sistematicamente, a leitura em especial, e a cultura num sentido mais vasto.

Empreendeu uma monumental reportagem pioneira sobre as condições de vida e de trabalho das mulheres portuguesas, entre 1948-1950, percorrendo Portugal de Norte a Sul, com pesquisa directa no terreno, para a elaboração do livro *As Mulheres do Meu País*, uma grande investigação percursora dos Estudos sobre as Mulheres, uma obra-prima no nobre género da reportagem. Realizou, para esse livro, também numa atitude pioneira, a reportagem

³⁶ * Título decalcado, com a devida vénia, do livro de Jacinto Baptista, Alexandre Herculano, Jornalista.

³⁷ Mestre em Estudos sobre as Mulheres. Investigadora do CEMRI

fotográfica no feminino. Como experiência jornalística realizou, ainda que pontualmente, Programas de Rádio (Emissões *Joaninha*).

Toda a sua actividade profissional teve um cariz intelectual fundador ao envolver com persistência e relevância, o trabalho criativo das mulheres, ao qual deu relevo constituindo, identificando e preservando um património cultural feminino notável, nomeadamente aquando da realização do Certame das Mulheres Portuguesas, em Julho de 1930, no Jornal *O Século*, e aquando da realização de Livros Escritos por Mulheres, em Janeiro de 1947, na Sociedade Nacional de Belas Artes, este de âmbito internacional, para apenas citar os dois empreendimentos de maior vulto.

Como jornalista profissional, Maria Lamas foi pois, uma jornalista militante e multifacetada e uma escritora de imprensa, que se integrava na tradição feminista histórica portuguesa republicana. Como em outros países, o século XX viu nascer um colectivo de mulheres jornalistas ao mesmo tempo que viu nascer as feministas, e estas ao mesmo tempo que as republicanas, sendo esta dimensão substancialmente diferente da caracterização destas mulheres como simplesmente “mulheres escritoras”, o que as remete para a esfera do literário, onde poucas viriam a ter reconhecimento e grandeza. Negligenciado a vertente profissional jornalística, minimizamos quer a sua actividade política,(na dimensão feminista) quer a sua expressão social, quer a sua estratégia de resistência, portanto, a sua actividade cívica militante. Maria Lamas jornalista é assim, uma opção de investigação, não só de inteira justiça, mas decisiva para a compreensão do seu percurso cívico, da sua actividade política e da sua personalidade.

Ao mesmo tempo, Maria Lamas, respeitou um percurso pessoal peculiar. Formação católica de base (Teresianas), a mãe católica, e de um pai maçónico, o que também a singulariza, tendo exercido com convicção, uma espécie de misticismo social, ou *misticismo laico*, que a fez absolutamente e invulgarmente dedicada aos valores humanos universais, de Justiça, Liberdade e Verdade promovendo, prioritariamente a dignificação da situação das mulheres, das mulheres mães e das crianças, não lhe faltando um acentuado espírito de missão, de apostolado, e uma exigência de sinceridade a toda a prova.

Maria Lamas fez parte de uma associação feminista, o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), assumindo responsabilidades de coordenação,(Secção de Educação e Literatura e Arte) desde 1936, associação federada no Conselho Internacional de Mulheres (CIM), tendo com muitas sócias—sobretudo as mulheres intelectuais da época--relações associativas, profissionais e de amizade, de graus e constância diferenciados, quase todas de longa duração..

Integrando-se nesse feminismo histórico, que com a instalação da ditadura haveria de assumir, na generalidade, aspectos de feminismo tácito, ou feminismo intelectual resistente, com raras excepções (Elina Guimarães é uma delas), como tantas outras mulheres do seu tempo, que sofreram a mordada da censura das ideias, das palavras e das reuniões... e das designações e das identidades. Foi Presidente eleita do CNMP, (1945-1947) tendo criado, um Curso de Jornalismo para as sócias, numa iniciativa marcante e inédita e desconhecida, que demonstra o elevado grau de estima e apreço por uma profissão e pela liberdade de imprensa, uma liberdade humana fundamental. Integrou-se, além do mais, no grupo de profissionais da informação associados no Sindicato da Imprensa, do qual foi sócia, convivendo activamente com numerosos camaradas da profissão, nos quais fez amigos para toda a vida, entre eles os melhores repórteres e jornalistas da época, como Ferreira de Castro, Pinto Quartim, Jaime Brasil, Mário Neves, e tantos outros, como ela, autodidactas quase todos. Ao jornalismo, e portanto à gente dos jornais, declarou dever a formação da sua personalidade e pela liberdade de expressão foi sempre uma lutadora livre e persistente e sincera. Foi uma jornalista entre jornalista, quer dizer, com consciência profissional de classe e elegendo a liberdade de expressão como a primeira das liberdades democráticas.

Como cidadã, toda a vida se empenhou , na luta pelos direitos e pela dignidade das mulheres, pela emancipação, palavra que preferia a igualdade, essencialmente na sua vertente

de formação, educação e informação. A luta pelas mulheres integrava-a na luta mais vasta dos direitos humanos, no âmbito de uma política que desejava que fosse uma “política humana”, expressão que Maria Lamas usa e que quer significar, essencialmente, no seu pensamento, respeitadora da liberdade de imprensa e da liberdade de consciência.. Escapou ao anonimato--o destino da maior parte das mulheres do seu tempo--e teve a coragem de ser uma mulher intelectual que, sem abdicar da sua consciência de elite esclarecida, esteve sempre, solidária, ao lado do quotidiano da vida e de todas as mulheres do povo, que designava “obreiras da vida”, considerando-as “vítimas milenárias de erros milenários”.

Procurou conjugar o realismo social com as ficções verdadeiras e nesse sentido foi uma escritora de imprensa que também foi uma escritora neo-realista da ficção sentimental, embora as mulheres escritoras sejam e estejam normalmente arredadas desta corrente literária, por não se reconhecerem e por não serem reconhecidas, de que é exemplo o seu romance *Para Além do Amor*, um livro de tese... e de catequese, onde para além do amor, persiste o amor a um ideal, o ideal de uma sociedade mais justa e mais fraterna.

Maria Lamas foi uma militante cívica corajosa e coerente, de elevados sentimentos fraternais. Exaltava o amor à vida e o amor ao próximo, fazendo da dignificação espiritual e da emancipação social um mesmo objectivo e um mesmo combate, por um *socialismo social*, tal como fez do amor e da amizade um mesmo sentimento, pleno de ambições e de renúncias éticas, associando o turbilhão de ideias à turbulência de sentimentos dominados pela curiosidade do conhecimento e pelo deslumbramento das descobertas e das esperanças, sentimentos que lhe incutiam um estado de permanente exaltação, de quase êxtase, sobretudo evidenciados na sua correspondência, que praticava e cultivava com dedicação e agrado e na comunicação oral, na conversa, que tanto privilegiava. Possuía aliás, uma aguda consciência biográfica e uma prática de reflexão que lhe era vital, como demonstra a publicação de “O Despertar de Sílvia (Fragmentos de uma Confissão)”(*Revista As 4 Estações, Primavera, 1949*)

Estamos pois em condições de afirmar que Maria Lamas foi comprovadamente uma jornalista profissional, uma das primeiras do século XX, e tacitamente feminista no sentido em que a luta pelo direitos das mulheres era encarada como uma *inevitabilidade social* do olhar feminino, a prioridade programática da história feita por mulheres e não como um acrescento (apêndice) da história humana ou um consequência directa e automática das evoluções e revoluções políticas.

Maria Lamas, comprovadamente jornalista, tacitamente feminista e, além do mais, uma jornalista portuguesa intelectual, quer dizer, pugnando pela dimensão cívica da sua actividade profissional e não apenas pela sua carreira. A sua enorme capacidade de trabalho e a sua imensa capacidade de abnegação, as perseguições políticas de que foi alvo em idade avançada, as prisões e os prolongados exílios, contribuíram, a partir dos finais do século XX, para a transformar num símbolo, num mito. Um mito mobilizador em prol da dignificação das mulheres e da paz, símbolo gerador de energias e de sonhos, (aceitará inscrever-se no Partido Comunista, após Abril de 1974, aos 80 anos) de grandes utopias. Uma mulher mito, um mito político a que não soube, não pode ou não quis furtar-se, sempre, em nome de um ideal humano e humanista.

** Devido ao lapso de tempo decorrido entre a realização do Seminário e da publicação das actas e tendo publicado já grande parte do texto sobre o Certame das Mulheres Portuguesas (*Revista História*), optei por divulgar uma parte da conclusão da minha tese de mestrado, ainda inédita, que assim, assume o carácter de pré-publicação.

A criação de um mito

Madalena Barbosa¹

Ao contrário das minhas ilustres colegas de mesa, não venho aqui fazer uma comunicação sobre qualquer coisa que estudei, mas sim dar o testemunho sobre qualquer coisa que vivi. Pediram-me para falar de um acontecimento que continua a suscitar dúvidas: a manifestação do Parque Eduardo VII, onde, pela primeira vez, as Feministas Portuguesas tentaram fazer uma grande acção de rua. Para isso, preciso de andar um pouco para trás e lembrar a influência que teve, nesse primeiro grupo do MLM, tudo quanto se passava ou se tinha passado nos outros países na mesma altura. Quer nos Estados Unidos, quer em França, quer na própria Inglaterra, tinham começado a surgir as vagas de feminismo no fim dos anos sessenta e tinham começado a reunir-se várias mulheres.

Havia, já nesse tempo, todas as correntes feministas de que se falou agora; portanto, surgiram praticamente todas aos mesmo tempo. Lembra-me, por exemplo, uma Kate Millet, que escreveu “Sexual Politic”, que era um feminismo de perspectiva mais cultural, a Shulamith Firestone, que defendia que a única maneira de as mulheres alguma vez se libertarem era quando os bebés comessem a ser feitos em tubos de ensaio, portanto, completamente radical. Havia a Sheila Rowbotham, que era uma feminista socialista inglesa, a Ti Grace Atkinson, da qual eu nunca mais me esqueci da sua definição do amor da época como uma antropofagia metafísica, e uma série de pensadoras que nos influenciaram desde o início. Havia também as feministas da exaltação da feminilidade, como o grupo *Psychanalyse*, francês, que fazia a exaltação do feminino, inclusivamente das funções biológicas femininas, que iam, evidentemente, desde o parto até à menstruação, tudo quanto tivesse que ver com o corpo no feminino.

Essas influências, com a abertura de fronteiras do 25 de Abril, caíram-nos todas em cima. Foi de repente. Formámos um grupo e começámos a fazer leituras e grupos de discussão. Nesse tempo, os grupos feministas funcionavam, principalmente, na base de grupos de auto-consciência, de grupos de auto-ajuda, em que as mulheres iam expondo os seus pensamentos, dificuldades, experiências, e onde, obviamente, os dois primeiros temas que surgiram foram a sexualidade e a violência contra as mulheres. Desde a revelação de casos de incesto, a violações contadas por mulheres adultas, que as tinham sofrido quando crianças, até espancamentos em casa. Para algumas de nós, que tínhamos tido uma vida protegida, foi um grande choque. E não foi um movimento que tivesse nascido no meio estudantil.

Em Portugal, ao contrário dos outros países, o MLM (Movimento de Libertação das Mulheres) foi um movimento que nasceu do grupo apoiante do livro das Três Marias, das Novas Cartas Portuguesas, da Teresa Horta, da Isabel Barreno e da Maria Velho da Costa. Era um grupo heterogéneo. Nós tínhamos pessoas desde os 16 aos 70 anos, e tínhamos donas de casa, estudantes, prostitutas, todo o tipo de pessoas que se possa imaginar. E, por isso mesmo, era um grupo de difícil gestão. A maior parte das pessoas desse grupo - também tínhamos mulheres que vinham de partidos políticos, marxistas, socialistas, tinham opiniões diferentes e existia debate permanente.

Em 1975, que foi o primeiro Ano Internacional da Mulher decidido pela ONU, procurámos fazer qualquer tipo de acção, até porque, nessa altura, os jornais nunca falavam nessas coisas e 1975 estava a passar completamente despercebido. Pensou-se em vários tipos

¹ Técnica Superior da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres

de iniciativas e resolvemos fazer uma manifestação. Uma manifestação que foi inspirada um pouco naquilo que se tinha feito noutros países. Em França, tinham feito uma manifestação junto do túmulo do Soldado Desconhecido, de homenagem às mulheres dos soldados desconhecidos. Nos Estados Unidos, tinha-se feito uma manifestação na eleição da Miss América, da qual tenho um testemunho presencial de uma escritora americana, Robin Morgan. Essa manifestação realizou-se a 7 de Setembro de 1968, na cidade de Atlântic City. Foi aqui que começou o tal mito dos *soutiens*. Ela explica porque é que se escolheu esse tipo de manifestação na eleição de Miss América. Não só por ser, obviamente, degradante para as mulheres – isso podemos discutir depois, porque há quem defenda que é muito bonito as eleições das misses – mas também por ser um concurso extremamente racista. Não havia possibilidade de ganhar o prémio se não se fosse loira de olhos azuis, já não falo só da raça negra, mas falo, inclusivamente, das latino/americanas ou de países asiáticos. Inclusivamente, a pessoa que ganhava o título tinha que fazer um *tour* pelo Vietname para entreter as tropas e era chamada de *madame/mascote*. Enfim, era um tipo de concurso perfeitamente reaccionário e pode-se considerar profundamente degradante para as mulheres, tanto para as que estavam lá dentro, como para todas as que viam.

A manifestação começou com um grupo de cerca de 200 mulheres, portanto, também não foi uma manifestação de massas. Aliás, os movimentos de mulheres poucas manifestações de massas tiveram, a não ser em relação à questão específica do aborto, até porque foi sempre um movimento dividido, um movimento sem cabeça, não sem cabeças, mas sem cabeça. Ou seja, tinha muitas cabeças mas não tinha uma cabeça, não tinha uma líder eleita e recusou-se sempre a fazê-lo, a ter esse tipo de hierarquia. Levaram vários panos com dizeres como “Libertação das mulheres”, “Liberdade para as mulheres” etc., e o que elas fizeram foi arranjar uma grande lata de lixo, a que chamaram o lixo para a liberdade, para onde deitaram panos de pó, uma esfinge de Miss América, *soutiens*, cuequinhas e outros símbolos domésticos, que tinham que ver com a repressão sobre as mulheres. Não se sabe porquê, porque não foi nada queimado nem houve fogueiras de *soutiens*, a imprensa traduziu isto em queima de *soutiens*. Houve várias mulheres presas e uma atitude muito negativa dos *media*. Aliás, nos jornais ainda no tempo do salazarismo, a única notícia que saiu sobre os movimentos de mulheres do mundo inteiro foi exactamente esta: “As mulheres queimaram *soutiens* nos Estados Unidos da América”. Saiu isso num jornal português em 1968. Eu penso que esta questão da queima dos *soutiens* e o seu aprofundamento devia ir ao encontro daquilo que muitas pessoas desejavam, quer para tirar a importância que o movimento tinha na realidade, quer por ver talvez no *soutien* um símbolo da feminilidade de que as mulheres se queriam desligar.

Havia uma exaltação de partes do corpo das mulheres. Por exemplo, o peito da mulher era fotografado de todos os ângulos em todas as capas de revista, as estrelas de cinema eram julgadas sob se tinham um peito maior ou mais pequeno. O corpo da mulher era utilizado e as feministas americanas resolveram começar por aí.

O que não foi bem o caso das feministas portuguesas. Apesar de termos começado por debater a sexualidade, eram as mulheres dos locais que colocavam as questões. A primeira reunião que eu tive, fora do grupo MLM, foi com empregadas da CP-Caminhos de Ferro Portugueses, onde, em conversa, uma delas, queixando-se da sua vida, dos filhos, das tarefas, daquilo tudo que nós conhecemos, sugeriu; “Olhe, o que era bom era que nós fizéssemos uma greve à sexualidade, nos recusássemos a dormir com os maridos”. Isto, por exemplo, foi ouvido por um jornalista português, que pôs como título no seu artigo – na Capita l– “Feministas portuguesas propõem greve sexual”. Portanto, vocês vêem o tipo de deturpação que é feita, principalmente ao nível dos títulos. O mesmo aconteceu com a nossa manifestação! Nós falámos com a Helena Vaz da Silva sobre a manifestação que íamos fazer e esta fez um pequeno artigo que saiu no Expresso, cujo título não teria sido da sua autoria: “Mulheres fazem *strip-tease* no Parque Eduardo VII”. O comunicado que o MLM fez na altura, invocando, exactamente, a inauguração do Ano Internacional das Mulheres, dizia que

pretendia fazer uma fogueira para queimar: os Códigos Civil e Penal portugueses, que vinham do anterior regime, a legislação do trabalho, que era discriminatória, as revistas pornográficas, os símbolos daquilo que tinham sido as tarefas femininas tradicionalmente (vassouras, panos de pó), livros tipo “Carta de Guia dos Casados”, de Francisco Manuel de Melo, brinquedos de crianças, que apontavam o papel que a sociedade lhes destina e que, naquele tempo, ainda mais que hoje, eram metralhadoras, espingardas, pistolas, tanques e aviões de guerra para os rapazes, e bonequinhas, tachos e panelas para as meninas. E era isso que nós íamos fazer, mas nunca pensámos que isto fosse causar tanta celeuma.

O Diário Popular, por exemplo, deu uma notícia normal: “Mulheres vão queimar em praça pública os símbolos da sua repressão”, o que tinha um bocadinho a ver com aquilo que nós próprias tínhamos dito, mas, de facto, o jornal mais lido na altura era o Expresso, até porque, durante o tempo de Salazar, tinha sido, de certa forma, o jornal mais aberto e mais liberal e, portanto, era quase uma bíblia para a maior parte das pessoas lerem aos fins de semana. O que é que aconteceu?

Talvez pela história do *strip-tease*, mas penso que também não só por isso, quando chegámos ao topo do Parque Eduardo VII, demos com cerca de dois mil homens e muito poucas mulheres. Esses homens tinham *slogans*: “mulheres só na cama”, “mulheres em casa a cozinhar” e “fora a virgindade”, o que tornava bastante óbvio aquilo que eles pretendiam fazer. Corriam de um lado para o outro “mas onde é que elas estão, onde é que elas se estão a despir?”. Empurravam-se, atacaram algumas mulheres, que foram despidas, não totalmente, porque houve pessoas que as protegeram nessa altura. Os próprios jornalistas presentes tiveram que defender mulheres que estavam sozinhas, porque as do MLM estavam juntas e não foram atacadas fisicamente da mesma maneira. Havia bastantes crianças, que também tiveram que ser salvas e agarradas para fugir. Agora vou-vos mostrar um outro jornal, que diz: “O machismo lisboeta versus Movimento de Libertação das Mulheres”. Tenho muita pena que esta fotografia não se veja, porque é a fotografia de um homem a despir-se, já com as calças pelo tornozelo e a dançar no meio da rua, numa manifestação de virilidade. E o comentário da jornalista é: “Ontem à tarde, no Parque Eduardo VII, os homens de Lisboa mostraram sobejamente que as mulheres têm razão em classificá-los de opressores”.

Portanto, mesmo a imprensa que nos era adversa e que nos criticava, ficou perfeitamente horrorizados com aquilo que aconteceu. Temos aqui: “Na realidade, cerca de 2.000 homens, que ontem estiveram no Parque Eduardo VII, revelaram-se mais do que opressores. Revelaram a mais total ausência de civismo e de dignidade, o mais total desprezo pelos direitos e liberdades que o 25 de Abril trouxe a todos os cidadãos portugueses, e levaram o seu vergonhoso machismo a brutalizar as manifestantes, batendo-lhes e tentando despi-las.” Isto é uma notícia do jornal República, um jornal que acabou, mas que, na altura, era bastante importante e era considerado um jornal de esquerda. Tanto que o fecharam. Temos aqui, no Diário de Lisboa, exactamente o mesmo tipo de notícia: “O Parque Eduardo VII veio, mais uma vez, confirmar que os movimentos feministas têm razão de existência”. Também do dia 14 de Janeiro e o título é: “Histerismo machista no Parque Eduardo VII”. “Os homens rasgavam e espezinhavam os bocados de papel com as reivindicações ‘democracia sim, falocracia não’. Houve alguns homens, muito compreensivos, que nos vieram dizer - “se vocês, ao menos, não tivessem vindo para a rua, se tivessem feito isto dentro de uma casa”, o que tem também a ver com o espaço privado a que as mulheres pertencem.

Realmente, esta manifestação provou que o espaço público não nos estava aberto. Eu penso que, até hoje, ainda não houve em Portugal uma manifestação de mulheres no espaço público, com as suas reivindicações próprias, a não ser integradas noutras manifestações. A maior que eu vi foi a manifestação a favor da Conceição Massano, que foi julgada por aborto nos anos oitenta, mas era uma manifestação mista. Depois, nunca mais houve coragem, arrojo, confiança, ou fosse o que fosse, para fazer uma grande manifestação de mulheres e continua a haver razão para isso. Aqui dizem: “Chama da liberdade não acende fogueira”. Esta notícia saiu na Capital, também no dia 14 e o tipo de comentários que faziam, eram, mais

uma vez, sobre os milhares de homens, porque, realmente, as mulheres nem se podiam ver no meio de todos aqueles homens, que impediam a fogueira de ser acesa. Eu devo dizer que nem um fósforo de acendeu, nem mesmo um isqueiro para fumar um cigarro, porque, de facto, isto foi um ataque violento às mulheres. Começou imediatamente, quer dizer, não houve qualquer tipo de manifestação. O ataque foi imediato, directo. Eu soube, depois, que isto não era a primeira vez que acontecia no Mundo. No Canadá, também a primeira manifestação das mulheres tinha sido atacada por homens, que também se despiram na frente das mulheres, exibindo a sua virilidade, para não dizer mais nada, mas, de facto, nós, numa época daquelas, nunca esperámos que pudesse acontecer isto.

Lembro que vivíamos numa época em que havia três ou quatro manifestações por dia, só em Lisboa, sem falar no resto do País, e não havia ninguém que não se manifestasse. Quer dizer, qualquer grupinho, que se autodenominasse fosse do que fosse, passava imediatamente a fazer uma manifestação de rua. Nós sentiamo-nos integradas num movimento que, no fundo, nos repelia. Esse movimento não nos aceitava no seu seio, porque éramos burguesas, mas, no fundo, também todas as chefias desses movimentos eram burguesas, não é? Não conheço nenhum movimento que tivesse começado nos camponeses ou no operariado!. Começaram sempre pelos intelectuais.

Depois, alguns jornais publicaram uma resposta nossa sobre o que é que tinha acontecido e o nosso comentário sobre a acção, que não chegou a acontecer, do Parque Eduardo VII, e tivemos uma manifestação de solidariedade do Conselho Consultivo da, ao tempo, Comissão da Condição Feminina, com excepção de dois movimentos: o Movimento Católico e o MDM, que não quiseram subscrever esse apoio às mulheres do MLM, que tinham sofrido este tipo de humilhação.

A imprensa portuguesa nunca disse - e foi feito um exame exaustivo na Biblioteca Nacional de toda a imprensa portuguesa - que se queimaram *soutiens* e, no entanto, hoje em dia, na maior parte das assembleias onde nós chegamos, quando se fala em feminismo, a primeira coisa de que nos falam é em *soutiens*.

Qual é a força desse mito? De onde é que ele vem?

Normalmente, a questão dos *soutiens* junta-se a outra: “as feministas são mulheres contra os homens”. Cada vez que as mulheres invocam os seus direitos, se considera que isso é qualquer coisa contra os homens; isso é qualquer coisa que também não nasceu no nosso seio, nasceu fora. Talvez porque fosse um sentimento de culpa, talvez muitos homens se sentissem responsáveis, porque estavam ali aliados a esse tal poder patriarcal, que penso que ainda se mantém, apesar de ser mais flexível.

Nós temos, hoje em dia, muitas mulheres com visibilidade e com um certo poder, mas que eu ainda penso que são mais símbolos para enganar o resto, do que poderes reais que elas tenham ou que possam, inclusivamente, exercê-lo de facto, mas esta questão das feministas serem contra os homens, das feministas serem umas loucas que queimam *soutiens*, tem sido utilizada, permanentemente, para desfazer tudo aquilo que o Movimento poderia ter de sério.

Assim como as imagens da sexualidade, que nos vêm da Idade Média, de que falou a Helena Neves, como as imagens das sufragistas, que, desde pequenina, me ensinaram que eram umas senhoras de pés grandes e bigode, e como muitas outras. Às vezes, a melhor maneira de lutar contra uma coisa séria é torná-la qualquer coisa de ridículo, é torná-la qualquer coisa de pequeno. E essa tem sido a táctica utilizada para este tipo de movimentos, em que a violência aberta poderia ser de qualquer forma mal vista. Enfim, não se bate nas senhoras, apesar de terem batido nas sufragistas e nas feministas americanas.

Obrigada.

OS FEMINISMOS DA DIFERENÇA E DO GÉNERO

Alexandra Dourado¹

O tema que resolvi abordar é a questão do Feminismo da diferença e da igualdade, debate muito actual em toda a Europa e que começa a surgir em Portugal. Por exemplo, com a vinda recente da Sra. Sylviane Agacinski.

Começo por vos falar do género, que surge como uma categoria de análise essencial para a compreensão dos feminismos.

Género como categoria de análise

Este conceito começa a ser utilizado pelas feministas como forma de se referirem à organização social das relações entre os sexos. Na concepção mais recente, “género” parece ter aparecido primeiramente entre as feministas americanas, que desejavam insistir na característica essencialmente social das distinções baseadas no sexo. Com este conceito recusava-se o determinismo biológico implícito quando se usavam conceitos tal como “sexo” ou “diferença sexual” e salientavam-se os aspectos relacionais das definições normativas da feminilidade. Isto ajudou à melhor compreensão académica de que as desigualdades de poder estão organizadas em pelo menos três eixos: classe social, raça ou etnia e género (Scott. Joan W. in *El género: una categoria útil para el análisis histórico*). Maria José Magalhães, no seu livro “Movimento Feminista e Educação”, introduz, ainda, os eixos idade e região. A abordagem diferenciada, feita pelas diferentes historiadoras, do conceito “género” resultou, em resumo, em três posições teóricas: uma, que tenta explicar as origens do patriarcado, outra, que se centra numa tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas e uma terceira, desenvolvida fundamentalmente pelos pós-estruturalistas franceses e teóricos anglo-americanos das relações de objecto, que se baseavam nas diferentes escolas da psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade do género do sujeito (Scott, Joan).

Feminismos da diferença e da igualdade

Com base nestas conceptualizações, surge o Feminismo da diferença, que nega o género na sua vertente relacional, assumindo-o como natural do sexo feminino ou do sexo masculino. Defendem, assim, a manutenção e aprofundamento das diferenças entre homens e mulheres, pois são naturais e, por este motivo, devem existir. Consideram que a procura e o reforço duma identidade feminina só se consegue se se defender a diferença (Deleuze - Lacaniana). Negam, assim, a construção social e reivindicam no sentido da melhor adaptação da mulher à sociedade.

Fazem uso das revistas femininas como forma de promover uma melhor adaptação à esfera pública e privada: ser boa profissional, ser boa amante, ser boa mãe, ser boa dona de casa. Defendem ideias, como, por exemplo, a mulher ser portadora de valores como a ética do cuidado do outro. Com base neste tipo de princípios, vê-se surgir, em toda a Europa, movimentos como o Ecofeminismo - casamento entre a ecologia e o feminismo.

¹ Psicóloga

As feministas da diferença italianas defendem que as leis que assumem as diferenças entre os sexos não se devem reivindicar, porque são leis feitas pelos homens – então, são leis masculinas.

O Feminismo da igualdade assume o carácter relacional deste conceito: a construção do género feminino depende da construção do género masculino, ambos influenciados pela moral patriarcal; decorrendo daqui a desigualdade entre os dois géneros.

Defende a equiparação dos direitos entre homens e mulheres, tendo como lema a “igualdade, solidariedade e a fraternidade”. Afirmam a similaridade entre homens e mulheres.

Críticas

Da análise destes dois tipos de feminismo decorre uma série de críticas de ambas as partes. As feministas da diferença francesas criticam o feminismo da igualdade por ser demasiadamente reivindicativo e reformista. E que se pretende igualar à vontade masculina.

Daquilo que me parece, ao nível teórico, mais fundamental a criticar no feminismo da diferença é a questão da procura da identidade. Se a mulher exige o direito à diferença, como direito à sua identidade e engloba nesta identidade uma série de atributos comuns a todas as mulheres - tendo-se que ter em conta a construção social e cultural, baseada numa história de opressão e de experiências diferentes - não se quer encontrar com a sua identidade, mas sim com o seu estereótipo. No fundo, a identidade feminina acaba por ser ideológica.

Desde muito cedo, a educação condiciona o surgir de valores e de formas de estar, que o social vai catalogando como comportamentos ora masculinos, ora femininos. Esta introdução pacífica de valores pode-se constatar desde muito cedo. Por exemplo, o fato azul para o menino, o fato cor-de-rosa para a menina, o carro para o menino, a boneca para a menina. Na grande maioria dos jogos e brincadeiras já se constata uma divisão sexual: os jogos para os rapazes apelam mais para o movimento e para a abstracção e os jogos das raparigas prendem-se mais àquilo que se pode chamar de espaço privado: as cozinhas, as vassouras, os carrinhos para as bonecas. Começa-se, assim, desde muito cedo, a abrir caminho para a divisão sexual do trabalho através da divisão sexual do lúdico.

Neste momento, o que faz sentido é falar-se em identidades múltiplas, ou seja, para além do conceito de género, que diferencia o masculino do feminino, também há a classe social, a etnia, a cultura, a região e a idade, que não são dissociáveis (Maria José Magalhães). Por exemplo, um homem negro, de um meio economicamente desfavorecido, que viole uma mulher branca rica, terá mais anos de cadeia do que se pertencessem à mesma etnia e à mesma classe social.

Gudrin Alexi Knapp refere que o que se tem de transformar é a ordem simbólica e critica o feminismo da diferença por se restringir aos significantes e significados, negligenciando as violências reais a que estão sujeitas as mulheres e esquecendo muitas vezes a mulher real e as suas condições materiais.

É uma teoria que entra mais facilmente no pensamento maioritário, porque é uma teoria mais convencional. Defendida por mulheres de formação universitária, assumem o patriarcado como já morto, porque vivem num mundo de elite.

A aproximação das mulheres à natureza, como defende esta corrente, é contestada, por exemplo, por Elizabeth Badinter, filósofa, no seu livro “Amor Incerto”. Desenvolve um trabalho de análise histórica da relação mãe-filho e como ela se diferencia ao longo dos séculos. Ela contesta, nesta obra, a existência do chamado instinto materno.

Uma das mais importantes implicações desta corrente é a desmobilização a que conduz: é muito mais fácil voltar para casa, do que nos confrontarmos com o conflito.

Brechas para a social democracia e receptividade ao discurso da diferença

Penso que a receptividade hoje existente ao tipo de discurso manifestado pelas feministas da diferença pode estar relacionada com dois grandes motivos. Por um lado, a queda do Muro de Berlim e da União Soviética acabaram por pôr em causa uma visão maioritária da luta de classes, em que, para se atingir a igualdade, teria que haver sempre uma luta entre oprimidos e opressores. Que é do que se trata no Feminismo da igualdade: uma luta das mulheres oprimidas contra o patriarcado opressor. Um exemplo disto é o caso do Partido Comunista Italiano, que, nesta última década, está a sofrer uma transformação, marcada pelo abandono duma orientação de luta de classes, em benefício de uma estratégia social-democrata e em que a corrente feminista predominante é a da diferença (Cahiers du féminisme, nº 59. Re, Alice Del) .

Por outro lado, criou-se uma falsa realidade, principalmente ente as camadas mais jovens, de que existe igualdade de direitos entre homens e mulheres. A presença de algumas reivindicações feministas na Constituição e no Código civil, tal como a existência das Conferências Mundiais de Mulheres, ajudou a desenvolver este tipo de pensamento. A realidade é que estes direitos, por estarem escritos, não têm uma validade eterna e o facto da pouca fiscalização existente sobre a prática destas legislações, faz com que elas não sejam cumpridas: temos o exemplo do controlo feito às mulheres na Indústria de calçado, em São João da Madeira, o recente caso do Lidl e o exemplo dado pela ex-ministra da educação do governo cavaquista, Manuela Ferreira Leite, que, na Conferência de Pequim, assina um acordo de uma plataforma de acção, que reconhece os direitos reprodutivos para as mulheres de todo o mundo e vimos qual era a sua posição e o respeito pelo compromisso que supostamente assumiu na recente campanha do referendo sobre a despenalização do aborto.

O feminismo da diferença acaba, assim, por servir a política neo-liberal. Temos o caso das medidas adoptadas pelo governo Thatcher da Inglaterra: diminuição das despesas do estado em estruturas de apoio à família (Tavares, Manuela P. F., *Movimentos de mulheres em Portugal após Abril de 74*).

Conclusão

Vemos que, ao longo da história, as feministas reivindicaram direitos iguais, tendo como base a sua diferença e a sua igualdade com os homens. Exemplos claros disto foram as lutas das sufragistas em Inglaterra e na América pelo direito ao voto e a luta pela licença de parto (Manuela Tavares). Este tipo de abordagem é considerado como feminismo da igualdade na diferença, ou seja, poder reclamar o direito à diferença sem ser discriminada por isso. Este tipo de reivindicação está muito ligado a muitos movimentos anti-racistas dos anos 80, que combatem a discriminação assumindo-se na diferença.

É possível trabalhar estas duas correntes como complementares, mas, quando existem grandes desigualdades de direitos, tem-se que nivelar por uma igualdade básica, que só terá validade se forem respeitadas as diferenças existentes (Maria José Magalhães).

Direito a ser ... simplesmente mulher Para uma sociedade paritária

Maria Antónia Palla¹

"Não há qualquer razão para que a fecundidade feminina, que constitui o principal factor de diferenciação entre mulheres e homens, represente um handicap."

Sylviane Agacinski, "Politique des Sexes", Seuil, 1998

A fecundidade feminina tem constituído, ao longo dos tempos, o principal argumento justificativo da discriminação das mulheres.

Condenadas pela Natureza aos impedimentos decorrentes da maternidade, elas ficaram confinadas à esfera doméstica, como seres desvalorizados, a quem não se reconhece razão, vontade, liberdade.

E quando a industrialização as projectou para fora de casa, sujeitaram-se a horários, regras e valores, que as tornaram escravas de duplas e triplas tarefas, impostas por um modelo masculino, em nome da igualdade. Uma hipocrisia e uma violência de que as mulheres têm sido vítimas, tantas vezes com o seu próprio consentimento, porque não sabem ou não ousam denunciá-las.

A descoberta dos modernos meios de contraceção e a sua divulgação em larga escala veio permitir às mulheres, pela primeira vez na história do mundo, controlar de forma efectiva a sua capacidade reprodutora. O direito ao aborto, praticado desde tempos imemoriais e em todas as sociedades, passou a ser reconhecido pela lei e protegido pelo Estado. A partir daí, as mulheres, libertas de uma fatalidade biológica, podem planificar a sua vida familiar e profissional, exercer não apenas o governo da casa, mas também a gestão da empresa, dos diversos serviços, da cidade, do país.

Sintomaticamente, um filósofo, Henri Lefebvre, considerou que a descoberta da pílula anticoncepcional representou um facto muito mais revolucionário do que a ida do homem à Lua.

Falo de um quadro ideal. A realidade é bem diferente, não obstante a inegável mudança que a partir dos anos 60 se operou no estatuto das mulheres.

Por diversas razões, a contraceção está longe de ser tão divulgada quanto se pretendia e as acções empreendidas, com excepção das iniciativas generosas de associações particulares, resultam mais de políticas natalistas e economicistas, do que de um empenhamento libertador e protector da dignidade e da liberdade dos seres humanos. Neste caso, das mulheres.

Quanto ao aborto legal, esse é permanentemente cercado ou mesmo negado como direito da mulher por um poder político predominantemente masculino, instalado num reduto de que não pretende ser desalojado. Enquanto as mulheres estiverem prisioneiras do que se convencionou chamar "a condição feminina", o risco parece afastado. Elas estão demasiado ocupadas com as múltiplas tarefas que lhes são impostas, para terem a veleidade de exigir a parte que lhes cabe nas decisões que condicionam o destino comum.

A recente experiência do referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, em Portugal, fornece-nos ampla matéria de reflexão sobre estes problemas.

¹ Jornalista e activista do movimento pela despenalização do aborto dos anos 70

Não cabe aqui fazer a história da luta pela legalização do aborto em Portugal. Apenas recordo que ela se fez depois da consagração na Constituição saída da Revolução de Abril, do princípio da igualdade e da não discriminação entre sexos. Não obstante, foi necessária uma luta empreendida por organizações autónomas de mulheres para se chegar à lei aprovada na Assembleia da República em 1984. Dez anos!

A lei é limitada. Em duas ocasiões, a Assembleia da República procedeu a ajustamentos. Considerada, mesmo assim, insuficiente, procurou-se alargar o âmbito da legislação, introduzindo-se o princípio de que o aborto poderá ser realizado a simples "pedido da mulher". E foi um escândalo! Porque, aceitar este princípio, corresponde a abrir mão de uma sujeição histórica, que as mais piedosas declarações de intenção não conseguiram alterar. O resultado é conhecido.

Empurradas para um referendo que não desejávamos e que não tínhamos hipóteses de ganhar, pela ausência de organização e de meios de informação e mobilização, enfrentámos a poderosa máquina da Igreja católica e dos meios mais conservadores, a que não faltaram voluntários e dinheiro para realizar uma campanha agressiva e dispendiosa face à nossa penúria de recursos.

Tal como, no passado, as sufragistas, sobre os defensores da legalização do aborto choeram calúnias e injúrias. O mais doloroso, porém, foi o desrespeito e o abandono a que fomos votadas por aqueles em quem muitas de nós confiávamos e aqui, destaco em primeiro lugar: os responsáveis do Partido Socialista, que não ousaram combater a vontade do seu líder, disponibilizando recursos materiais e humanos indispensáveis à vitória da sua proposta, que, no entanto, se enquadrava plenamente no ideário socialista. Singularmente, os resultados catastróficos nunca foram analisados.

Nesta análise que vos proponho, não quero omitir as nossas próprias fragilidades e os nossos erros de avaliação. Muitos deles decorrem das dificuldades próprias de uma esquerda dividida, do enfraquecimento e desarticulação das organizações de mulheres, de certas ânsias de protagonismo, de algum irrealismo e alguma intolerância. O arrastar de discussões estereis sacrificou o pouco tempo de que dispúnhamos e impediu-nos de reconhecer o embuste em que acabámos por cair. À distância, penso que o mais indicado seria termos recusado participar num acto que foi uma armadilha montada para uma derrota programada. Era preciso quebrar a espinha às nossas veleidades.

Como saldo positivo, haverá ainda que apontar o reconhecimento unânime da lei de 84: é necessário agora fazê-la cumprir.

A experiência que vivemos, leva-me a pensar que a questão do aborto e da contraceção terá de ser enquadrada numa problemática mais vasta, que envolve a participação das mulheres numa sociedade em que elas desejam ver consagrado, não apenas o direito à igualdade, mas também o direito à diferença. As diferenças biológicas entre homens e mulheres não podem continuar a ser factor de subalternização de um sexo em relação ao outro. É tempo de assumirmos, sem vergonha nem preconceito, a nossa feminilidade.

Tudo o que nos é próprio não é doença nem defeito. É urgente definir um modelo feminino, suficientemente amplo para não ser castrador da liberdade individual, que contemple a globalidade da natureza e das aspirações das mulheres, das suas vidas públicas e privadas, sem abdicar de todas as pequenas e grandes coisas que nos dão prazer e em que nos realizamos.

Passar horas em frente de um televisor a ver vinte e dois homens em calções a correr atrás de uma bola é mais nobre do que cozinhar um bom jantar para toda a família ou fazer um "footing" para manter a forma?

As mulheres têm afirmado a sua inteligência e a sua capacidade de trabalho em todos os domínios. É urgente reclamar a partilha do poder, nas diversas instâncias, de forma a contribuir, com os nossos conhecimentos e talentos, para a criação de uma sociedade mais equilibrada, mais pacífica, mais justa, mais solidária, mais livre. Em suma, mais democrática.

Para isso, é necessário reforçar o associativismo e procurar estabelecer, com os partidos políticos, contratos eleitorais que os responsabilizem pelo cumprimento de promessas de que dependerão os nossos votos. O estabelecimento de plataformas de acção entre associações parece desejável, salvaguardadas da ingerência dos aparelhos partidários.

A revisão da lei eleitoral, no sentido de uma maior aproximação entre eleitos e eleitores e incluindo um número - se não paritário - pelo menos significativo de mulheres, é outra das prioridades.

Finalmente, haverá que incluir nas nossas reivindicações o direito ao tempo. Porque, sem dispor de mais tempo, o conjunto das mulheres estarão impedidas de participar em tarefas cívicas e políticas, sobrecarregadas como estão pelas tarefas domésticas e profissionais, pelos longos percursos entre a casa e o emprego, pela falta de estruturas de apoio às crianças e idosos.

A revolução tecnológica abre, pela primeira vez na História, possibilidades únicas de redução do tempo de trabalho e proporciona novas formas de organização de actividade. É preciso que a crise da sociedade pós-industrial reverta a favor das mulheres. Se o conseguirem, agindo com imaginação e responsabilidade, todos beneficiarão. Homens e mulheres e, sobretudo, as crianças, que têm direito a um mundo melhor. As mulheres saberão torná-lo diferente.

Os paradoxos da igualdade

Helena Roseta¹

Vou sair um pouco da questão precisa da luta pela legalização do aborto, embora, evidentemente, ela esteja presente nas reflexões que vos queria trazer aqui. São, sobretudo, interrogações, porque estou numa fase de interrogar e interrogar-me cada vez mais.

E começo por um ponto que nos divide e angustia muitas vezes. Pelo menos, a mim já me aconteceu angustiar-me muito com esta questão, que é uma espécie de paradoxo da igualdade. Logo a seguir ao 25 de Abril, quando entrei para um partido político, acreditava e continuo a acreditar profundamente no direito à igualdade. Sempre lutei por esse direito. Mas, ao mesmo tempo, embora sentindo que não somos tão iguais assim, rejeitei à partida o estatuto de diferença que me queriam dar. Era muito frequente (penso que ainda continua a ser), por exemplo, nos comícios dos partidos e nas sessões de outras instituições, ao organizar uma mesa de pessoas para falar, escolher-se um conjunto de oradores e depois acrescentar-se uma mulher e um jovem. Eu irritava-me sempre com isto. Porquê uma mulher? Uma mulher é um orador como os outros. Mas não: a mulher era chamada para falar dos problemas das mulheres e o jovem para falar dos problemas dos jovens. Eu recusei sempre este estatuto, este papel da mulher que vai falar das mulheres.

Mas isso trouxe-me uma consequência terrível. De certo modo, não criei desde o início, logo a seguir ao 25 de Abril, uma grande cumplicidade com as organizações de mulheres. Estava dividida entre a vontade que tinha de colaborar com as mulheres na luta delas e a vontade de não aceitar esse papel que me pretendiam dar no partido, o de ser a mulher-que-fala-dos-problemas-da-mulher. Eu queria intervir numa plena igualdade de

¹ Deputada do PS

circunstâncias. Penso que continuamos a viver este paradoxo. Estamos constantemente a ser confrontadas com ele. Como é que é possível batermo-nos pela igualdade, com toda a energia que o desejo de cidadania nos traz, e exigirmos ao mesmo tempo o reconhecimento da diferença? Há aqui um dilema quase insolúvel. Já várias pessoas têm reflectido sobre ele, recordo alguns artigos da Teresa Beza e estudos publicados nos E. U. A., bem como o belo livro que a Maria Antónia Palla já citou, da Silvianna Agacinsky, “A Política dos Sexos”. A filósofa francesa tenta resolver o paradoxo de igualdade, dizendo que o contrário da igualdade não é a diferença. O contrário da igualdade é a desigualdade, a discriminação. O contrário da igualdade não é a diferença. Podemos ser todos iguais, todos diferentes, como diz o slogan, porque o problema não está na diferença. O problema está em um ser considerado superior ao outro. Está em estabelecer-se, entre dois seres diferentes, uma relação de hierarquia e de poder, em que um é melhor que o outro, um é superior ao outro, um está acima do outro. Isso é que é o problema, não é a diferença. Porque diferentes somos nós todos, não apenas por sermos homens ou mulheres, mas por muitas outras razões. O problema não está nessa diferença, está no desequilíbrio de atitudes e na relação de dependência hierárquica entre homens e mulheres.

No texto que a Maria Antónia Palla mandou, conta-se a história do que foi, no Partido Socialista, a falta de solidariedade perante o problema da legalização do aborto. Continuo a defrontar-me com isso. É absolutamente vexatório nós querermos discutir um problema que diz respeito a toda a sociedade, porque a questão do aborto não é só um problema das mulheres, e sermos recebidas com o sistemático *«lá estão aquelas, lá vêm elas outra vez»*... Isto é um labéu inaceitável, é uma humilhação que precisamos de vencer. Mas eu pergunto: porque é que temos de sofrer humilhações? Isto não faz sentido! Uma pessoa que combata o racismo, não é humilhada por isso. Sobre uma pessoa que combata o sexismo, aparece imediatamente este labéu. Racismo e sexismo não são a mesma coisa, são problemas diferentes, naturalmente. Mas por que é que a luta contra o sexismo ou contra o machismo dominante tem ainda um labéu negativo? A explicação é que estamos perante um caso concreto da tal desigualdade, de o modelo masculino ser considerado melhor que o modelo feminino. Se os modelos masculino e feminino fossem igualmente bons, igualmente aceitáveis, se a sociedade achasse que era normal qualquer das formas de expressão, não haveria, constantemente, de cada vez que falamos dos problemas das mulheres, o *«lá vêm elas»*, o sorriso subtil do desprezo.

Outro exemplo frequentíssimo: a maneira aberrante como foi discutida a questão das quotas. Eu posso concordar ou discordar das quotas, é uma matéria que se pode discutir como qualquer outra. Mas, quando a gente fala de quotas, temos logo o famigerado *«lá vêm elas»*. Eu penso que este tique, chamemos-lhe assim, está muito interiorizado. E é extremamente difícil vencer esta desigualdade institucionalizada entre um modelo, dito universal e que é o masculino, e um outro modelo, que é a nossa maneira feminina de ser e ver. Que nem tem direito de cidade, nem nós, muitas vezes, o defendemos explicitamente.

Há tempos, num colóquio, veio uma senhora ter comigo. Estava a fazer um mestrado sobre as intervenções das deputadas na Assembleia da República, tinha lido os meus discursos todos e fez o seguinte comentário: "você está a perder muitas energias, já não tem aquela força que tinha nos seus discursos". E eu comecei-me a rir. Podia-lhe ter dito: *«olhe, tenho cinquenta anos, já não tenho paciência»*. E é verdade, é rigorosamente verdade. Mas a questão é muito mais complicada. É que eu, a partir de certa altura (e é possível que isto já vos tenha acontecido), entrei em choque com uma certa maneira de fazer política. Não tanto pelas peripécias que todos nós temos que suportar, quer estejamos em partidos, quer noutras organizações, pois há sempre momentos dolorosos, momentos de derrota, coisas que custam. Mas não era essa a questão. A partir de certa altura, dei-me conta de que, para exercer a minha actividade no contexto de um partido político, da disputa de poder normal entre partidos políticos, tinha de entrar num universo de agressividade e de violência que me repugnava profundamente. E comecei a reflectir sobre isso. O problema não é só a necessidade da partilha do poder entre homens e mulheres. O problema é que temos ideias diferentes do que é ou deve ser o poder. Para que quero eu o poder? Se não o quero para entrar agressivamente em certas disputas, como é que eu posso confrontar-me com outros, que o querem avidamente? Na primeira dificuldade, desisto e digo: *«fiquem lá vocês, não me chateiem»*. Porque o poder não é aquilo que eu quero.

Apercebi-me desta barreira depois de estar na Câmara de Cascais. Aí senti pela primeira vez, muito claramente, porque tive uma responsabilidade executiva grande, a diferença da ideia de poder. Para mim, e penso que outras pessoas aqui na mesa têm uma experiência semelhante, estar na Câmara de Cascais era sobretudo uma grande oportunidade de fazer coisas. Era muito entusiasmante, porque era concreto, estava ligado às pessoas, tentávamos transformar alguma coisa. Nem me passava pela cabeça ser presidente da Câmara para fins institucionais ou hierárquicos, para ocupar certos lugares nas mesas ou em cerimónias públicas. Uma vez, numa sessão que decorria numa colectividade, estava ao fundo da sala um senhor de idade, que era o presidente. Eu pedi-lhe para ele vir ocupar o lugar da presidência e ele virou-se para mim e disse: “A cadeira da presidência é a cadeira onde eu me sento”. Nunca mais me esqueci. E é isto a minha concepção de poder. Ocupar um lugar qualquer a fazer as coisas que devo fazer, não interessa nada se o lugar é o que está no topo da mesa ou no fundo da sala. Porque o que conta é fazer o que se quer fazer, com gosto e com empenho. Mas não é esta a concepção de poder que hoje domina.

Tudo isto está directamente ligado à questão da visibilidade. Se vocês tiverem que organizar uma lista para um sindicato, ou para uma freguesia, ou para uma associação académica, e forem perguntar a homens e mulheres, ou a rapazes e raparigas, a grande probabilidade é que o homem vos pergunte: “Em que lugar é que eu fico?”. De preferência, no lugar cimeiro; se não for esse, poderá ser que nem aceite. E a mulher ou rapariga, com muita frequência, vos perguntará: “Mas é para fazer o quê? O que é que é preciso eu fazer?”. E se achar que consegue, aceita, não põe o problema de saber se é o primeiro, o segundo ou o último lugar. É para fazer qualquer coisa. Cá estão outra vez duas concepções diferentes de poder.

Quando a gente fala em quotas, quando a gente fala em paridade, de certa maneira estamos a dizer que a situação actual é completamente aberrante. Numa democracia em que há igualdade de direitos, não faz sentido que os lugares de poder sejam ocupados só por uma das partes. Mas, muitas vezes, não estamos a colocar a questão mais profunda, que é a de saber: paridade no poder, mas qual poder? E eu penso que temos que ir mais longe nesta direcção.

É evidente que não podemos alterar as coisas ficando de fora. E aqui surge um segundo paradoxo. Queremos fazer coisas, mas recusamos aquela maneira de fazer. Se recusamos aquela maneira de fazer, ficamos de fora. Se ficamos de fora, não mudamos nada. É um ciclo vicioso. Então, não podemos ficar de fora. Vamos tentar. Tentamos, conseguimos obter determinadas posições ou determinadas responsabilidades. Os problemas colocam-se então o tempo todo: ou bem que a gente entra no jogo e disputa as decisões com aquilo a que eu chamo a linguagem “masculina”, que é a linguagem da agressividade e de uma certa hierarquia, ou bem que a gente põe o jogo em causa. E quando a gente põe o jogo em causa, das duas uma: ou somos obrigadas a sair, ou colocam-nos numa situação que é aquela em que eu me encontro neste momento. Toda a gente me pergunta: “Por que é que você agora não fala?” Eu, falar, falo. O que acontece é uma coisa muito simples: aquilo que eu digo não é ouvido. É como se não existisse. É uma outra forma de invisibilidade. Não é a invisibilidade de não ocupar um lugar. É a invisibilidade de até ter um cargo, mas de as coisas que dizemos não interessarem nada, serem irrelevantes, porque a agenda política é outra e a disputa está-se a passar a outro nível.

Eu acho que esta é uma das razões fundamentais para o divórcio que existe entre o poder político e a sociedade. A sociedade sente que aquilo que o poder político faz, diz e discute não é aquilo que interessa. E nós, mulheres, sentimos isso duplamente, porque queremos fazer outras coisas, mas quando tentamos mudar a agenda - falar mais, por exemplo, da questão social, da organização do tempo, da necessidade de mudar a vida na cidade, de novas leis e novas atitudes que nos permitam ter as vidas organizadas de outra maneira, quando tentamos levantar esses problemas, eles não são sequer agendados. Não constam. As questões que são tornadas prioritárias são as questões institucionais, a revisão da lei eleitoral, a partilha do poder em termos formais. E mesmo aí, quando tentamos introduzir, no âmbito da partilha do poder em termos formais, o problema da paridade, ou apenas das quotas, como uma maneira instrumental, provisória, de chegar a uma partilha menos injusta, o tema sai da agenda imediatamente.

O meu ponto é que estamos numa situação porventura mais difícil do que aquela que tivemos no passado. Era talvez mais fácil, ou pelo menos mais óbvio, lutar contra um discurso machista e sexista assumido, do que contra o discurso actual. Estamos numa situação em que, em termos públicos, já ninguém faz um discurso machista, já toda a gente faz o discurso da igualdade, já toda a gente acha que é muito bom as mulheres tomarem parte activa na vida pública. Mas, na prática, nos conceitos e nos comportamentos, isso não é assumido. Chegamos, assim, a uma situação absurda. O discurso oficial predominante foi buscar a nossa linguagem, foi buscar as coisas que andamos a dizer há 20 ou 30 anos, que já são "pacíficas". É muito curioso ver, por exemplo, filósofos como o Lipovetsky, que é um liberal, a escrever um livro, "La Troisième Femme", em que apresenta como grande novidade aquilo que no discurso feminista tem décadas. Já parece bem trazer estes problemas como temas de livros, já as universidades lançam estudos sobre as mulheres, tudo isso já foi aceite, a linguagem machista assumida já é mal vista por toda a gente. Mas, na prática, os comportamentos e atitudes que se desenvolvem a partir do poder, a ideia de que o poder é, sobretudo, uma forma de coacção sobre os outros ou uma forma de exibição e de ostentação, mantêm-se. E nós estamos constantemente num choque psicológico entre isso e aquilo que achamos que devia ser o poder. O que nos coloca numa situação muito difícil para mudar as coisas.

Tudo isto tem uma ligação muitíssimo importante com o 25 de Abril. O 25 de Abril foi uma oportunidade de toda a sociedade viver em liberdade, em participação. Logo a seguir ao 25 de Abril, há um momento de grande euforia, de libertação, em que parecia que esta questão da desigualdade entre homens e mulheres podia desaparecer. Em que, de certa maneira, na militância, na festa, na transformação social, naquele momento de grande abertura da sociedade, parecia possível corrigirmos todas as desigualdades e também esta. Depois, à medida que o tempo passou e que a democracia entrou em fases mais institucionais, não voltou tudo à primitiva, porque não era possível ressuscitar comportamentos e maneiras de agir anteriores ao 25 de Abril, mas as mulheres ficaram num lugar segundo e não no lugar primeiro. Só assim se explica o disparate que tem sido a ausência delas nos lugares de decisão. Penso que o 25 de Abril não está concluído, não está completo, também nesta área. E neste ano em que se fazem 25 anos sobre o 25 de Abril, este é um tema que devemos trazer à colação. Quando se festejaram os 20 anos do 25 de Abril, houve uma data de manifestações, celebrações, debates na televisão e por aí fora, mas não apareciam mulheres. Não apareciam mulheres! A única mulher que apareceu na televisão foi, talvez, a Isabel do Carmo. A Isabel do Carmo teve um papel importante no 25 de Abril, mas houve muitas mais. Então, onde é que elas estão? Onde é que elas estavam? O que é que se passa, que não as vemos nem ouvimos? Lembro-me de ter escrito para o jornal "Público" um artigo chamado "O 25 de Abril e as Mulheres". Não foi publicado. Não acharam relevante. Esta invisibilidade quase agressiva é incompreensível. É evidente que, se se fizer uma análise séria do que foi a transformação do 25 de Abril, não podemos deixar de reconhecer o protagonismo dos seus agentes directos. Mas não podemos deixar de reconhecer o papel de muitos homens e mulheres durante a ditadura e, em particular, naqueles momentos de transformação.

Penso que há um factor de esperança, apesar de tudo, nesta situação, que considero um pouco bloqueada. A circunstância de, nas universidades, se estar a começar a dar espaço para estudos sobre o que foi a história, vista pelo lado das mulheres, ou sobre os conceitos femininos, está a dar uma espécie de legitimação intelectual e científica a estas matérias. Este colóquio apareceu ontem nos telejornais e não apareceria se não houvesse esta função da universidade aqui metida. Tenho a certeza absoluta de que não apareceria. Porque há inúmeros anos, e a UMAR tem experiência disso, inúmeros colóquios têm sido feitos sobre os problemas das mulheres e nunca apareceram em telejornal nenhum. Mas como agora se percebeu que esta temática começa a mexer numa zona que também é de poder, que é o poder da ciência e dos saberes, algo mudou. E as mulheres, aqui, têm uma oportunidade, porque elas estão em grande número nas universidades.

Mas não chega. Acho que temos que denunciar a hipocrisia de um poder político que utiliza uma linguagem aparentemente igualitária para ter uma prática absolutamente hierárquica e contrária aos interesses e aspirações das mulheres. É certo que muitas mulheres se reconhecem nessa linguagem contrária aos seus próprios interesses. Não é só por elas não serem solidárias. É porque se sentem divididas psicologicamente entre aquilo que querem ser e o estatuto de menoridade ou de humilhação que lhes propõem. Portanto, até por amor próprio, rejeitam a humilhação e adoptam uma linguagem mais masculina. É um processo de auto-legitimação perante o olhar dos outros. O que nós temos que dizer é que tem de ser reconhecida a nossa maneira de ser, a nossa maneira de falar, a nossa maneira de agir e a nossa maneira de fazer política.

Não é só o discurso agressivo, atacante, autoritário - ou até dialogante, que agora está mais na moda - que é discurso político. O discurso da solidariedade concreta, o discurso da emoção, o discurso de alguma cumplicidade partilhada tem também de ser reconhecido na política. Esse discurso é o nosso e não podemos aceitar que não nos queiram ouvir. Ou que só nos ouçam quando a gente grita, quando dá um murro na mesa, quando temos um gesto que eles reconhecem como um gesto de força. A nossa força é outra. E essa força temos que a mostrar, porque essa é a força que está a faltar no mundo. É também por faltar essa força, concretamente no poder político, que este anda tão por baixo. Se lá estivesse a força das mulheres, era seguramente mais humano. Não havia o tal divórcio entre o poder e as pessoas, de que tantos se queixam. Não é mudando a Constituição, ou mudando os círculos eleitorais, que alteramos este estado de coisas. É preciso mudar a maneira de fazer. É preciso mudarem de atitude perante aquilo que lhes queremos dizer.

O que é ser feminista hoje?

Maria Teresa Horta³⁸

Passados que são tantos anos e tantos anos da primeira vez que me pensei conscientemente feminista, reconheço que continuo a entender-me como tal enquanto mulher que sou deste final do século XX, já em contagem decrescente. Tinha perto de 18 anos quando, frente aos meus poemas, me apercebi serem de escrita diferente, por indubitavelmente partirem da matriz feminina. Emoções e corpo, sensibilidade e alma.

Tempos depois, tinha perto de 16 anos, lera "le deuxième sexe" de Simone de Beauvoir e isso modificara-me a vida, pois viera por a claro muitas das coisas que eu questionava e que pensava, mergulhada no mais completo isolamento, contra tudo e contra todos os que me queriam a cumprir todos os estereótipos impostos ao sexo feminino. Simone de Beauvoir veio-me dar força e apoio. Permitiu-me criar asas aqui num Portugal fascista, que não permitia isso a ninguém, e muito menos às mulheres, que obviamente tinham de cumprir os seus papéis de fadas do lar e de repouso do guerreiro. Que guerreiros? Não seria melhor perguntar que carcereiros? Que verdugos? Que castradores da nossa sexualidade? Das nossas vidas e das nossas vontades? Da felicidade?

³⁸ Escritora, fundadora do MLM

Afinal, as mulheres também têm direito a isso - à felicidade. À ousadia, ao corpo, à criatividade, à liberdade. Aliás, a uma dupla liberdade, aquela que nos veio trazer mais tarde o 25 de Abril e a outra, a liberdade de escolha, a liberdade primeira de dispormos de nós próprias, não sermos pertença, coisa, propriedade privada de ninguém. Liberdade esta que grande parte das portuguesas continua a ignorar, embora bastante se tenha avançado nesse sentido. E, sinal disso, é por exemplo estarmos hoje aqui, juntando as nossas vozes, os nossos pensamentos e os nossos sonhos. Intocáveis. Vindo dilacerados ou intactos das nossas mães, e das avós das avós. É tempo de vingá-las. É tempo de dizer que agora é a nossa vez. Mas, para isso, é necessário pararmos para nos entendermos e para perguntarmos: O que é ser feminista, hoje?

Olhamos para trás e um ligeiro arrepio parece percorrer-nos, tantos são os nomes de referência que o tempo tragou. Shulamith Firestone, Kate Millet, Monique Vitic, Betty Friedan. Outras houve que, habilidosamente, deram o dito por não dito e afastaram-se da luta incómoda, desprestigiante, que objectivamente é a das mulheres. Caso de Germaine Greer, que de corajosa libertária sexual passou a defensora ardente da castidade, batendo-se pela virgindade e pela não liberdade sexual. Há mesmo quem defenda que já não existem razões para que o feminismo continue. Na moda, sob o ponto de vista mediático, fala-se do neofeminismo. Não sei o que seja. Senão, repare-se, nos EUA, mostram-nos as estatísticas que em cada segundo uma mulher é espancada e em cada minuto uma mulher é violada. Mas há mais. Em muitos estados americanos, se uma mulher quer ter acesso ao funcionalismo público, tem de declarar por escrito que não é lésbica, nem feminista. Volta-se a falar de bruxas e a acender-se fogueiras, não simbolicamente, mas fogueiras verdadeiras como as da Inquisição, que mataram milhares e milhares de mulheres. Retorna-se, calcule-se, a questionar a existência da nossa alma.

O que é, pois, repito, ser feminista hoje? Um hoje esquisofrénico, todo ele feito de perturbantes imagens duplas, de cumes e baixios, contradições e ambivalências, claridades cintilantes à mistura com penumbras ferozes, com avanços que nos são consentidos, mais vezes consentidos do que conquistados (não é por acaso que se continua a falar e a exigir quotas). Interdições inesperadas e violências atrozes, como as brutais violações nos conflitos armados. Será possível esquecer, ainda tão perto de nós, o que se passou durante a guerra da Bósnia e o que continua a passar-se diariamente na Argélia? Será possível ignorar os milhares de abortos que continuam a ser praticados em vãos de escada e em cozinhas escusas?

As mulheres são mais do que os homens nas universidades, pois são felizmente, mas onde estão os cargos compatíveis com os diplomas? A publicidade mostra-nos mulheres desenvoltas e sorridentes falando-nos da sua mesntrução, dizendo que gostam de ser mulheres. Mas, paralelamente, cada vez há mais pornografia abertamente a passar, quer na Internet, quer na televisão, como faz a SIC aos sábados ao serão. As mulheres parecem mais livres sexualmente? O pior são as violações quotidianas, dentro deste tempo de paz podre, consideradas ainda actos de somenos importância, sobretudo se se passarem dentro da família, rodeadas e amordaçadas pelo apertar do cerco dos afectos. E a ablação do clítoris, diariamente praticada e que todos calam e até aceitam, sob o pretexto repugnante da tradição e da cultura. Tradição e cultura que servem para justificar o fundamentalismo, o uso do véu do shador, a proibição de votar e da instrução das mulheres, indo ao ponto de se interditar a sua entrada nas universidades, ou mesmo em qualquer emprego público.

O que é, pois, sublinho, no meio de toda esta turbacão, o ser-se feminista hoje?

Nesta mistura de avanços e de recuos, de polos tão opostos, como tantas vezes aconteceu ao longo de toda a História, tão depressa se pede às mulheres que intervenham enquanto cidadãs, em igualdade jurídica de direitos, como as impedem que se identifiquem com as questões que se levantam nos seus países. Tão depressa se lhes exige que tomem posições, como referendem o seu direito ao aborto e, até, como aconteceu na semana passada na Suíça, que se referende o direito da mulher poder exercer trabalho nocturno. São, sem dúvida alguma, enormes as contradições no meio das quais nos movemos.

Na realidade, vivemos um tempo em que o mais importantes são as situações ditas mediáticas e quanto mais contraditórias, mais mediáticas são. A título de exemplo, posso apresentar a personagem fabulosa de Lara Croft, numa série de jogos de computador, onde ganha mais pontos aquele que conseguir que a sua personagem masculina cometa mais violações.

Retomo, de novo, a questão: o que é ser feminista hoje?

Estou cansada de uma espécie de feministas "yoppie", que usam salto alto e saia travada, deste feminismo branco e chato, com pasta de executivo, estilo Naomy Wolf: "Chamam ao meu feminismo, o feminismo prudente e esperto". Espertíssimo, digo eu, muito esperto. Estamos no tempo das traições femininas. Há sempre que elogiar o homem. Encontramo-nos, creio, a atravessar um tempo de desmobilização e de desânimo feminista. De inúmeros e diferentes feminismos que se opõem entre si. O que é que isto quer dizer?

Uma feminista, hoje, tem de estar muito mais atenta, tem de ser muito mais criativa e ousada, maleável sem nunca quebrar, implacável sem ter que chegar ao braço de ferro. Os tempos são dúbios, propícios às difíceis indecisões a que temos que diariamente dar resposta. Há que ter em conta as rupturas, os afectos, os imensos oceanos das nossas vidas em aberto, contrapõem as feministas mais conservadoras. No entanto, temos de cobrar à história todo o nosso tempo perdido. Temos de recusar ser a sombra dos homens. Para as mulheres, tem de começar a nascer o sol, à cabeceira da sua própria imagem. Olhar para ela e reconhecer-se sem ambiguidade. Sem coniventes acalmias. Navegando com as nossas próprias velas aos ventos da tempestade da história. Do seu passado e do seu futuro, neste presente que se nos apresenta dividido, tentando dividir-nos. Chamado-nos e repelindo-nos simultaneamente. Tentando acender, para logo nos consumir num coração em fogo.

A luta pela legalização do aborto

Helena Lopes da Silva¹

Eu estou aqui como membro do grupo *Ser mulher*, que muita gente não deve saber o que é, mas que nasceu duma necessidade de dar visibilidade a um grupo de mulheres que dentro dos partidos trabalhavam na questão do aborto e na emancipação da mulher.

Muitas destas mulheres eram do PSR, mas não era nessa qualidade que apareciam, mas sim em nome deste grupo unitário "Ser Mulher". É assim que, na tese da Manuela Tavares, só se faz referência a este grupo e à LCI, que tinha muitas mulheres activas e que depois foram para o PSR. No GAMP, no grupo autónomo das mulheres do Porto ou na Associação Académica de Coimbra estiveram, desde o início da luta pelo direito ao aborto, mulheres ligadas à LCI. Também na CNAC, desde o início da formação da CNAC, a LCI esteve presente através das suas mulheres.

Quando nós falamos da luta pelo aborto, parece que, em 24 anos, não se fez nada ou se fez pouco. Praticamente, as mulheres não se teriam mobilizado pela questão do aborto. Mas quando estive a tentar fazer um apanhado do que tinha acontecido na luta pelo aborto, vi que os 10 minutos que me disseram que eu tinha para falar não chegavam para fazer essa história. Porque aconteceram muitas coisas, as mulheres fizeram muitas coisas, as mulheres

¹ Médica, membro do Grupo Ser Mulher e militante do PSR

mobilizaram-se muito pela legalização do aborto, e se apareceram partidos a defender depois este direito, foi porque, de facto, muitas mulheres se mobilizaram e tentaram que esse direito e essa reivindicação fossem assumidos pelos partidos políticos.

A questão do aborto entra na história do movimento de mulheres em Portugal, logo a seguir ao 25 de Abril. Lembro-me de que o MDM, ao saudar os alvares do 25 de Abril, tinha reivindicações num documento que incluía o tema do aborto. Mas foi, fundamentalmente, penso eu, o MLM, como ontem já foi aqui visto, que se formou mesmo nessa altura em 74, que apresenta como reivindicações imediatas a contracepção e o aborto livres e gratuitos. E a revista *Mulher, Modas e Bordados*, de que Antónia Fideiro era directora, iniciou uma campanha de esclarecimento sobre os temas: sexualidade, contracepção e aborto.

Não vou fazer a resenha dessa história, que é muito longa, mas vou assinalar algumas datas e acontecimentos mais marcantes desta luta e, sobretudo, vou-me deter no que não fez a diferença na altura do referendo. Quando, em 79, se formou, a CNAC - Campanha Nacional pelo direito ao Aborto e à Contracepção, integrava várias organizações feministas e vários partidos políticos: o MLM, o GAMP, de que já se falou, o grupo de mulheres da Associação Académica de Coimbra, a UMAR, a LCI, que hoje é o PSR, o MES, a UDP e a UEDS. A plataforma da CNAC estava baseada no direito ao aborto e à contracepção livres e gratuitos, na despenalização do aborto a pedido da mulher. E as nossas palavras de ordem eram: *nem papas, nem juizes, aborto, as mulheres decidiram*. E também ligávamos muito a luta pelo direito ao aborto, à luta pelo direito à contracepção e à educação sexual livre nas escolas e em toda a sociedade.

Uma das coisas que sempre se fez para desvalorizar a luta das mulheres pelo direito ao aborto era dizer que nós defendíamos o aborto como método contraceptivo. Não há nada mais mentiroso e mais enganoso do que isto. Ainda hoje, quando foi do referendo, um dos argumentos mais usados era esse, para levar as pessoas a votarem não. Nós sempre defendemos o aborto como o último recurso, mas defendemo-lo como um direito que as mulheres têm, ao serem confrontadas com uma gravidez não desejada, de serem elas a decidir se querem ou não querem que essa gravidez vá para frente e não tem que ser nem um partido político, nem um juiz, nem a igreja a decidir sobre uma questão que diz respeito à própria mulher, que diz respeito ao controlo do seu próprio corpo e que vai ter implicações em toda a sua vida. Essa é uma das grandes diferenças, que nem sempre foi visível no movimento pelo Sim no referendo.

Houve uma mobilização grande da CNAC, com abaixo-assinados, em que assumíamos: “nós abortámos”. As pessoas assinavam, dizendo que tinham abortado, quer as que tinham, quer as que não tinham abortado, como forma de solidariedade, para exigir e confrontar o poder com uma lei que o próprio poder não cumpria, porque toda gente sabia que se faziam abortos em Portugal e as estatísticas apontavam para mais de 180 000 a 200 000 abortos por ano, com mais de 2 000 mortes por ano. Eram as estatísticas que tínhamos na altura. Toda a gente sabia aonde se praticavam esses abortos, mas a lei não era cumprida e houve nessa altura até uma actriz, a Io Apoloni, que foi à televisão dizer que tinha abortado e ficámos à espera que a fossem prender, dado que ela tinha assumido um acto ilegal. Claro que ninguém a prendeu, nem às mulheres que afirmaram publicamente ter abortado.

Quando foi do referendo, o que se dizia, a primeira coisa que muitos apoiantes da despenalização do aborto diziam, era: eu sou contra o aborto, eu quero dizer que eu estou contra o aborto, mas sou pelo sim por isto, por aquilo e muitas outras coisas. A diferença é que não se assumia pela positiva uma posição de defesa intransigente do direito ao aborto como um direito das mulheres de decidirem sobre a sua fertilidade, da sua maternidade, mas como algo que, enfim, existia e embora fossem contra, eram tolerantes no sentido de aceitar que isso fosse praticado pelas mulheres. Esta foi outra diferença que vem marcar o movimento pelo direito ao aborto em Portugal.

É preciso também dizer que a CNAC tinha um projecto para a despenalização do aborto, que apresentou num Comício realizado na Voz do Operário, onde esteve presente o

deputado da UEDS Lopes Cardoso. Como ele fez uma intervenção a apoiar esta luta, nós aproveitámos e entregámos o nosso projecto para ele apresentar na Assembleia da República. Foi com surpresa que fomos confrontadas em 1982, sem sermos ouvidas, sem as organizações de mulheres que nessa altura lutavam pelo direito ao aborto terem uma palavra, com três projectos, apresentados pelo PCP, sobre interrupção voluntária da gravidez, educação sexual e maternidade. Aparecem esses projectos na altura em que havia uma coligação na Assembleia da República entre o PSD e o CDS e, portanto, o PS e o PCP eram da oposição.

Quero chamar a atenção aqui sobre a maneira como questões de mulheres eram tratadas pelos partidos, porque, mais do que apresentar as reivindicações das mulheres como um direito das mulheres, uma necessidade e uma reivindicação justa, os direitos das mulheres eram utilizados como armas da arremesso, moeda de troca na jogadas políticas na Assembleia da Republica.

Esses projectos foram apresentados e é nessa altura que aparece o célebre poema de Natália Correia em relação ao João Morgado, que eu gostava de ler, porque o texto, para além de trazer uma certa graça, mostra o grau, o nível dos debates na Assembleia da República, em que os partidos de direita apresentavam o aborto como um método anti-concepcional, dado desligarem, a luta pelo direito ao aborto da luta da mulher pela sua sexualidade. Essa é também uma das grandes diferenças. Nós, quando defendíamos o direito ao aborto, ligávamos sempre isso a um direito de controlo da mulher sobre o seu próprio corpo, o direito ao prazer e o direito de usufruir a sua sexualidade sem ter o espectro duma gravidez não desejada. E esse deputado, João Morgado, que era do CDS, afirmou na sua intervenção que o acto sexual só é justificável tendo como objectivo a procriação. É então que Natália Correia lhe dedicou, em plena Assembleia, o seguinte poema: *“Já que o coito - diz Morgado - tem como fim cristalino, fazer menina ou menino; e cada vez que o varão sexual petisco manduca, temos na procriação prova de que houve truca, truca. Sendo pai só de um rebento, lógica é a conclusão de que o viril instrumento só usou, parca razão, uma vez. E se a função faz o órgão – diz o ditado - consumada essa excepção, ficou capado o Morgado”*.

A Luta pela Legalização do Aborto Dos Anos 70 aos Anos 90 – Aborto, uma luta ainda actual

Helena Pinto ¹

Hesitei bastante na forma como iniciar esta intervenção. Já debatemos tanto o aborto... Por vezes, parece que já estamos algo cansadas de uma luta de vinte anos...

Já nos manifestámos, recolhemos abaixo-assinados, fizemos petições, esclarecemos, argumentámos, polemizámos, denunciámos a morte de mulheres...

Pensámos que iríamos ter a recompensa desta luta em 28 de Junho passado e o resultado foi o que vimos: um recuo enorme numa questão tão importante para as mulheres.

Mas será o aborto assim tão importante para a luta das mulheres e para os movimentos feministas?

Não hesito. Aqui não hesito em afirmar que sim. Ontem verificámos como esta questão se entrelaça com os outros temas em debate; como provocou ruptura entre as mulheres; como distingue os campos em que se movem as organizações de mulheres. Aborto é, de facto, um tema tabu e temos de reconhecer que ainda hoje o é. Os resultados do referendo apontam nesse sentido.

Mas também temos de reconhecer que estes dois últimos anos trouxeram este tema à actualidade política e social e que nunca se falou de aborto em Portugal como neste período.

¹ Presidente da UMAR

E da maneira como se falou - foram-se perdendo as meias palavras, os subterfúgios e falou-se claramente sobre uma realidade dramática, que atingiu e atinge milhares e milhares de mulheres. Vimos, na televisão e nos jornais, mulheres a contar as suas experiências, a assumir claramente que abortaram e por que abortaram.

Este aspecto já ninguém o pode apagar. Assim como não se pode apagar a luta durante estes últimos vinte anos.

No que diz respeito à UMAR, temo-nos empenhado nesta luta, na certeza de que enquanto esta questão não for resolvida as mulheres estarão mais longe da sua emancipação e afirmação.

Formada em Setembro de 76, a UMAR não abordou no seu programa inicial a questão do aborto. Aliás, como ontem já aqui foi referenciado e debatido. Mas logo em Abril de 77, no "Jornal de Notícias" de 1 de Abril, surge a primeira posição pública com o seguinte título: *Organização feminina contra disposição anti-aborto*. Desde então, envolvemo-nos na luta pela legalização do aborto, participando:

◊na recolha das cinco mil assinaturas, apresentadas a 8 de Março de 77 na Assembleia da República

◊na solidariedade com Maria Antónia Palla e Conceição Massano. A primeira, julgada por ter feito um programa para a televisão sobre o aborto e a segunda, por ter sido vítima de denúncia quando necessitou de abortar

◊na formação da CNAC em 79

◊na recolha de assinaturas para o abaixo-assinado *Nós Abortámos*

◊na presença nas galerias na Assembleia da República, com as célebres camisolas, onde se lia "NÓS ABORTAMOS, em 82

◊ em debates e sessões públicas

◊editando comunicados, folhetos, fazendo artigos de opinião ou dando entrevistas.

◊A 26 de Setembro de 90, a UMAR contesta a peritagem no Instituto de Medicina Legal a mulheres acusadas de abortar clandestinamente. O processo tinha sido instaurado pela polícia através da apreensão da agenda de uma parteira na Rua da Bica, onde constava o nome de 1200 mulheres. A nossa posição saiu com destaque no "Diário de Lisboa"

◊Ainda nesse ano, na Associação ABRIL, realiza-se uma sessão onde participam a UMAR, a APF e a Associação de Mulheres Juristas e, a partir daí, forma-se um grupo de trabalho a funcionar na APF, que lança o MODAP - Movimento de Opinião pela Despenalização do Aborto em Portugal - e que vem mais tarde a transformar-se na Plataforma pelo Direito de Optar, alargada a muito mais organizações. Este conjunto de organizações e pessoas ainda hoje funciona, estando neste momento em debate as melhores formas de se organizar e trabalhar no período do pós-referendo.

◊Em Fevereiro de 97, lançámos a Linha SOS Aborto, divulgada em muitos órgãos de comunicação social, que, tendo funcionado apenas durante dez dias, recebeu mais de duas centenas de telefonemas de mulheres, contando situações dramáticas por si vividas e apoiando a despenalização do aborto, que nesse ano ficaria gorada pela diferença de apenas um voto, na Assembleia da República. A UMAR pretende relançar esta linha a partir de Janeiro de 99, pois parece-nos fundamental abrir este canal de comunicação directa entre as mulheres, para que possamos estar informadas sobre situações que temos a certeza que se continuam a viver.

◊Um mês após, tragicamente no dia 8 de Março, morreu uma mulher do Bairro de Aldoar, no Porto, por ter feito um aborto sem assistência médica. A UMAR denuncia este caso através de uma Conferência de Imprensa, onde participam também Helena Roseta, Odete Santos, Maria Antónia Palla, Diana Andringa, Carlos Marques, Duarte Vilar e um representante da Juventude Socialista.

◊ Na sequência, a deputada Helena Roseta apresenta um voto de pesar na Assembleia da República, que foi aprovado.

◊Em Janeiro de 1998, lançámos a declaração "Juntas pela Dignidade", que recolheu centenas de assinaturas de mulheres de vários quadrantes políticos, culturais, artísticos, sindicais e outros, como contraponto ao congresso do Movimento Juntos pela Vida que se realizava na mesma data.

◊Editámos o livro "Aborto, Decisão da Mulher - contributos para a história do aborto e contraceção em Portugal", com o apoio financeiro da CIDM. Está neste momento em elaboração uma segunda edição, actualizada, deste livro, também com o apoio da CIDM.

◊Empenhámo-nos na campanha do referendo, integrando o Movimento SIM pela Tolerância, um pouco por todo o país, dando aí a nossa melhor militância.

Estes foram os passos fundamentais da UMAR, que se juntam aos contributos de muitas outras mulheres para esta luta. Algumas destas mulheres estão hoje aqui, para todas juntas partilharmos as nossas experiências e, porque não, encontrar caminhos para o futuro. Estaremos mesmo cansadas?

É certo que ficámos desalentadas, mesmo frustradas e, há que admiti-lo, derrotadas.

Mas é preciso dizer que esta situação não está resolvida, porque os políticos assim não o quiseram. Tivemos uma lei aprovada na Assembleia da República, uma lei destinada a todas as mulheres, mas que não obrigava ninguém a fazer uso dela se assim o não entendesse. Com o aborto, abriu-se o precedente gravíssimo de referendar uma lei antes aprovada por maioria na Assembleia da República.

Imaginemos que a situação era ao contrário. Que a lei não tinha sido aprovada, pois na Assembleia havia uma maioria PSD e PP. Alguém acredita que, nessa conjuntura política, se tinha realizado um referendo? A cedência à realização do Referendo foi um erro crasso. Mas quem o vai pagar vão ser as mulheres portuguesas.

Mas a pergunta pode ainda persistir - a despenalização do aborto é mesmo fundamental?

É.

A partir do momento em que a mulher é senhora do seu corpo, ela é colocada numa posição completamente diferente perante o homem e a sociedade.

Aqui também está em jogo uma maior liberdade da mulher, uma capacidade de controlar o seu corpo e de decidir quando se tem ou não um filho.

O aborto é um direito individual das mulheres, que decidem quando devem ou não exercê-lo. Muitas vezes, nos debates sobre esta matéria, contrapõem-nos com as virtudes da maternidade. Com o dom da maternidade. É uma questão completamente falsa.

Não queremos, não desejamos, bem pelo contrário, que a mulher não viva em pleno a maternidade, com alegria e responsabilidade. A maternidade também tem servido para quase tudo, para discriminar no emprego, para despedir, para nos reduzir a educadoras dos filhos e gestoras do lar. Mas o que pretendemos é exactamente o contrário. Vivê-la na plenitude, mas ao mesmo tempo exigir que, quer a sociedade em geral, quer os homens em particular, também a assumam como uma tarefa fundamental para o futuro.

É impossível falar de aborto e não fazer uma referência ao planeamento familiar.

Na campanha do referendo, pareceu que estávamos todas e todos de acordo e muito preocupadas e preocupados nesta matéria. Na parte que nos toca, e penso que a todas as mulheres que se empenharam nesta luta, isto não é nada de novo. Temos todas sido das mais empenhadas na divulgação do planeamento familiar, a par de associações especializadas, como é o caso da APF. Nunca desassociámos as questões. Relembro que, em 79, a CNAC era a Campanha Nacional pelo Aborto e Contraceção.

Continuamos a fazer sessões com as mulheres, nos bairros, nas vilas do interior. Continuamos a distribuir centenas de folhetos. Estamos, sim, preocupadas com o cumprimento dos compromissos assumidos, aquando da campanha do referendo, no que respeita às consultas de planeamento familiar nos centros de saúde, à distribuição gratuita de anticoncepcionais, à educação sexual nas escolas.

Estaremos mesmo cansadas?

Não desistiremos - até que a despenalização seja lei.

A experiência das mulheres na luta pela despenalização do aborto

Luisa Amorim¹

Eu penso que é interessante reflectir, em termos desta luta pelo aborto na qual os movimentos de mulheres foram particularmente sensíveis, e que, inclusivamente, ajudou a delimitar caminhos, fronteiras e diferenças entre os movimentos de mulheres.

Mas penso que também aqui cabe uma reflexão a um desafio que a Helena Roseta colocou. Às vezes, num quadro politicamente correcto há compromissos. Ou seja, a nossa sociedade democrática baseia-se, fundamentalmente, no peso dos partidos políticos, que são o poder institucionalizado.

Desde sempre, até no início do movimento de mulheres em Portugal, este problema se pôs. Existiram correntes, que não foram expressão de grandes movimentos de massas, mas apenas grupos de opinião que se questionavam se deviam colaborar com o poder falocrático, com o poder patriarcal e machista, ou se a luta de mulheres devia ser contra todas as formas desse poder, inclusive recusando colaborar com qualquer iniciativa desses partidos políticos que, de algum modo, eles também eram a expressão desse poder falocrático. Outros movimentos de mulheres partiam um bocado ao contrário. São constituídos por mulheres que vêm ligadas a uma acção política mais geral. Eu achei interessante a Helena Roseta dizer que, de facto, muitas vezes até teve alguma resistência em assumir alguma representatividade, alguma imagem ou alguma visibilidade de mulher, porque recusava isso. Achava que a sua participação era parte integrante do combate pela democracia. Eu, por exemplo, também tive uma experiência assim, que foi começar por participar numa luta política geral e recusar, inclusive, participar num movimento de mulheres, porque não percebia a razão de ser de um movimento de mulheres, que eu própria sentia como *gheto*. E acabou por ser por natural curiosidade que eu ao ouvir afalar de que uma reunião de mulheres acabei por lá ir e acabei por me comprometer. Depois, eu própria cresci e considero que a minha principal escola política foi o movimento de mulheres e a luta de mulheres. Portanto, era uma experiência de entrada no movimento de mulheres um pouco diferente. Tratava-se de mulheres que vinham pela luta política, e que achavam importante organizar e mobilizar mulheres em torno das suas reivindicações para participarem na luta geral.

Esta é uma via como outra qualquer, não é discutível, não é possível dizer que têm maior maturidade no movimento feminino ou não têm, isto é um facto concreto que aconteceu na história do nosso movimento de mulheres. Estas mulheres acabaram por perceber que a sua experiência individual era uma experiência colectiva. Outras mulheres fizeram despertar nelas também a consciência dos seus problemas de mulheres, e a meio do caminho, de facto, o movimento começa-se a deparar – nisto falo do MDM – com alguns confrontos de interesses com algumas mulheres que estavam mais engajadas politicamente. Aí travava-se o velho dilema. Concretamente era o Partido Comunista, eram mulheres comunistas, eu própria era uma mulher comunista, e que portanto estavam envolvidas na luta do Partido Comunista pela liberdade, pela democracia e aquelas coisas todas, e ao mesmo tempo tinha as lutas das mulheres. E uma delas era o aborto.

¹ Médica, dirigente do MDM, nas décadas de 70 e 80

Eu quero-vos dizer que têm havido grandes históricas em relação ao MDM sobre o problema do aborto. É evidente, como eu disse, que o problema do aborto por ser uma questão extraordinariamente sensível, atravessou o movimento, com todas as contradições inerentes ao facto de ser um movimento de muitas mulheres. O MDM fez Encontros antes do 25 de Abril. Por exemplo, o 3º Encontro do Barreiro, realizado em 1973, teve cerca de 300 mulheres, representantes de outras tantas mulheres. O MDM teve reuniões com milhares de mulheres, portanto, assumia todas as vantagens e desvantagens, de ser um movimento. Tinha a vantagem de que quando aglutinava conseguia dar saltos em frente qualitativos e importantes, mas também muitas vezes era obrigado a fazer compromissos porque essas mulheres eram de diferentes sensibilidades. Havia muitas mulheres não partidárias, independentes, autónomas. Isto nem sempre foi levado muito a sério mas era uma verdade. Quero-vos dizer que havia muitas mulheres que não tinham filiação partidária.

Eu tenho a minha experiência pessoal inclusive de ter sido uma mulher que até foi deputada, e uma das condições que pus para ser deputada foi reivindicar ao meu partido, o PCP, que só seria deputada assumindo-me como mulher feminista. Quero-vos dizer que isto levantou uma grande polémica porque o Partido Comunista não tinha liberdade de opção em relação ao feminismo. Mas aceitaram! Quero-vos dizer que eu também não achava tão importante como isso assumir o feminismo, a não ser, pedagogicamente, dentro do meu partido. O movimento feminista tinha virtudes e tinha defeitos. Não podemos esquecer na história, que o movimento feminista – e estou a falar do movimento feminista a nível internacional – em determinadas épocas e em determinados contextos teve comportamentos que dificultaram a compreensão de outros aspectos da luta. Por exemplo, no direito ao trabalho, eu quero lembrar que na América houve movimentos de grupos de mulheres que se opuseram à lutas das trabalhadoras pelas 8 horas. Portanto o movimento feminino também ele sofreu de processos de imaturidade e de aprendizagem. Determinados radicalismos fizeram com que se centrasse a luta de mulheres na luta contra os homens, e daí resultou um *gheto*.

Também o movimento das mulheres trabalhadoras, por exemplo, recusou a luta pelo direito ao voto. Assumia a luta pelo direito ao trabalho, por salário igual, por melhores condições de vida, até pelo planeamento familiar e, eventualmente, algumas também pelo aborto, mas recusou o direito ao voto porque achava que era um direito burguês e que, portanto, não era importante para as mulheres. Penso que temos que ter uma visão desassombrada destas coisas, e sem manicaísmos.

Nós não nos podemos esquecer que estávamos na década de 70 em Portugal, em pleno fascismo. Esta realidade não nos pode fazer esquecer que isto era assim. Não sei explicar-vos muito bem como era em 1973, portanto ainda a um ano da Revolução, abordarmos estas questões sobre o aborto, o direito à sexualidade e o direito ao próprio corpo. Seria assim um grande escândalo nacional. Mas o MDM definiu uma estratégia que era começar a penetrar na Associação de Planeamento Familiar, e a Graça Mexia e a Eugénia Moura foram duas mulheres, do MDM, que ficaram com a incumbência directa de dinamizar a Associação de Planeamento Familiar. Foi uma estratégia definida como um dos nossos pontos de intervenção. Assim como também intervimos na Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, em que uma parte de nós foi trabalhar junto das mulheres e dos familiares dos presos políticos.

Nós fizemos um documento onde constava a reivindicação do aborto. A meio do caminho trava-se uma luta terrível com um dirigente do PCP que se opõe ao documento, dizendo que não estava de acordo porque o direito ao aborto não era um problema fundamental. Há uma grande polémica, o documento começa a ficar travado para ser publicado, mas a meio do caminho desenvolve-se, no grupo que está ali, uma estratégia de golpada que é assim: vamos riscar uns tantos documentos para ele pensar que se riscou e acabava-se a discussão. Foi o que se fez. É evidente que isto é discutível. Dizer assim, mas então um movimento de mulheres enfeudou-se? Vocês também têm de começar a perceber que era o 25 de Abril, era a Revolução, era os partidos políticos a afirmarem-se, e a força dos

partidos políticos, naquela altura, era grande. O grupo das mulheres do MDM a querer afrontar o PCP a dizer que ia publicar o documento à revelia deles, implicava, realmente, perder um espaço enorme. É evidente que publicou-se o documento, alguns foram riscados individualmente pelas mulheres, e não podemos dizer que foi o movimento democrático das mulheres que o riscou, nem podemos dizer que o documento que foi distribuído foi o riscado. Isto para vos mostrar como um episódio interno de um partido pode, muitas vezes, tentar neutralizar, questionar e inflectir o movimento de mulheres. Isto foi uma aprendizagem que se fez.

O movimento teve várias hesitações, que são públicas, basta analisar os documentos. O debate sobre o aborto como uma decisão das mulheres, o aborto como último recurso e o aborto livre e gratuito, foi travado dentro do movimento, com milhares de mulheres e eu penso que isso é que é importante. Nós podemos ter óptimas posições quando estamos em grupos pequenos. Não me é nada difícil juntar-me com estas pessoas todas nesta sala e aprovarmos o documento mais vanguardista sobre o que quer que seja, mas isso não é o País real, e disso temos que ter a noção, por muito agradável que seja. Nas organizações de mulheres que têm muitas mulheres, das duas uma: ou ficam a falar sozinhas, o grupo das dirigentes, ou então têm que encontrar as fórmulas para chegar às outras mulheres. Se o PCP apresentou, em 1982, na Assembleia da República, o projecto sobre a educação sexual, o planeamento familiar e a interrupção voluntária da gravidez, isso deveu-se a grandes lutas internas movidas por mulheres do MDM que eram comunistas e que eram dirigentes dentro do PCP.

Quero-vos falar de outra experiência que tive na Assembleia da República, que achei interessante, em relação a um projecto sobre as organizações de mulheres, de forma a que estas tivessem um estatuto. E, nesta questão conseguiu-se envolver mulheres de todos os partidos, desde o PCP até ao PSD e ao CDS. Era um projecto apresentado pelas organizações de mulheres. Foi a coordenadora nacional de mulheres que o fez. Utilizámos uma tática que se resumia ao seguinte: foi dito por mim ao PCP que o PS ia aprovar e foi dito aos dirigentes do PS que o PCP ia aprovar. Isto levou a que nenhum dos partidos quisésse ficar para trás. A partir daí conseguimos também ganhar as mulheres do PSD. A Natália Correia foi um elemento fundamental, foi extremamente interessante, e, portanto, conseguimos que as deputadas estivessem todas de acordo. No PSD que tinha indicação de voto no sentido de rejeitar, a divisão interna foi tão grande – e estavam as galerias cheias de mulheres – que se teve que fazer um intervalo no debate na Assembleia para que o PSD reunisse com as suas deputadas e lhes desse liberdade de voto. É evidente que isto não é fácil para as mulheres dos partidos políticos.

Queria-vos dizer que a revista “Mulheres” era uma revista extremamente ligada ao MDM, e teve um papel importante sobre a sexualidade, sobre o aborto, etc.. Nós tínhamos várias formas de intervenção, que não tinham todas, explicitamente, a sigla do MDM, mas que eram zonas de influência do MDM e onde nós muitas vezes, também através delas, abríamos confronto com as forças que estando próximo de nós nem sempre concordavam connosco. A revista “Mulheres” e as forças de esquerda, mesmo o próprio PCP, tiveram muitas vezes confrontos, que como vocês podem calcular não era a linha directa de aceitação e, no entanto, as mulheres comunistas estavam na revista “Mulheres”. Portanto, esta luta e este movimento de modificação de mentalidades de luta pelos direitos das mulheres, travou-se a vários níveis. Travou-se para o exterior na linguagem dos documentos externos, e travou-se internamente em rede, quer dentro das organizações quando elas eram grandes organizações, quer nos partidos políticos e nos sindicatos. Aliás, durante muito tempo nós, MDM, tínhamos muitas mulheres nos sindicatos, e o movimento sindical tinha uma posição muito mais recuada que o MDM. Era extremamente difícil nós conseguirmos fazer as discussões com o movimento sindical que nem sempre aceitava as nossas posições.

El feminismo de Estado en Portugal: La creación de la Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres y su relación con el movimiento de mujeres³⁹

Celia Valiente²

Introducción

Instituciones de implantación nacional, regional y/o local, cuyo principal cometido es impulsar la formulación y puesta en práctica de medidas para alcanzar un mayor grado de igualdad entre las mujeres y los hombres, se han fundado y consolidado en la mayor parte de los países occidentales desde aproximadamente los años setenta. En la literatura sobre ciencias sociales este conjunto de organismos se denomina "feminismo de Estado" (state feminism), "feminismo institucional" o "feminismo oficial", conociéndose con el nombre de "feministas de Estado" (state feminists) a las personas que trabajan en tales "instituciones feministas" u "organismos de igualdad" (Stetson y Mazur, 1995).

En este trabajo formulo dos preguntas en torno al feminismo institucional. El primero de ellos se refiere a los factores que contribuyeron a su creación, más en concreto, si fueron estas instituciones principalmente la respuesta a demandas planteadas con éxito por algunos sectores del movimiento feminista, o si, por el contrario, son sobre todo el resultado de la iniciativa de otros actores, por ejemplo, uno o varios partidos políticos. Surge entonces la cuestión de por qué éstos decidieron incluir en su programa de actuación la creación del feminismo oficial, y si buscaron entonces la alianza con las organizaciones de mujeres (en el caso de que existieran y estuvieran activas).

En segundo lugar, cabe preguntarse por el tipo de relaciones formales e informales que se han establecido entre los distintos sectores del movimiento de mujeres y quienes trabajan en los organismos de igualdad (estrechas/distantes, de cooperación/de intenso antagonismo, etc.), teniendo en cuenta que algunos de los objetivos que ambas persiguen son similares, relativos a la mejora de las condiciones en que viven las mujeres, como quiera que se defina tal mejora.

En este estudio, pretendo contribuir a la respuesta de las dos cuestiones planteadas con el examen detenido de la principal institución feminista de la Administración central en Portugal, la Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, llamada desde ahora Comissão. En 1997 (fecha de finalización del trabajo de campo en que se basa este trabajo), la Comissão era una institución comparable a las de otros países occidentales, en términos de presupuesto, personal (aproximadamente 80 personas) y funciones (promover políticas de igualdad, realizar y promocionar investigaciones relativas a las mujeres, fomentar la cooperación entre instituciones y organizaciones no gubernamentales en estas cuestiones, difundir información sobre los derechos de las mujeres entre la población, y contribuir al reconocimiento de la maternidad y la

³⁹ Este artículo se enmarca en un proyecto de investigación más amplio sobre el movimiento feminista en Europa del Sur. De él resultará un artículo escrito por Donatella della Porta, Celia Valiente y Maria Kousis, publicado en un volumen sobre procesos de consolidación de regímenes políticos democráticos en dicha área geográfica (editado por Richard Gunther, P. Nikiforos Diamandouros y Hans-Jürgen Puhle). Desearía agradecer a Isabel André las reflexiones, razonamientos y valoraciones acerca del movimiento asociativo de mujeres en Portugal, que compartió conmigo a lo largo de varias conversaciones sobre el tema. Maria Regina Tavares da Silva me facilitó el acceso a algunas de las personas entrevistadas, mientras que María Asensio me proporcionó apoyo personal cuando realicé el trabajo empírico en Lisboa. Mención especial merecen la dedicación y generosidad de todas las mujeres a quienes entrevisté para la redacción de este trabajo.

² Professora na Universidade D.Carlos III de Madrid

paternidad como funciones socialmente útiles). Es importante resaltar que la Comissão no es el único organismo de igualdad en Portugal. Del conjunto de instituciones que constituyen el feminismo oficial, la Comisso ha sido escogida aquí como objeto de investigación por ser la que posee mayor presupuesto y plantilla y por haber venido funcionando durante un período más dilatado.

Si bien esta ponencia se circunscribe a un único país, la experiencia portuguesa es analizada en comparación con la de otros, elegidos por existir acerca de ellos literatura secundaria sobre el feminismo institucional, o trabajos sobre el tema más general de las políticas públicas para la mujer, los cuales prestan especial atención al papel desempeñado por los organismos de igualdad. Estos países (y las investigaciones que de ellos tratan) son Australia (Eisenstein, 1991; Franzway, Court y Connell, 1989; Ryan, 1990; Sawer, 1990; Watson, 1990), Alemania (Ferree, 1991-1992; 1995), Dinamarca (Borchorst, 1995; Dahlerup, 1993), Estados Unidos (Burns, 1991; Duerst-Lahti, 1989; Stewart, 1980), Francia (Mazur, 1995) y los Países Bajos (Outshoorn, 1995).

La Comissão de Portugal es, además, comparada con el principal organismo de igualdad de ámbito nacional en España, el Instituto de la Mujer, sobre el que ya han aparecido algunas investigaciones (Threlfall, 1996:123-151; 1998; Valiente, 1996). La contrastación entre Portugal y España es pertinente, por cuanto ambos países estuvieron gobernados durante períodos dilatados (1926-1974 y 1936-1975, respectivamente) por regímenes autoritarios de derechas⁴⁰ profundamente antifeministas. De otro lado, el movimiento asociativo de mujeres en Portugal y España cuenta con un reducido (aunque no despreciable) número de miembros y, en comparación con otros países, no ha conseguido una alta visibilidad en los medios de comunicación, ni actúa como el iniciador de grandes debates públicos o el organizador de masivas movilizaciones callejeras. Pese a estas semejanzas entre los dos países ibéricos, sus principales organismos de igualdad son distintos al menos en dos dimensiones cruciales. Mientras que en Portugal la actual Comissão es el resultado de sucesivas reformas de un grupo de trabajo enclavado en el Ministério das Corporações e Previdência Social durante la dictadura, el Instituto de la Mujer fue creado en España en 1983, ocho años después de las primeras elecciones democráticas y un año después de que el Partido Socialista Obrero Español (PSOE) obtuviera una victoria en las elecciones generales y alcanzara el Gobierno (en el que ha permanecido hasta 1996). Por otra parte, las relaciones entre las feministas de Estado y las militantes de amplios sectores del movimiento de mujeres son, por lo general, frecuentes y cooperativas en Portugal, e infrecuentes y antagónicas en España.

La mayor parte de las fuentes aquí utilizadas son documentos publicados de la Comissão, así como legislación y entrevistas en profundidad (listadas al final del texto), realizadas principalmente a feministas de Estado y a miembros de asociaciones de mujeres. La primera sección de este trabajo contiene una descripción del proceso de creación de la Comissão y de las principales características de la institución. La segunda recoge una evaluación de las relaciones entre diversos sectores del movimiento feminista y las feministas institucionales.

Fundación y características de la Comissão

En algunos países occidentales, ciertos sectores del movimiento feminista demandaron en los años setenta la fundación de organismos de igualdad, estando algunas de sus militantes dispuestas a ocupar puestos y cargos en dichas instituciones si llegaban a crearse. Ello ha sido considerado como uno de los factores que, no en solitario pero sí junto con otros, contribuyeron al establecimiento del feminismo oficial -- por ejemplo, según argumenta Lyndall Ryan (1990:71-74) para Australia. No obstante lo anterior, en la mayor parte de los casos estudiados

⁴⁰ Utilizo el término "regímenes autoritarios de derechas" (y a partir de este momento, frecuentemente el de "regímenes autoritarios") para referirme a las dictaduras portuguesa y española, distinguiéndolas de los regímenes dictatoriales de izquierdas implantados en la URSS tras la revolución de octubre de 1917, y en otros países con posterioridad a dicha fecha. He elegido el término por consideraciones prácticas, sin la intención de tomar partido en el extenso debate académico acerca de la caracterización de tales regímenes como autoritarios o totalitarios.

el movimiento feminista estuvo profundamente dividido al respecto, generando dicha cuestión intensos y en ocasiones virulentos debates (Stetson y Mazur, 1995).

Según describo a continuación, Portugal constituye un caso bastante insólito, dado que un grupo de estudio, creado durante la dictadura y enclavado en el Ministério das Corporações fue reformado por los sucesivos gobiernos del período post-autoritario hasta dar lugar a la Comissão actual. El organismo de igualdad surgió entonces antes que la mayor parte de los grupos de mujeres activos en la actualidad. De otro lado, algunos países en los que el feminismo institucional es un fenómeno notablemente desarrollado, como los Países Bajos, los nórdicos, Australia y España, tienen en común la alianza entre el feminismo de Estado y un partido socialdemócrata (Outshoorn, 1995). Por contraste, en Portugal el establecimiento y consolidación del principal organismo de igualdad no es el resultado exclusivamente de la labor de gobierno de un partido socialdemócrata, si bien el Partido Socialista desempeñó un papel destacado en este proceso.

La historia del feminismo de Estado comienza en Portugal en 1970, con el establecimiento del Grupo de Trabalho para a Participação da Mulher na Vida Económica e Social en el Ministério das Corporações e Previdência Social.⁴¹ Dicho grupo estaba liderado por Maria de Lourdes Pintasilgo (dirigente de varios movimientos católicos y representante en la Câmara Corporativa), quien tras la dictadura ocupó importantes puestos de decisión política, entre ellos el de Ministra de Asuntos Sociales (1974) y Primera Ministra (1979-1980). El propósito de este comité consistió en identificar las principales discriminaciones de las mujeres ante la ley, y proponer las correspondientes reformas legislativas.

Puede resultar llamativo que un comité de estas características se creara en el entramado institucional de un régimen autoritario, que en sus años fundacionales había abolido la legislación igualitaria aprobada durante la Primera República (1910-1926), e implantado la mayor parte de las discriminaciones que el grupo de trabajo iba a examinar y a cuestionar.⁴² En realidad, fue Maria de Lourdes Pintasilgo quien propuso al Ministro Silva Pinto la creación de esta Comissão, proposición que fue aceptada en un momento en que se estaban poniendo en marcha otras medidas liberalizadoras (en materia política) del régimen autoritario (Bruneau y Macleod, 1986:2). De otro lado, todas las integrantes del grupo de trabajo (salvo Maria de Lourdes Pintasilgo) trabajaban a tiempo completo en otras secciones del Ministerio, y su participación en el comité que ahora describo constituía una actividad adicional.

La efectividad del mencionado grupo resulta una cuestión discutida. Según uno de sus miembros, Maria do Carmo Romão (comunicación personal), su labor no fue desdeñable, puesto que algunas de las reformas legislativas que propusieron fueron aceptadas, por ejemplo la disminución de la edad de jubilación de las mujeres trabajadoras.⁴³ Otras propuestas, sin embargo, se rechazaron tajantemente, en concreto, las modificaciones del Código Civil. Por contraste, Virginia Ferreira (1998) argumenta que las recomendaciones hechas por esta y otras

⁴¹ La descripción de la fundación, composición y actividades de este grupo está basada en la información que me proporcionó en una entrevista personal Maria do Carmo Romão, una de sus integrantes.

⁴² Durante la Primera República, las élites políticas iniciaron un amplio programa de equiparación jurídica de los ciudadanos de ambos sexos. Nuevas leyes sobre el matrimonio y la filiación basaron aquél en la igualdad entre los esposos. El divorcio fue permitido por primera vez, con el mismo tratamiento para ambos cónyuges. El adulterio pasó a castigarse de igual modo cuando era cometido por los hombres y por las mujeres. Estas adquirieron el derecho a trabajar en la Función Pública, pese a lo cual permaneció cerrado para ellas el acceso a algunos puestos. Se reconoció el derecho de las mujeres a ejercer la abogacía. La escolarización de niños y niñas entre 7 y 11 años se declaró obligatoria, al igual que la coeducación. Las escuelas y los institutos masculinos aceptaron alumnas y contrataron profesoras. Pese a los lros anteriores, las mujeres no consiguieron conquistar el voto.

⁴³ El comité defendió que las mujeres trabajadoras se jubilaran antes que los trabajadores, dado que muchas de ellas realizaban trabajos fatigosos, peligrosos e insalubres (un argumento que frecuentemente se emplea para describir los trabajos de los hombres y no los de las mujeres), y puesto que la mayoría de las mujeres con empleo remunerado continuaban trabajando al terminar su jornada laboral, ya que se encargaban de las tareas domésticas y de cuidados en el ámbito familiar.

comisiones encargadas del estudio de las discriminaciones legales y sociales de la mujer jamás se pusieron en práctica, por lo que sus iniciativas fueron simplemente retóricas.

En 1973, el grupo de trabajo fue transformado en la Comissão para a Política Social relativa à Mulher. Durante estos años, algunos de sus miembros continuaron empleados a tiempo total en otras dependencias institucionales, a la vez que colaboraban en esta recién creada Comissão.

Tras la caída de la dictadura en 1974, Maria de Lourdes Pintasilgo fue llamada a formar parte del Gobierno, por lo que el grupo permaneció sin directora. Curiosamente no fue desmantelado, sino que continuó sus trabajos. Una de las razones que en parte explican esta continuidad institucional fue el hecho de que, en general, sus integrantes no habían militado en el partido único del régimen autoritario, ni habían ocupado altos cargos en la jerarquía del partido, ni habían sido identificadas como claras defensoras de la dictadura. Pudiera haber sucedido, además, que la Comissão fuera percibida por las nuevas autoridades como un círculo relativamente inofensivo de mujeres con poco poder, puesto que sus funciones consistían en hacer investigaciones y sugerir reformas legislativas. Carecería entonces de sentido destruir lo que era visto como un comité bastante inocuo. Cabe añadir que en aquellos momentos la cuestión del género estaba adquiriendo importancia en el ámbito internacional; por ejemplo, las Naciones Unidas habían declarado el año 1975 como Año Internacional de la Mujer. Conservar y reformar la Comissão que ya existía en el Estado (no en el partido único del régimen anterior), y que se encargaba de las cuestiones relativas al estatus de las mujeres, en vez de desmantelarla, pareció a los nuevos líderes políticos el modo más razonable de proceder de acuerdo con el espíritu de los tiempos (comunicación personal de Maria Regina Tavares da Silva).

En 1975, el citado grupo volvió a cambiar su nombre, conociéndose esta vez como Comissão da Condição Feminina, denominación que se mantendría hasta 1991. Una de sus integrantes, Maria do Carmo Romão, pasó a ser su Presidenta. Su labor consistió en institucionalizar el comité, esto es, dotarlo de presupuesto, cuadro de personal y reglas de actuación. Mientras tanto, la inestabilidad gubernamental constituía una característica de la vida política del período post-autoritario; muestra de ello es el hecho de que en 1974-1975 se sucedieron seis gobiernos provisionales. La institucionalización de la Comissão quedó recogida en el Decreto-Ley 485/77 de 17 de noviembre, el cual estableció que a partir de entonces la Comissão dependería de la Presidência do Conselho de Ministros, y que contaría con un cuadro de personal de 48 puestos.

En algunos países occidentales, las fundadoras de los organismos de igualdad pretendieron que la institución más importante de este tipo poseyese rango ministerial, por entender que ello significaría un mayor presupuesto, un número más elevado de personal, y una mayor influencia política, ya que la titular de esa cartera sería miembro del Gabinete (tal fue el caso de Francia, desde 1981 hasta 1986). En otros países, sin embargo, las primeras feministas de Estado consideraron que tal diseño institucional contribuiría a marginar los problemas de las mujeres de la agenda política,⁴⁴ ya que los políticos y los altos funcionarios de otros ministerios no se involucrarían en la realización de políticas de igualdad, por entender que de ello ya se encargaba el citado Ministerio. Optaron entonces por que el organismo de igualdad careciera de rango ministerial, pero dependiera de un ministerio percibido como importante por los políticos, los funcionarios y la población. Los ministerios así considerados son, generalmente, el de Presidencia, por su proximidad al principal líder político, y el de Economía, por su intervención en la confección del presupuesto. Dichas fundadoras sostenían que ya que sus instituciones no iban a formular ni poner en práctica la mayor parte de las políticas de igualdad, por carecer de las competencias y el presupuesto necesarios, debían, al menos, estar situadas "en el centro del poder", o lo más próximas posible al mismo, a fin de utilizar esta posición privilegiada para irradiar compromisos con la equidad entre los géneros a los distintos departamentos ministeriales. Este diseño institucional era el preferido, entre otros casos, por muchas de las

⁴⁴ Esta agenda es, según John Kingdom (1984:205) "a list of subjects to which [governmental] officials are paying some serious attention at any given time".

feministas de Estado y del movimiento en Australia en los años setenta, cuando se crearon, de acuerdo con él, los primeros organismos de igualdad (Sawer, 1990:27-32), y lo mismo sucedió en Portugal en aquel período.

Tras su institucionalización en 1977, la Comissão continuó desempeñando sus funciones, mientras se sucedían gobiernos liderados por distintos partidos políticos. Tras las elecciones de julio de 1987, el Partido Socialdemócrata llegó al poder (donde permaneció hasta 1995). A mediados de los años ochenta, la Comissão ya era un organismo consolidado, lo que significaba que su existencia no estaba puesta en cuestión por ningún actor político o social de importancia (bien porque consideraran a la Comissão como una institución útil para mejorar la condición de las mujeres, bien porque calcularan que era políticamente muy costoso desmantelarla). Por ello, en 1987 no fue destruida, ni rebajado su rango burocrático.

En 1991 la Comissão volvió a cambiar de nombre, y adquirió el actual: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Pasó a depender del Ministério do Emprego e da Segurança Social. La presidenta de la Comissão desde 1985, Maria Regina Tavares da Silva, se opuso a este cambio de dependencia institucional. Puesto que la desigualdad por razón de género es un fenómeno multi-dimensional, argumentó, todos los Ministerios pueden (y deben) llevar a cabo programas en este área, lo cual se reflejaba en el hecho de que la Comissão dependiera del órgano coordinador de todos los ministerios: la Presidência do Conselho de Ministros. Del emplazamiento de la Comissão en el Ministerio de Trabajo se deduciría que la desigualdad imperante entre los hombres y las mujeres es un problema sobre todo relacionado con la participación en el mercado de trabajo, por lo que dicho Ministerio habría de ser, si no el único, sí el más activo en el establecimiento de políticas que contribuyeran a mejorar la de las mujeres. La Presidenta de la Comissão, en profundo desacuerdo con la nueva definición gubernamental de la cuestión de la posición subordinada de las portuguesas, se sintió obligada a dimitir como protesta por lo que consideraba una degradación institucional de la Comissão (comunicación personal de Maria Regina Tavares da Silva).

El último cambio institucional tuvo lugar en 1995, tras la victoria del Partido Socialista (PS) en las elecciones generales. Devolver la Comissão a la Presidência do Conselho de Ministros formaba parte del programa electoral del PS en 1995, lo que llevó a cabo tras su victoria en las elecciones (artículo 6.5 del Decreto-Ley 296-A/95 de 17 de noviembre). Además, creó el Alto Comissariado para as Questões da Promoção da Igualdade e da Família, cuyo cometido reside en promover políticas relativas a la igualdad entre los géneros, el bienestar de los niños y la promoción de la familia (artículo 6 del Decreto-Ley 296-A de 17 de noviembre, y Decreto-Ley 3-B/96 de 26 de enero). La Comissão depende desde entonces de este Alto Comissariado, que está también situado en la Presidência do Conselho de Ministros. Pregunté a la Alta Comisária, Joana de Barros Baptista (quien fue Presidenta de la Comissão entre 1979 y 1985) y a la Presidenta de la Comissão en 1997, Lúgia Amâncio, si el establecimiento del Alto Comissariado no significó una degradación burocrática de la Comissão, en comparación con la situación anterior a 1991, cuando la Presidenta de la Comissão dependía teóricamente del Primer Ministro. Ambas respondieron a la pregunta negativamente, arguyendo que en la práctica la Presidenta de la Comissão no despachaba nunca con el Primer Ministro sino con algún ministro o algún otro integrante del Ejecutivo. La situación es entonces bastante similar antes de 1991 y después de 1995, porque en ningún momento la máxima responsable de la Comissão ha tenido acceso directo al principal líder político.

Al contrario, argumento que la creación del Alto Comissariado sí ha supuesto una disminución del rango institucional de la Comissão, puesto que la distancia que la separa del Ejecutivo ha aumentado. Antes de 1991 su Presidenta despachaba de facto con algún ministro, mientras que desde 1995 lo hace con la Alta Comisária, quien no tiene rango ministerial.

En síntesis, la principal institución feminista en Portugal es el resultado de reformas sucesivas de un grupo de trabajo originado en la dictadura, llevadas a cabo por distintos gobiernos, formados algunos de ellos (pero no todos) por el Partido Socialista. A diferencia de España, el organismo de igualdad más importante de Portugal no es el producto exclusivamente

de la acción de un partido socialdemócrata en el poder.⁴⁵ Por otra parte, el establecimiento de la Comissão no se debió a la presión del movimiento feminista a las élites políticas, porque buena parte de las asociaciones de mujeres fueron apareciendo a la vez que se consolidaba el feminismo institucional.

Las relaciones entre la Comissão y el movimiento de mujeres⁴⁶

Como he explicado en otro lugar (Valiente, 1996:186-188), las relaciones entre las feministas de Estado y numerosos sectores del movimiento de mujeres no han estado exentas de tensiones y problemas en la mayor parte de los países occidentales (Stetson y Mazur, 1995). Puede argumentarse que ello es lo esperable, teniendo en cuenta que ambas partes compiten por desempeñar papeles similares (aunque mediante estrategias diferentes), siendo uno de los más importantes el de mejorar la suerte de amplios sectores de la población femenina. Las desavenencias más profundas entre unas y otras surgen precisamente en torno a los distintos medios para alcanzar estos mismos objetivos. Por ejemplo, las feministas de Estado concentran sus esfuerzos en la presión al poder político a fin de conseguir medidas de igualdad, pensando que esta estrategia es la adecuada para elevar las condiciones de vida del conjunto de las mujeres (la mayoría de las cuales no forma parte del movimiento feminista) y para evitar que la igualdad entre los géneros termine siendo una meta únicamente para quienes militan en alguna asociación, en definitiva, para un sector muy minoritario de la sociedad.⁴⁷⁰ Por su parte, muchas feministas de las corrientes radicales afirman que las feministas institucionales no son eficaces, entre otros motivos porque poseen muy poco poder y recursos dentro del Estado.⁴⁸¹

No obstante lo anterior, Georgia Duerst-Lahti (1989:250, 258), escribiendo sobre Estados Unidos, ha mantenido que la colaboración entre feministas de Estado y activistas es, en muchos casos, beneficiosa para ambas partes. Las primeras cuentan con extraordinarios recursos materiales y humanos para su actuación, de los que frecuentemente carecen las segundas. Por su parte, a las feministas de Estado puede interesarles la existencia de un movimiento feminista que cuente con numerosos seguidores y con una elevada capacidad de movilización, y ello por dos razones. En primer lugar, todo burócrata o político que trabaja en un área determinada está compitiendo con otros a fin de obtener más recursos y competencias, y para conseguirlos le resulta útil mostrar a sus superiores que los asuntos de los que él o ella se ocupan interesan a la sociedad, sectores de la cual se movilizan al respecto. En segundo lugar, por motivos distintos, entre ellos el acatamiento de las directrices de un partido o las órdenes de sus superiores, algunos burócratas y políticos no pueden actuar a favor de opciones consideradas demasiado radicales (por ejemplo, en algunos países, el aborto libre y gratuito), pero si están a favor de las mismas, puede interesarles que determinadas organizaciones las reivindiquen. A estas dos causas aducidas por Georgia Duerst-Lahti podría añadirse una tercera: en el caso de que las feministas de Estado apoyaran opciones moderadas, probablemente les interesaría que las asociaciones demandaran medidas radicales, para aparecer las feministas de Estado como el punto medio a los

⁴⁵ En España, el Instituto de la Mujer fue creado tras la victoria electoral del PSOE de 1982, principalmente gracias a las demandas avanzadas con éxito dentro de dicho partido por un sector de militantes feministas que conocía la existencia del feminismo de Estado en otros países occidentales (Threlfall, 1998).

⁴⁶ Los párrafos que tratan del movimiento feminista en Portugal en este artículo han sido redactados a partir de la información contenida en fuentes secundarias (Barbosa, 1981; Ferreira, 1998) y, sobre todo, de las entrevistas en profundidad realizadas a algunas de sus militantes en julio de 1997, las cuales no son en absoluto representativas de todo el movimiento, pero sí de algunas corrientes que considero importantes en el área geográfica de Lisboa, donde fueron realizadas todas las entrevistas y donde han fijado su sede numerosas organizaciones.

⁴⁷⁰ De este modo razonaban, por ejemplo, las primeras feministas de Estado australianas a mediados de los años setenta (Ryan, 1990:81).

⁴⁸¹ Según explica, sin compartir esta opinión, Hester Eisenstein (1991:22).

ojos de los conservadores. Por lo que respecta a los análisis empíricos, éstos han documentado episodios de fructífera colaboración entre feministas de Estado y el movimiento de mujeres, por ejemplo en Estados Unidos (Duerst-Lahti, 1989:250), los Países Bajos (Outshoorn, 1995) o Dinamarca (Dahlerup, 1993:17). En otros países, sin embargo, las diferencias, reticencias y enfrentamientos entre el feminismo institucional y las asociaciones de mujeres continúan siendo pronunciados (Stetson y Mazur, 1995); tal sería el caso de España (Valiente, 1996:186-193).

En esta sección argumento que Portugal pertenece al primer grupo de países, por cuanto los contactos formales entre ambas partes son frecuentes, y cuando se producen se trata no pocas veces de vínculos de cooperación. Sugiero, además, algunas razones que permiten explicar lo anterior.

Con respecto a las relaciones formales entre el feminismo institucional y el movimiento feminista, un primer tipo consiste en el acceso de las representantes del segundo al proceso de toma de decisiones del primero. A mi entender, es éste un factor crucial, pues asegura a las feministas del movimiento que las feministas de Estado están realmente interesadas en trabajar con ellas, lo cual incentiva, al menos a algunas activistas, a colaborar con el organismo de igualdad en causas de interés común. Cabe imaginar que la ausencia de tal posibilidad de participación en las instituciones pueda favorecer que algunos grupos orienten sus actividades a acciones de protesta, aparte de albergar indefinidamente sospechas hacia el feminismo institucional, donde no hay lugar para ellas.

En Portugal, el acceso de las militantes del movimiento de mujeres al proceso de toma de decisiones de la Comissão es amplio, y se instauró relativamente pronto. Desde los años 70 la Presidenta de la Comissão es asesorada por un Conselho de Coordenação Técnica⁴⁹² y un Conselho Consultivo, formado por dos secciones: la Secção Interministerial, que comprende a representantes de buena parte de los ministerios, y la Secção de Organizações não Governamentais, que integra a representantes de las asociaciones de mujeres (no necesariamente feministas). El propósito del Conselho Consultivo radica en asegurar la participación de los Ministerios y de las Organizaciones No Gubernamentales (ONGs) de mujeres en la definición y ejecución de las políticas de igualdad. El número de ONGs representadas en el Conselho Consultivo ha aumentado constantemente, y es superior a 40 en 1997. Se trata de grupos de mujeres de todo tipo: asociaciones que se declaran a sí mismas apolíticas, junto con otras próximas a partidos políticos que cubren todo el espectro ideológico, organizaciones laicas junto con otras abiertamente religiosas, además de las secciones de mujeres de los principales partidos políticos y confederaciones sindicales. La mayor parte de las ONGs de mujeres de ámbito nacional activas en Portugal están representadas en el Conselho Consultivo. Muchas de ellas también acuden a las reuniones y participan en otras actividades de esta sección no-ministerial. El Conselho Consultivo se reúne en sesión plenaria (esto es, con ambas secciones), al menos tres veces al año.⁵⁰³

De acuerdo con las entrevistas realizadas para la redacción de esta ponencia en el movimiento asociativo de mujeres y en los departamentos de la mujer de los partidos y sindicatos, las reuniones de la sección no-gubernamental del Conselho Consultivo son un espacio donde sus integrantes pueden reunirse, discutir, y a veces colaborar en proyectos comunes. Este juicio positivo resulta especialmente llamativo, si tenemos en cuenta las orientaciones ideológicas sustancialmente diferentes de quienes componen esta sección. Es mérito de la Comissão el haber conseguido establecer este espacio, el cual funciona también gracias a los esfuerzos de las representantes de las ONGs por intentar que en las reuniones

⁴⁹² El Conselho de Coordenação Técnica está compuesto por los directores de los distintos Departamentos de la Comisión (Estudios y Formación; Documentación, Información y Publicaciones; y Asuntos Jurídicos). Se encarga sobre todo de colaborar en la elaboración, ejecución y evaluación del programa anual de actividades de la Comisión, así como de pronunciarse sobre el proyecto de presupuesto anual de la misma.

⁵⁰³ Un análisis sobre las reuniones de la sección no gubernamental del Conselho Consultivo puede consultarse en Tavares (1998:87-92).

impere un clima de entendimiento e incluso de cooperación, dejando a un lado en cierta medida las profundas diferencias que las distancian.

En mis entrevistas, muchas de las representantes del movimiento feminista en el Conselho Consultivo manifestaron que entienden su participación en dicho órgano como una estrategia dirigida a presionar al gobierno para que intensifique su compromiso con la igualdad entre los géneros. La mayoría piensa que la situación de las mujeres puede mejorar con medidas gubernamentales, por lo que les interesa participar en la toma de decisiones políticas, aunque sea de manera muy indirecta.

En ciertas ocasiones, las reuniones del Conselho Consultivo han servido para que las representantes del movimiento feminista emprendieran iniciativas concertadas de presión a los líderes políticos. Por ejemplo, en 1987 todas las asociaciones de mujeres representadas en el Conselho Consultivo elaboraron el documento Plataforma de Acção para a Igualdade. Se trataba de una lista de reivindicaciones dirigida a la élite gobernante, que había sido consensuada por todas las ONGs. En opinión de la directora de la Comissão en aquel momento, Maria Regina Tavares da Silva (comunicación personal), este documento constituyó un importante impulso para la formulación de políticas de igualdad, puesto que, con él en mano, se entrevistó con el Primer Ministro, el Vice Primer Ministro, y los Ministros de Educación, Sanidad, y Trabajo, solicitando que el Gobierno tuviera en cuenta las reivindicaciones que contenía, argumentando que se trataba de demandas apoyadas por todas las ONGs del Conselho Consultivo.

Resulta pronunciado el contraste entre Portugal y España en cuanto a la participación de las asociaciones de mujeres en los órganos de decisión de la principal institución feminista, participación que en España fue tardía y sumamente modesta. En efecto, la Ley de creación del Instituto de la Mujer (Ley 16/83 de 24 de octubre) establecía como órganos rectores del mismo a la directora y al Consejo Rector. Constituido en 1985, éste estaba compuesto por representantes de doce ministerios (número que aumentó posteriormente) y seis vocales (personas con acreditada trayectoria personal y profesional en favor de la igualdad de género). Pese a su indudable compromiso con las cuestiones feministas, estas vocales no pueden ser consideradas como representantes del movimiento en el Consejo Rector, porque sus nombramientos se hicieron en función de su contribución individual a la equiparación de los géneros y no de su militancia en organizaciones de mujeres, y por no haber sido elegidas por el conjunto de las asociaciones feministas. Más adelante, las organizaciones de mujeres fueron invitadas a participar (marginamente) en la evaluación del Primer Plan para la Igualdad de Oportunidades de las Mujeres (1988-1990), pero no en su formulación, ni en la del segundo plan de igualdad. A principios de los noventa accedieron al Consejo Rector tres representantes de las asociaciones feministas de ámbito nacional consideradas más representativas (dos procedentes de la Asociación de Mujeres Separadas y Divorciadas, y una proveniente de Mujeres Jóvenes), y dos de las Secretarías o los departamentos de la mujer en los sindicatos Comisiones Obreras y Unión General de Trabajadores (una por cada sindicato) en sustitución de las seis primeras vocales.⁵¹⁴ Esta representación era en la primera mitad de 1994, cuando realicé la investigación empírica para Valiente (1996), la única vía formal de acceso de líderes del movimiento feminista al proceso de toma de decisiones del Instituto de la Mujer. Paradójicamente, comenzó a funcionar cuando el Consejo Rector apenas se reunía. El consentimiento de las feministas de Estado a que los representantes de las organizaciones de mujeres participaran en este órgano resultó ser en la práctica, aunque no fuera así en la intención de las responsables del Instituto de la Mujer, un gesto simbólico más, que poco contribuyó a disminuir la distancia entre ciertos sectores del movimiento y el Estado.

El segundo tipo de relación formal establecida entre el organismo de igualdad y las asociaciones de mujeres consiste en la ayuda (sobre todo material) que éstas reciben de aquél, y

⁵¹⁴ Parece llamativo el cotejo de estas 5 representantes de 4 organizaciones de mujeres con las representantes de más de 40 ONGs que acuden a las reuniones del Conselho Consultivo de la Comisión en Portugal. Ello no obstante, el Consejo Rector del Instituto de la Mujer y el Conselho Consultivo de la Comisión no son órganos exactamente comparables, dado que desempeñan funciones distintas.

que suele concretarse en subvenciones a actividades realizadas por grupos feministas. Políticas similares de subsidios se llevan a cabo en algunos países, por ejemplo en Francia (Mazur, 1995) o en los Países Bajos (Outshoorn, 1995). En la década de los noventa, las asociaciones de mujeres en Portugal empezaron a recibir subvenciones del Estado para la realización de proyectos (no para el mantenimiento de las asociaciones en sí). La partida presupuestaria para tal cuestión se aprueba en la Asamblea de la República y se canaliza a través de la Comissão.

He argumentado en otro lugar (Valiente, 1996:191-192) que en España los términos concretos de la política de subvenciones del Instituto de la Mujer han sido ampliamente impopulares entre muchas de las organizaciones de mujeres. No ha sido éste el caso de Portugal. Por supuesto, en ocasiones no coincide la opinión de las feministas de Estado y de los miembros de las ONGs de mujeres acerca del mejor modo de repartir los subsidios. Sin embargo, en ninguna de las entrevistas que realicé en Lisboa a militantes del movimiento de mujeres pude entrever ni un atisbo de la animosidad contra la política de subsidios que encontré entre las feministas españolas en 1994, cuando realizaba el trabajo empírico para otra investigación (Valiente, 1996).

Una de las principales críticas que en todos los países han esgrimido las asociaciones feministas acerca de las políticas de subvenciones (crítica que no les ha impedido continuar solicitándolas y recibéndolas) consiste en la sospecha de que su propósito final (o su consecuencia no intencionada) es la desunión de las organizaciones que lo forman, ya que éstas encuentran muchos incentivos para concentrarse en la gestión de sus propios proyectos subvencionados, olvidándose de las acciones conjuntas, de carácter generalmente reivindicativo. Posiblemente ello pueda argumentarse también hasta cierto punto en el caso de Portugal, donde, según algunas entrevistadas, los miembros de las ONGs de mujeres dedican una parte cada vez más importante de sus energías a trabajar en los proyectos para los que su organización ha conseguido subsidios. Es cierto que en los años noventa las asociaciones de mujeres parecen llevar a cabo menos acciones conjuntas, pero otros motivos (aparte de las subvenciones) explican esta aparente inactividad. Tal es el caso del alto número de asociaciones (más de 40), que envían representantes al lugar donde han surgido algunas de las más importantes acciones conjuntas del movimiento feminista portugués: las reuniones del Conselho Consultivo de la Comissão. Este número elevado posibilita que prácticamente todas las ONGs de mujeres que reivindican una implantación nacional participen en el proceso de toma de decisiones de la Comissão, a la vez que asegura que la variedad de asociaciones existentes en el país quede reflejada en el Conselho Consultivo, pero dificulta la realización de actuaciones concertadas.

En síntesis, las relaciones formales entre las feministas de Estado y amplios sectores del movimiento de mujeres en Portugal son, en general, frecuentes y basadas en el buen entendimiento. De un modo opuesto, en España, las distancias que separan a buena parte del movimiento del feminismo institucional han adquirido visos de parecer insalvables: son muy escasos los contactos formales entre ambas partes y, cuando se producen, no siempre se trata de vínculos de cooperación. En otro lugar (Valiente, 1996), he explicado por qué España pertenece al grupo de países donde las diferencias, reticencias y enfrentamientos entre el feminismo institucional y las asociaciones de mujeres son pronunciadas. Permítaseme ahora aducir algunas razones por las que no ha sucedido así en Portugal.

En algunos países, por ejemplo Australia, un sector del movimiento feminista decidió emprender lo que Marian Sawer (1990:xvi) denomina the long march of feminists through the institutions, esto es, la conquista de ciertos nichos en el Estado desde los cuales se pueden elaborar políticas de igualdad para las mujeres, o bien persuadir a los responsables de otros departamentos para que incluyan entre sus objetivos la persecución de la equiparación de los géneros. Las militantes de las asociaciones de mujeres que no apoyaron dicha opción criticaron acerbamente a las defensoras de la misma, especialmente a las que pasaron a trabajar como feministas institucionales. Pronosticaron que el emplearse en el Estado terminaría cooptándolas, esto es, haciendo que sus puntos de vista y sus reivindicaciones fueran cada vez más moderadas, debido, entre otros motivos, a que demandas consideradas extremas podían poner en peligro sus

carreras profesionales dentro de las instituciones (Watson, 1990:10). De igual modo, parte de la animosidad que reinaba por ejemplo en España en los años ochenta entre las feministas oficiales y las activistas de un sector del movimiento de mujeres se debía a las acusaciones por parte de éstas a aquéllas de "haberse vendido" al poder, o más bien al Gobierno formado por el partido político al que apoyaban. Por los puestos en el Estado conseguidos de este modo habrían de pagar con moderación en los puntos de vista esgrimidos y en las demandas planteadas.

En Portugal fue imposible que surgieran discusiones de este tipo en torno a la cooptación, dada la peculiar cronología de la aparición del movimiento feminista y del feminismo institucional. En efecto, muchos grupos de mujeres portuguesas se crearon tras la fundación del principal organismo de igualdad, y en algunos casos cuando la Comissão ya se había consolidado. Por tanto, el debate sobre la potencial desradicalización de las feministas convertidas en feministas de Estado, motivo de acusadas desavenencias entre ambas en otros lugares, no se planteó en Portugal dado que el movimiento feminista no apareció con anterioridad al feminismo oficial.

De otro lado, en Portugal, la corriente radical dentro del movimiento feminista ha sido mucho más débil que en España.⁵²⁵ En todos los países occidentales los grupos radicales han colaborado menos (si es que han colaborado en alguna medida) con el Estado que los grupos feministas marxistas y que los de orientación liberal. Además, en general, los grupos de mujeres en Portugal están más vinculados a los partidos políticos que en España, por lo que les resulta más fácil cooperar con las élites políticas, que también proceden de las organizaciones partidistas.⁵³⁶

El general buen entendimiento que impera entre el feminismo de Estado y el movimiento asociativo de mujeres portugués es también el resultado de opciones escogidas conscientemente por ambas partes. De un lado, desde el comienzo del período post-autoritario la Comissão recabó la colaboración de las ONGs que ya existían o que se estaban formando en aquellos momentos, línea de actuación que ha mantenido sin interrupción hasta nuestros días. Por su parte, las representantes de las asociaciones acudieron a las reuniones del Conselho Consultivo, e intentaron obviar las marcadas diferencias que las separaban, concentrándose en objetivos comunes a fin de poder emprender acciones conjuntas. Instaurada esta pauta de actuación, no se quebró con la llegada de las subvenciones a los proyectos emprendidos por las ONGs y a las acciones en común de las representantes en el Conselho Consultivo, en parte, quizá, porque las feministas participan en el proceso de asignación de algunos de estos subsidios, lo que no tiene lugar en España.

Conclusión

Desde aproximadamente los años setenta, el feminismo se ha ido abriendo camino en las instituciones, si bien el fenómeno ha suscitado el interés de los científicos sociales sobre todo en la década de los noventa (aunque algunas investigaciones pioneras se habían publicado con anterioridad). Los estudiosos que han realizado análisis en este ámbito se han preguntado si la aparición de los organismos de igualdad en países occidentales se debió en parte a la estrategia de un sector del movimiento feminista de presionar al poder político para que estableciera estas instituciones, a la vez que sus militantes se mostraban dispuestas a trabajar en los nuevos organismos. El caso de Portugal documenta que la existencia de un movimiento asociativo de mujeres no es necesaria para que se funden instituciones de igualdad, y que ambos pueden aparecer aproximadamente en el mismo período. En otras palabras, la creación de una

⁵²⁵ Una descripción de la corriente radical del movimiento de mujeres en Portugal puede consultarse en Tavares (1998:103-109).

⁵³⁶ Debo a una conversación con Luisa Amorim esta observación comparativa sobre el movimiento feminista en los dos países ibéricos.

institución para la igualdad bien puede ser producto de la iniciativa de las élites políticas, con el concurso de mujeres con preocupación por la desigualdad entre los géneros (pero sin participación en el movimiento asociativo).

De otro lado, los estudios sobre el feminismo de Estado han examinado con cierta atención las relaciones entre quienes allí trabajan y el movimiento feminista. España es un caso claro de relaciones escasas y frecuentemente antagónicas entre ambas, si bien ello es así en menor medida en la década de los noventa que en la anterior. En Portugal, por el contrario, dichas relaciones son frecuentes y generalmente cooperativas. El caso portugués muestra que las tradiciones de colaboración y trabajo en común pueden inventarse; parece además razonable argumentar que la fórmula para conseguirlo contiene, al menos, los siguientes ingredientes: el acceso temprano del movimiento de mujeres a los órganos de decisión de las instituciones feministas, y la voluntad y el compromiso por parte de las asociaciones de mujeres de aprovechar estas oportunidades de participación para cooperar en proyectos comunes. En este sentido, el ejemplo portugués constituye una interesante lección para los actores en el área de políticas públicas de igualdad en España.

Las características del caso portugués invitan a avanzar ciertas proposiciones (un tanto inquietantes) no ya respecto de las relaciones entre la Comissão y las organizaciones feministas, sino acerca de las implicaciones de dichos vínculos. Constituye ya un lugar común la afirmación de que en Europa del Sur los ciudadanos se muestran renuentes a formar asociaciones, a diferencia de otros países, por ejemplo, Estados Unidos, que cuentan con una importante tradición asociativa. La comparativamente escasa predisposición de los europeos del Sur a pertenecer a organizaciones voluntarias puede ser lamentada pero difícilmente ignorada. Desde el Estado se ha pretendido entonces revitalizar el movimiento asociativo por medio de incentivos diversos, entre ellos, el de subsidiar algunos de los proyectos que las ONGs emprenden. De otro lado, en el ámbito del feminismo resulta cada vez más difícil llevar a cabo determinados proyectos (por ejemplo, casas-refugio para víctimas de la violencia doméstica) sin la ayuda financiera gubernamental, razón que explica, junto con otras, que la mayor parte de las ONGs de mujeres intenten acceder a estas subvenciones. Algunas de las militantes del movimiento feminista de Portugal y España a quienes entrevisté sospechaban que algunas ONGs habían surgido al calor del dinero estatal, y que desaparecerían si aquél dejara repentinamente de concederse. Con ser preocupante esta conjetura, lo es más la suposición, defendida por otras activistas entrevistadas, de que algunas de las asociaciones que surgen cuando las instituciones tratan de activar los movimientos asociativos que forman parte de la sociedad civil tal vez sean distintos de las que aparecen en un contexto de no intervención de los poderes públicos en la cuestión: más débiles por ser más dependientes del Estado en cuanto a recursos materiales, lugares de reunión, iniciativas políticas, etc., proposición que habrá de ser analizada en un estudio posterior.

Por último, el principal (aunque no único) objetivo de las instituciones feministas consiste en promover políticas de igualdad, es decir, persuadir a los distintos ministerios y otras unidades del Estado de que se impliquen con sus actuaciones en la persecución de un mayor grado de igualdad entre los hombres y las mujeres. Otra investigación habrá de examinar cómo ha cumplido este objetivo la Comissão en Portugal. Dicho país es, de nuevo, un excelente caso de estudio, por cuanto el organismo de igualdad lleva funcionando un número considerable de años, de modo que los efectos de sus actuaciones son ya visibles. De otro lado, la Comissão ha permanecido activa bajo gobiernos de distinto color ideológico, por lo que puede analizarse su actividad en diferentes contextos políticos. Por último, las buenas relaciones de las feministas en el Estado y en la sociedad en Portugal tal vez hayan influido en el modo en que la Comissão ha promovido políticas de igualdad, lo que podría examinarse analizándolo este aspecto en comparación con el caso español, en el que dichas relaciones no son tan estrechas ni cooperativas.

Entrevistas

- Amâncio, Lúcia. Presidenta de la Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Lisboa, 22 julio 1997.
- Baptista, Joana de Barros. Alta Comissária para as Questões da Promoção da Igualdade e da Família, Presidenta de la Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (1979-1985). Lisboa, 23 julio 1997.
- Barbosa, Madalena. Miembro del Movimento de Libertação das Mulheres, ex-militante del Partido Socialista, técnica de la Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres; Lisboa, 23 julio 1997.
- Coucello, Ana. Miembro de la Rede de Mulheres Autarcas Portuguesas, miembro de la Aliança para a Democracia Paritária, militante del Partido Socialista. Lisboa, 24 julio 1997.
- Cruz, Graciete. Presidenta de la Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-(IN). Lisboa, 25 julio 1997.
- Guimarães, Wanda. Presidenta de la Comissão de Mulheres da UGT. Lisboa, 24 julio 1997.
- Lemos, Alzira. Presidenta de Intervenção Feminina, militante del Partido Socialista, ex-técnica de la Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Lisboa, 23 julio 1997.
- Lemos, Maria João Saude. Militante del Partido Socialdemócrata. Lisboa, 22 julio 1997.
- Martins, Margarida Medina. Presidenta de la Associação de Mulheres contra a Violência. Lisboa, 23 julio 1997.
- Mateus, Fernanda. Miembro de la Organização das Mulheres Comunistas. Lisboa, 25 julio 1997.
- Secretariado Nacional del Movimento Democrático de Mulheres. Lisboa, 25 julio 1997.
- Palla, Maria Antonia. Ex-miembro de la Liga dos Direitos das Mulheres. Lisboa, 24 julio 1997.
- Romão, Maria do Carmo. Presidenta del Departamento de Mulheres do Partido Socialista, Presidenta de la Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (1977-1979). Lisboa, 24 julio 1997.
- Silva, Maria Regina Tavares da. Presidenta de la Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (1986-1992). Lisboa, 21 julio 1997.
- Tavares, Manuela. Presidenta del Movimento para a Emancipação Social das Mulheres Portuguesas (1989-1996). Lisboa, 25 julio 1997.

Referencias

- Barbosa, Madalena 1981. "Women in Portugal" Women's Studies International Quarterly Vol.4, No.4:477-480.
- Borchorst, Anette 1995: "A Political Niche: Denmark's Danish Equal Status Council." En Comparative State Feminism ed. por Dorothy McBride Stetson and Amy G. Mazur, 59-75. Thousand Oaks (California): Sage.
- Bruneau, Thomas C.; Macleod, Alex 1986. Politics in Contemporary Portugal: Parties and the Consolidation of Democracy. Boulder (Colorado): Lynne Rienner.
- Burns, Nancy E. 1991. "Institutions and Social Movements: the Case of Comparable Worth" International Journal of Public Administration Vol.14, No.5:773-798.
- Dahlerup, Drude 1993. "From Movement Protest to State Feminism: the Women's Liberation Movement and Unemployment Policy in Denmark" NORA: Nordic Journal of Women's Studies No.1:4-20.
- Duerst-Lahti, Georgia. 1989. "The Government's Role in Building the Women's Movement" Political Science Quarterly No.104: 246-268.
- Eisenstein, Hester 1991. Gender Shock: Practising Feminism on Two Continents. Sidney: Allen & Unwin.
- Ferre, Myra Marx 1991-1992. "Institutionalizing Gender Equality: Feminist Politics and Equality Offices" German Politics and Society Nos.24-25 (invierno):53-64.

- Ferre, Myra Marx 1995. "Making Equality: the Women's Affairs Offices in the Federal Republic of Germany." En Comparative State Feminism Ed. por Dorothy McBride Stetson and Amy G. Mazur, 95-113. Thousand Oaks (California): Sage.
- Ferreira, Virginia 1998. "Engendering Portugal: Social Change, State Politics and Women's Social Mobilization" In Modern Portugal Ed. por António Costa Pinto, 162-188. Palo Alto (California): The Society for the Promotion of Science and Scholarship.
- Franzway, Suzanne; Court, Dianne; Connell, R. W. 1989. Staking a Claim: Feminism, Bureaucracy and the State. Cambridge: Polity Press.
- Kingdom, John W. 1984. Agendas, Alternatives, and Public Policies. Glenview (Illinois) y Londres: Scott, Forest and Company.
- Mazur, Amy G. 1995. "Strong State and Symbolic Reform: The Ministère des Droits de la Femme in France." En Comparative State Feminism Ed. por Dorothy McBride Stetson and Amy G. Mazur, 76-94. Thousand Oaks (California): Sage.
- Outshoorn, Joyce 1995. "Administrative Accommodation in the Netherlands: The Department for the Coordination of Equality Policy." En Comparative State Feminism Ed. por Dorothy McBride Stetson and Amy G. Mazur, 168-185. Thousand Oaks (California): Sage.
- Ryan, Lyndall 1990. "Feminism and the Federal Bureaucracy 1972-1983." En Playing the State: Australian Feminist Interventions ed. por Sophie Watson, 71-84. Londres y Nueva York: Verso.
- Sawer, Marian 1990. Sisters in Suits: Women and Public Policy in Australia. Sidney: Allen & Unwin.
- Stetson, Dorothy McBride; Mazur, Amy G. (eds.) 1995. Comparative State Feminism. Thousand Oaks (California): Sage.
- Stewart, Debra W. 1980. "Institutionalization of Female Participation at the Local Level: Commissions on the Status of Women and Agenda-Building" Women & Politics Vol.1, No.1 (primavera):37-63.
- Tavares, Maria Manuela Paiva Fernandes 1998. Movimentos de mulheres em Portugal após abril de 1974. Tesis de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta.
- Threlfall, Monica 1996. "Feminist Politics and Social Change in Spain" En Mapping the Women's Movement: Feminist Politics and Social Transformation in the North Ed. por Monica Threlfall, 115-151. Londres y Nueva York: Verso.
- Threlfall, Monica 1998. "State Feminism or Party Feminism: Feminist Politics and the Spanish Institute of Women" The European Journal of Women's Studies 5:69-93.
- Valiente, Celia 1996. "El feminismo institucional en España: el Instituto de la Mujer, 1983-1994" Revista Internacional de Sociología No.13 (enero-abril):163-204.
- Watson, Sophie 1990. "The State of the Play: An Introduction" En Playing the State: Australian Feminist Interventions ed. por Sophie Watson, 3-20. Londres y Nueva York: Verso.

DA IGUALDADE AO DIREITO DAS MULHERES ¹

Teresa Beleza

¹ Agradeço *ex immo corde* à Srª Drª Maria Ângela Pires o favor de ter lido publicamente este texto na minha ausência (por razões de saúde).

“Women are second-class citizens throughout the world. For all the differences among nations, there are striking commonalities as well. Much of this is a product of law. Exclusion from political participation; inequality in the ownership of land and in rights of inheritance; restrictions on contraception and abortion - all these, and many more, are legal controls”

Cass Sunstein, 1995, p. 359²

1. O ensino universitário do *Direito das Mulheres* começou em Portugal há dois meses e meio, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Os “Estudos sobre as Mulheres”, no sentido contemporâneo do termo, são relativamente recentes em Portugal - mas a vertente jurídica é recém-nascida. E levanta ainda muitas perplexidades - há colegas minhas (e colegas meus) que me perguntam, com ar espantado, se tal coisa existe, de que consta o Programa, ou me interrogam sobre o que é que eu ensino em cadeira de tão estranho nome. A própria introdução do tema no *Curriculum* da licenciatura - como cadeira de opção - não foi pacífica, ao que sei. A vulgaridade da sua existência na generalidade das Universidades Americanas terá sido argumento importante na sua adopção final.

2. Quando fui fazer um Mestrado em Criminologia na Universidade de Cambridge, em Inglaterra, já lá vão quase vinte anos, recusei uma sugestão de uma colega senior (ela preparava já o doutoramento) no sentido de escolher um tema declaradamente ligado a questões de criminalidade e género feminino. Ela sabia das minhas convicções feministas, que começaram muito cedo - tive a sorte de ser filha de uma Mãe esclarecida, nesta como em muitas outras questões... - e parecia-lhe natural que a minha opção fosse essa. Não o foi na altura - embora tenha feito alguns trabalhos de seminário com isso relacionados - em parte, julgo eu, porque ainda não dispunha de instrumentos teóricos que me permitissem pensar essas questões de uma maneira profícua e intelectualmente satisfatória. Fi-lo mais tarde, na minha dissertação de doutoramento, e a confusão académica que isso provocou foi sinal claro do atraso em que nesta matéria a Universidade portuguesa ainda esta(va).

Mas havia outra razão: a minha militância intelectual em alguns ideais da Revolução Portuguesa de 1974 levou-me a querer dedicar-me a aspectos de confronto político, social e jurídico de *classes* - e, por isso, a minha dissertação incidiu sobre a lei penal no contexto da reforma e “contra-reforma” agrárias (a redefinição do crime de usurpação de imóveis em 1980, claramente relacionada com a redefinição do poder social e político no contexto “pós-revolucionário”).

Alguma parte das razões para a fraca representação de alguns movimentos sociais em Portugal no período que se segue a 74 - entre eles, o feminista - estará também possivelmente relacionada com essa situação muito particular da sociedade portuguesa.

3. Catherine Mackinnon escreve algures que as mulheres (docentes) nas Faculdades de Direito têm de fazer de conta que são homens para que as levem a sério - isso é verdade, mas é-o também, em geral, no mundo do trabalho, sobretudo nas profissões tradicional e legalmente desenhadas para homens, que são quase todas as remuneradas. Mas na Faculdade que frequentei como aluna durante cinco ou seis anos - se descontar os de preparação de doutoramento, em que já ensinava e fui muito pouco “aluna” - e em que ensinei durante vinte anos, isto era tão evidentemente verdade quanto ao corpo docente, que a casa de banho das professoras só foi construída em 1980 ou 81. A única que existia antes era de homens - já que tinha aqueles objectos que Marcel Duchamp baptizou de “fontes”. Mas havia casas de banho

² SUNSTEIN, Cass R. (1995) “Gender, Caste, and Law” in NUSSBAUM, Martha e GLOVER, Jonathan, eds., *Women, Culture and Development* Oxford: Clarendon Press, p. 332-359.

de alunos e de alunas, convenientemente separadas. Note-se que o edifício foi construído em 1957.

Antes de 1974, no ensino do Direito falava-se muito pouco de igualdade, também por razões políticas em sentido estrito. De igualdade entre os sexos quase se não ouvia, a não ser um tal artº 5º na Constituição de 1933, que proibia a discriminação em função do sexo, mas logo abria a excepção em dois casos: o bem da família e a natureza das coisas (“da mulher”, no texto constitucional). Na revisão constitucional de 1972, ficou apenas a segunda referência.

Na reorganização dos *Curricula* que se seguiu à reestruturação das Faculdades (em particular, a de Lisboa, mais afectada no seu funcionamento pelo período revolucionário) foram surgindo novos temas e alguns “antigos” tornaram-se mais desenvolvidos, desdobrando-se em cadeiras diversas, incluindo algumas de opção. Mas em nenhum desses novos espaços as questões do *género*, na perspectiva do Direito, encontrou realmente abertura. *Idem* para as novas Faculdades privadas.

4. Suponho que a ideologia oficial será a de que o problema juridicamente não existe, dado que as leis declaradamente discriminatórias foram revogadas pela Constituição de 1976 e muitos Códigos essenciais (Civil, Penal) alterados ou substituídos na sua sequência. No campo do Direito do Trabalho, em que a política da União Europeia, em matéria de igualdade, se tem concentrado - em parte por causa da redacção originária do artº 119º do Tratado de Roma, mas muito pela vontade “política” subsequente - foram publicadas sucessivas leis, desde 1979 até 1997. A protecção da maternidade, o planeamento familiar e a educação sexual foram também *legalmente* resolvidos.

Como o esforço inicial foi no sentido de eliminar normas discriminatórias, o objectivo pareceu ser a *neutralização* dos comandos legais. E assim veio progressivamente a acontecer - no Código Penal, no Código Civil - até que a percepção ainda incipiente de que a “neutralidade” seguia um padrão masculino levou a arrepiar caminho. As últimas revisões constitucionais e diplomas, como o que oferece protecção às mulheres vítimas de violência (Lei nº 61/91, de 13 de Agosto), são bons exemplos.

5. Para além da verificação relativamente elementar de que a igualdade declarada, e até promovida na lei, encontra inúmeros obstáculos na sua aplicação prática, há, no entanto, todo um outro mundo de questões que só pode ser compreendido - em rigor: *pensado* - se o paradigma em que raciocinamos se alterar ao ponto de colocar as mulheres (ou a categoria socio-discursiva de *género*) no centro da indagação jurídica, por um lado. Mas também se formos capazes de ver que, se o Direito não controla definitivamente ou isoladamente a vida social e os seus valores, também se não limita, ao contrário do que se afirma com frequência, a plasmar em letra de lei as concepções socialmente dominantes ou tidas como tal. O Direito - as leis, a jurisprudência, as práticas jurídicas de variados níveis - tem (teve, historicamente) um papel *constitutivo* importante na segregação discursiva de uma hierarquia entre pessoas: homens/mulheres. (Como em relação a outras dicotomias: “brancos” e “negros”, “senhores” e “escravos”, “colonizadores” e “colonizados”, “primitivos” e “civilizados”, etc).

Mas além destas verificações, é possível discorrer sobre o tema “Mulheres e Direito” de uma forma que permite verificar que a categorização da *mulher* por oposição e como “excepção” à norma que é o homem também foi (e é) levada a cabo pelo discurso jurídico. As normas de Direito Penal, sobretudo no que diz respeito à regulação jurídica da sexualidade, são um campo de eleição para este tipo de exercício.

6. Em outros países em que os “Estudos sobre as Mulheres” se desenvolveram mais cedo e de uma forma mais ampla, a recepção académica de temas de Direito das Mulheres foi muitas vezes também mais rápida do que o que aconteceu em Portugal - e nem sequer é verdade que as leis desses países sejam mais igualitárias do que as nossas. Em alguns casos, porém, as alterações legais foram directamente conseguidas pela pressão dos movimentos

feministas - claramente o caso dos EUA e, em alguma medida, da França e da Inglaterra. Os países nórdicos tiveram algumas das práticas legais mais avançadas - por ex., a Suécia foi o primeiro país a ter educação sexual obrigatória para as raparigas nas escolas. Mas, ainda assim, a aceitação universitária do estudo do Direito das Mulheres foi lenta e difícil, como testemunha a luta de uma vida da Prof^a Tove Stang-Dahl, na Universidade de Oslo (Noruega) - de que é produto o livro editado entre nós pela Fundação Gulbenkian.³

7. Está muito longe, ainda, o Direito das Mulheres - ou mesmo o Direito da Discriminação, numa perspectiva mais ampla - de se poder considerar um assunto *mainstream*. Raras são as alunas que se deixam tentar pela vontade de continuar a investigação nestas áreas para as suas dissertações de mestrado, por exemplo, ainda que o seu interesse intelectual e até as suas convicções políticas estejam despertos nesse sentido. O tempo e a disseminação das ideias irão alterando as coisas, mas penso que a resistência à “institucionalização” nesta área será ainda muito grande durante muito tempo. Essa resistência vem, em parte, da simples ignorância. Mas tem outras raízes muito mais profundas e, por isso, mais difíceis de arrancar.

O feminismo português no final do século XX. Um olhar sobre o passado ausente e a promessa de futuro

Lígia Amâncio⁵⁴

O ano de 1998 viu surgir três reflexões sobre o feminismo português das últimas décadas, da autoria de investigadoras portuguesas. Refiro-me à publicação do trabalho de Maria José Magalhães⁵⁵, que, através da análise do discurso feminista sobre a educação nas décadas de 70 e 80, torna visível o movimento existente, na altura em Portugal, à publicação do texto de Virgínia Ferreira⁵⁶ no livro *Modern Portugal*, que situa a contradição entre o igualitarismo jurídico, ao nível da acção do estado, e a invisibilidade pública do movimento feminista, na especificidade do processo de modernização da sociedade portuguesa, após o 25 de Abril e à tese de mestrado de Manuela Tavares⁵⁷, que faz a história das organizações de mulheres, desde 1974, mostrando a sua mobilização em torno de algumas (poucas) causas comuns, sem deixar de salientar as diversas contradições que caracteriza(ra)m o movimento.

I

Apesar de se situarem em quadros disciplinares e teóricos diferentes, de utilizarem estratégias metodológicas diversas e de partirem de hipóteses também diferentes, se não mesmo opostas, no caso de Maria José Magalhães e de Virgínia Ferreira, estas três investigações constituem um precioso património para a compreensão do feminismo português da segunda vaga, ao salientar as suas especificidades, no quadro das transformações

³

Direito das Mulheres - uma introdução à teoria feminista do Direito (1993).

⁵⁴

⁵⁵2 Professora e investigadora no ISCTE

Magalhães, Maria José (1998) *Movimento Feminista e Educação em Portugal. Portugal, décadas de 70 e 80*, Oeiras, Celta.

⁵⁶ Ferreira, Virgínia (1998) *Engendering Portugal: Social change, state politics and women's social mobilization*, in António Costa Pinto (ed.) *Modern Portugal*, Palo Alto, Califórnia.

⁵⁷ Tavares, Maria Manuela P.F. (1998) *Movimentos de Mulheres em Portugal após Abril de 74*, Dissertação de Tese de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Universidade Aberta.

recentes da sociedade portuguesa. É neste mesmo quadro que situo as ideias que vou passar a expor, e que me foram suscitadas pela leitura das obras referidas, pelo que, obviamente, não comprometem de modo nenhum as autoras. Assim, começarei por referir o que considero serem as *ausências* que caracterizam o movimento feminista português deste período.

A primeira, e talvez a que está mais ligada a aspectos mais estruturais da sociedade portuguesa, é a *ausência de referências*, particularmente saliente no discurso das entrevistadas por M.J.M. e M. T.. Todas as referências, se exceptuarmos a grande e única referência portuguesa que são as Novas Cartas Portuguesas, são estrangeiras. Parece não haver, portanto, qualquer produção de saber, reflexão, olhar crítico ou analítico sobre a sociedade portuguesa e a condição feminina, que sirva de referência à geração dos anos 70 e 80.

Ora, um dos aspectos que caracteriza o feminismo de segunda vaga é que este foi um movimento liderado por mulheres qualificadas na reflexão sobre o social e protagonizado por gerações de mulheres instruídas. O livro de Simone de Beauvoir *O segundo sexo*, publicado em 1949 e, portanto, verdadeiramente pioneiro, tornou-se uma referência para as mulheres de todo o mundo, mantendo ainda hoje um enorme carisma e precisão de análise que não são questionados, o que faz dele um motivo de orgulho e de celebração para o feminismo francês, apesar de representar uma posição face ao feminino e ao masculino que é susceptível de crítica e continua a gerar debate. Para além deste caso algo excepcional, pela sua repercussão mundial, o movimento feminista anglo-saxónico teve também as suas referências próprias dos dois lados do oceano.

Nos EUA, Betty Friedan publica *The Feminine Mystique* em 1963 e participa na fundação da N.O.W (National Organization of Women) 3 anos depois, organização que presidirá até 1970, enquanto o feminismo radical tem como referência a obra de uma das fundadoras do W.L.M. (Women's Liberation Movement), Shulamith Firestone, que publica *The Dialectic of Sex. The Case for Feminist Revolution* em 1970. Do lado de cá do Atlântico, Juliet Mitchell (*Psychoanalysis and Feminism*, 1974) e Ann Oakley (*Sex, Gender and Society*, 1972 e *The Sociology of Housework*, 1974) publicam, uma e outra, obras de referência no início dos anos 70 e iniciam uma colaboração em 1976, com *The Rights and Wrongs of Women*, que se mantém até hoje (*Who's Afraid of Feminism. Seeing through the Backlash*, 1998). Todas estas obras reflectem um olhar crítico sobre a sociedade, a condição feminina e a forma como o pensamento científico lidava com ela e irão revolucionarizar, com a sua criatividade intelectual, os paradigmas dominantes da filosofia, da psicologia, da psicanálise e da sociologia – sem esquecer aqui o papel de Kate Millet na literatura (*Sexual Politics* é publicado em 1969).

Mas se o mérito destas mulheres, e muitas outras que não referi, é incontestável, não é apenas nele que assenta a enorme influência que elas tiveram. De facto, se estas novas epistemologias se transformaram em saber emancipatório, com um significado prático no plano reflexivo e da definição de estratégias colectivas por parte do movimento emergente, foi porque elas encontraram nas classe médias instruídas leitores/as capazes de se apropriarem desse saber e operarem essa transformação.

Betty Friedan⁵⁸ dá-nos alguns indicadores interessantes sobre os EUA: entre 1870 e 1920 a taxa de feminização da população universitária tinha passado de 21% para 47% e as mulheres representavam 16% dos doutorados nesse ano. A autora cita estes números de um relatório oficial sobre o ensino superior para demonstrar, aliás, que a taxa de feminização da população universitária baixara nos EUA, na década de 50 (35.2% em 1958 e 10% de doutoradas), ao contrário da tendência para o aumento consistente que se verificava em países como o Reino Unido, a Suécia e a França (cuja taxa tinha ultrapassado a dos EUA, nos anos 50, além de que já nessa altura havia 5 vezes mais francesas médicas do que americanas). O enorme progresso educativo das mulheres ao longo do século, nos países ocidentais, está, portanto, ligado a esta característica específica do feminismo da segunda vaga, que é o forte envolvimento da academia com o movimento social. Este vai apoiar muitas das suas

⁵⁸ Friedan, Betty (1963) *The Feminine Mystique*, Londres, Penguin Books, 1965, nota 1 do capítulo 7, pp.338-9.

reivindicações na investigação científica⁵⁹, cujo desenvolvimento produz, por sua vez, novos saberes e *teoria* feminista e as universidades contribuem ainda para a própria difusão e institucionalização do feminismo, através da formação de novas gerações de quadros.

E em Portugal? Uma importante publicação recente sobre a evolução dos indicadores sociais nos últimos 30 anos salienta a – inúmeras vezes repetida – taxa de feminização do ensino superior nos anos 90. Quanto aos anos 60, os números, verdadeiramente aterradores, referem-se apenas à população em geral: 40% da população portuguesa era analfabeta e apenas 0,6% possuía um diploma do ensino superior⁶⁰. No entanto, os trabalhos pioneiros do professor Sedas Nunes, no final da década de 60, mostravam que a percentagem de estudantes na população entre os 20 e os 24 anos colocava Portugal ao nível dos países mais subdesenvolvidos, abaixo de todos os actuais parceiros da União (excepto o Luxemburgo, que não constava da lista comparativa de 54 países), mas também de vários países da América Latina, como a Venezuela, o Chile e a Argentina, de todos os países de Leste, das Filipinas, da Coreia do Sul e até da Síria. Pelo contrário, a percentagem de mulheres na insignificante população universitária portuguesa já era de tal modo elevada, 46%, que esse indicador colocava o país entre os mais desenvolvidos⁶¹.

A forte selectividade do ensino superior em Portugal, nos anos 60, evidenciada por estes estudos, contribuiu para o valor simbólico do diploma, que representava, e que representa ainda hoje, mais um sinal de distinção social através do *status* do que uma qualificação, ou saber especializado. A Universidade não era um centro de debate intelectual ou de produção de saber, antes se limitava a reproduzir o saber que outros e outras tinham produzido em países onde a liberdade de pensamento e a criatividade não estavam condicionados pela vigilância da polícia política. Finalmente, a inexistência das ciências sociais, que têm uma curta história em Portugal, como nos lembrava Ana Nunes de Almeida no seu discurso do 8 de Março do ano passado, atrasou ainda mais o desenvolvimento da capacidade de compreensão da realidade social e de autoreflexão, bem como impossibilitou a assimilação crítica e distanciada, tendo em conta as diferenças de contexto, das obras das feministas estrangeiras.

Estes são alguns dos obstáculos estruturais à emergência de um feminismo português, mesmo no período da ditadura. Na sua análise do feminismo europeu ocidental Gisela Kaplan⁶² diz que todos aqueles aspectos “infra-estruturais” (sistemas de educação, de saúde e de segurança social) que, por definição, se aplicam a qualquer sociedade europeia moderna, em Portugal são apenas aparentes, e por isso o seu trabalho salienta a extrema fragilidade do feminismo português em comparação com o italiano, sem dúvida o movimento mais activo e criativo dos países do sul da Europa, mas também com o espanhol. Assim se compreende o enorme isolamento intelectual das pessoas que acompanharam a evolução do movimento noutros países, a endogenização dos grupos e organizações que entretanto se foram criando, desde 1974, e o primado da lealdade às relações interpessoais sobre o respeito pelas ideias, tão característico de uma intelectualidade semiperiférica, isolada e carente de saberes e

⁵⁹ Um exemplo é o da recomendação das nações Unidas sobre o limiar desejável de 30% nas quotas de participação feminina, que data dos anos 80. No final da década anterior, tinham sido publicados os famosos estudos em psicologia social sobre o “efeito solo”, que demonstravam que os membros de uma categoria social diferente no seio de um grupo categorialmente homogéneo serão tanto mais vistos de acordo com o estereótipo da sua categoria, quanto mais minoritários forem (homem/mulher/negro/branco no seio de um grupo de mulheres/homens/brancos/negros, respectivamente) e que este efeito só desaparece quando a proporção dos membros da categoria minoritária, no seio da maioria, atinge o limiar dos 30% (Taylor, S.E. e Fiske, S. (1978) *Salience, attention and attribution: Top of the head phenomena*. In L. Berkowitz (ed) *Advances in Experimental Social Psychology*, volume 11, Nova Iorque, Academic Press.

⁶⁰ Barreto, António (org.) (1996) *A Situação Social em Portugal 1960-1995*, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pp.89 e 93-94.

⁶¹ Sedas Nunes, A. (1968) A população universitária portuguesa: uma análise preliminar. *Análise Social*, números 22-24, vol.VI, pp.295-385 (estes resultados foram retirados das páginas 303 e 309).

⁶² Kaplan, G. (1992) *Contemporary western European feminism*, University College London, UCL Press Limited, p. 180.

competências. Por outro lado, este contexto poderá também explicar a ausência de debate que se sente ainda hoje e que se reflecte em, pelo menos, dois resultados do inquérito que serviu de base a uma parte do trabalho empírico de M.T.: as hesitações das inquiridas quanto à designação de “feminista” para as suas organizações e a própria escassez de respostas ao questionário.

II

A segunda ausência, que está mais ligada às transformações recentes, é a *ausência de autonomia*, que V.F. define, no seu trabalho, como a dependência das organizações de mulheres em relação aos partidos e ao estado. No caso dos primeiros, porque no pós 25 de Abril ocuparam, como afirma, o espaço público, limitando a acção da sociedade civil que não se adequasse às suas estratégias, aspecto que surge no trabalho de M.T., quando analisa a história da mobilização em torno do aborto. Quanto à dependência em relação ao estado, ela tem a ver, segundo V.F., com o papel das “parceiras legitimadoras”⁶³, desempenhado pelas organizações de mulheres, no processo de modernização rápida e de alinhamento político com os parceiros europeus após a integração nas comunidades, que marca os anos 80, e que é também visível no discurso das entrevistadas de M.J.M., no que respeita à educação.

Em Portugal existe, de facto, uma relação íntima entre muitas das ONG de mulheres e o estado, que torna muito ténue a fronteira entre o poder político estabelecido e a sociedade civil, fazendo com que a agenda das organizações seja marcada pelas instâncias políticas e que elas adoptem um discurso funcionarizado, no quadro de uma estratégia mais orientada para o reconhecimento e a influência perante as instâncias governamentais, do que para a sociedade civil e para o estabelecimento de plataformas comuns que lhes confirmem visibilidade pública. Tal relação, que no quadro da CIDM (Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres) é formal e de natureza orgânica, é estranha para muitos outros países (lembro-me da surpresa da Célia Valiente quando lhe expliquei a relação entre as ONGs do conselho Consultivo e a CIDM). Esta dependência, que está decerto ligada à grande fragilidade das organizações de mulheres, suscita também a reflexão de M.T. no seu trabalho, quando assinala que as ONGs representadas naquele organismo só uma vez lograram estabelecer uma plataforma comum, que, no entanto, não teve qualquer efeito visível.

Penso, no entanto, que a dependência em relação às instâncias supranacionais, em particular, foi até certo ponto inevitável e em larga medida útil, como mostra o trabalho de M.J.M no que respeita à educação, se tivermos em conta o que discuti atrás quanto à alienação da sociedade portuguesa em relação ao debate feminista, já que esta foi a via da repercussão, em Portugal, do feminismo internacional, na sua fase mais institucionalizada. Esta via de integração do feminismo português, saltando algumas etapas pelas quais outros países passaram, torna-se ainda mais relevante num contexto de globalização, desde que o movimento encontre instrumentos de reflexão e análise sobre a realidade portuguesa, em particular, e sobre o debate feminista, em geral, que lhe permitam ter um discurso próprio e crítico no seio dos organismos e das redes internacionais, como acontece noutros países⁶⁴, em vez de se limitar a uma participação meramente receptiva.

É necessário, todavia, salientar um outro factor, quando falamos dos anos 80. Não podemos esquecer que esta é a década do *backlash*, movimento intimamente ligado ao reaganismo nos EUA (e ao thatcherismo no RU), que corresponde ao retorno aos valores mais conservadores sobre a família, as relações laborais, os direitos de cidadania, em geral, e as relações entre os sexos, em particular. É o período em que reaparece o discurso essencialista, tanto sexista, como racista, e a exaltação da masculinidade tradicional por alguns movimentos⁶⁵. Um aspecto interessante, relativamente ao período anterior, no entanto, é a

⁶³ Ferreira, V. (1998) op.cit.p.184.

⁶⁴ Duncan, Simon (1996) Obstacles to a successful equal opportunities policy in the European Union, *The European Journal of Women's studies*, v. 3, n° 4, pp.399-422.

⁶⁵ Também, neste domínio, já existe investigação em Portugal. Ana Sepúlveda analisa este discurso numa recente dissertação de Mestrado em Estudos Anglo-Americanos, *A identidade masculina segundo Robert Bly: O*

distância que a academia e uma parte dos media mantêm em relação a estes movimentos. O *backlash* não deixa, porém, de se globalizar através dos meios de comunicação social e a sociedade portuguesa é claramente envolvida nesse processo, quando, ao contrário dos países em que ele nasceu, ela se encontra num estado de iliteracia em relação ao debate que suscitou. Vejamos alguns exemplos do caso português.

O enorme livro de Susan Faludi, que analisa detalhadamente o processo de transformação social por ela designado de *backlash*, baseando-se em abundantes exemplos do envolvimento dos media (e do cinema), que conhece bem, na sua qualidade de jornalista, foi publicado nos Estados Unidos em 1991 e 2 anos depois era editada a tradução francesa. Até à data, não tenho conhecimento de uma tradução portuguesa, nem me lembro do livro ter sido objecto de qualquer discussão pública em Portugal.

Quem lê as crónicas de Camille Paglia na imprensa portuguesa conhece o contexto da emergência destas estrelas mediáticas, analisado por Margaret Walters⁶⁶, por exemplo, no último livro de Ann Oakley e Juliet Mitchell: mulheres, de preferência, que se digam feministas, mas assumam um discurso antifeminista, que recorram a uma linguagem sexualizada, chocante, ou mesmo pornográfica, tipicamente masculina; aliás, se pensarmos nos textos de literatura analisados por Kate Millet, em 1970, e que dramatizam as relações entre os sexos ao ponto de as transformar num campo de batalha!

O caso de uma professora, que terá presumivelmente punido um menino por dar um beijinho a uma coleguinha da escola, aparece nos telejornais portugueses, quase em simultâneo com os Estados Unidos, e no dia seguinte toda a gente se insurge contra a paranóia a que se chegou com essa coisa do assédio. Alguém sabe de onde veio o conceito, que acontecimentos sociais lhe deram origem, para além de que ele pode servir os intuítos puritanos dos conservadores americanos, como aconteceu, aliás, com os conceitos de segurança social, luta contra a pobreza ou até contrato de trabalho?

Por conta deste processo de globalização, que também é, obviamente, inevitável, a sociedade portuguesa discute, actualmente, com uma vitalidade com que nunca discutiu o feminismo, todos os aspectos que caracterizam a literatura do *backlash*, segundo Ann Oakley: “... as mulheres já não são discriminadas, as feministas exageraram a extensão da discriminação, o feminismo nunca representou os interesses das mulheres, o feminismo é sobretudo... um discurso de vitimação, o feminismo ignora a importância ... da família”⁶⁷. Um estudo recente sobre a sociedade francesa debruça-se, precisamente, sobre estes e outros aspectos deste discurso revanchista para mostrar os recuos a que ele tem dado origem⁶⁸.

Não admira, portanto, que as próprias organizações de mulheres hesitem quanto à designação de feminista, como mostram os resultados de M.T., quando escasseiam os argumentos em sua defesa, ao contrário da variedade de argumentos que existem para o combater. O medo do feminismo é um efeito do arquétipo hegemónico *da feminista*, tão eficazmente construído pela mediatização das sociedades actuais, que transformou a consciência do sexismo no maior inimigo das próprias mulheres, como verifiquei num estudo que fiz sobre as representações do feminismo e da pessoa feminista, com estudantes universitários em 1995⁶⁹. O que é o feminismo ninguém sabe, mas toda a gente sabe que *a feminista* “é uma mulher horrível, porque não corresponde ao padrão socialmente desejável da feminilidade.

paradoxo entre o real e o imaginado, Universidade Aberta, 1998.

⁶⁶ Walters, Margaret (1998) American gothic: feminism, melodrama and the backlash, in Ann Oakley e Juliet Mitchell (eds) *Who's Afraid of feminism? Seeing Through the Backlash*, London, Hamish Hamilton

⁶⁷ Oakley, A. (1998) A brief history of gender, In Ann Oakley e Juliet Mitchell (eds) *Who's Afraid of Feminism? Seeing through the backlash*, Londres, Hamish Hamilton

⁶⁸ Frischer, Dominique (1997) *La Revanche des Mysogines*, Paris, Ibin Michel

⁶⁹ Amâncio, L. (1996) *Contributos para a história de um movimento social inexistente. A representação social do feminismo*, Comunicação apresentada ao III Congresso Português de Sociologia

Só numa sociedade que aceita a feminilidade socialmente construída, como um dado, e onde as mulheres se vestem da identidade que lhes é socialmente imposta, enquanto colectivo, sem qualquer esforço de auto reflexão, é que esta estranha oposição entre feminina e feminista pode ganhar o hipersentido que adquiriu em Portugal. A incapacidade de questionar os conceitos difundidos pelo discurso dominante, ou a sua própria dinâmica e formas de organização, a fim de vencer a persistência de influências estrangeiras, muitas vezes desencontradas e dependentes de modas, a dificuldade em produzir uma linguagem comum e um, ou vários discursos alternativos e críticos são, sem dúvida, as maiores fraquezas do feminismo português que ressaltam dos trabalhos das três autoras e as mais evidentes manifestações das ausências que referi até aqui.

III

Onde está a promessa de futuro, que o título da minha comunicação anunciava? Penso que ela está, de facto, presente na produção de novos saberes e na formação das novas gerações. Se é verdade que persiste nas gerações das feministas mais velhas uma desconfiança em relação à universidade, justa a meu ver, pois o passado desta instituição, no que diz respeito ao debate sobre as questões sociais, e das relações entre os sexos, em particular, não é brilhante, também é preciso não esquecer que o desenvolvimento da investigação e do debate científico se insere no processo de modernização da sociedade portuguesa. É verdade, ainda, que, no seio das ciências sociais, a investigação foi dominada pelas desigualdades de classe, durante quase duas décadas, mas a meio da década de 80, realizaram-se dois grandes encontros, organizados pelas Universidades de Lisboa e Coimbra, sobre a situação da mulher na sociedade portuguesa, cujo papel precursor não pode ser esquecido, dado o carácter interdisciplinar de que se revestiram.

A produção de novos saberes exige, por outro lado, uma ética científica feminista, que faça prevalecer a inclusão da diversidade da reflexão sobre a exclusão, tanto na prática da investigação, como no momento de devolver o debate à sociedade civil. De facto, a produção de saber emancipatório distingue-se da produção do saber dominante pela centração em questões socialmente relevantes e implica romper com algumas divisões impostas pelo *mainstreaming* da prática científica. A prática dominante de erigir muros disciplinares de orientações teóricas ou pertenças institucionais, que silenciam a reflexão do/a outro/a e a tornam invisível, tem contribuído para uma imagem de pobreza da investigação em Portugal, difundida no país e transmitida para o estrangeiro, que é urgente desconstruir. Este encontro já é um bom exemplo da falsidade dessa imagem.

A realidade é, hoje, bem diferente, graças a uma mudança que se operou, sobretudo, na última década. O crescimento desta área de investigação insere-se no enorme desenvolvimento que as universidades conheceram, na década de 80, primeiro, com o aumento do número de doutoramentos (para o qual contribuiu, sem dúvida o estatuto da carreira docente universitária aprovado pelo governo da Engenheira Lurdes Pintasilgo) e, depois, com a cadeira dos mestrados (no ISCTE, a primeira cadeira sobre divisão sexual do trabalho apareceu, em 1990, no mestrado de sociologia do trabalho). Em 1994, é lançado o primeiro mestrado em estudos sobre as mulheres pela Universidade Aberta. No meio da década, surgem cadeiras sobre estes temas em programas de licenciaturas do ISCTE (Psicologia Social do Género em 1996), das Faculdades de Letras de Lisboa e Coimbra (baseio-me apenas na minha memória, pois este levantamento não está ainda sistematizado) e a nova licenciatura em Direito da Universidade Nova de Lisboa inclui uma cadeira designada por *Direito das Mulheres*.

O aumento da população licenciada, já não apenas “sensibilizada”, mas, sobretudo, consciente e qualificada para estas questões, reflecte-se na estratégia comercial de muitas editoras, que já vão dando visibilidade aos trabalhos académicos. Este é, talvez, o sinal mais evidente de que começa a estabelecer-se uma ligação entre a universidade e a sociedade civil neste domínio, e a construir-se uma base de produção de ideias criativas para o movimento

feminista, de auto-reflexão para os homens e as mulheres e de referências sobre, e para, a sociedade portuguesa neste campo, como em outros. Isto significa, portanto, que as condições para pensar e imaginar o que será o feminismo português do século XXI já existem. O resto, só o futuro o dirá.

As Ong do Conselho Consultivo da CIDM

Dulce Rebelo¹

Os movimentos femininos vêm, de longe, corporizando aspirações por melhor emprego e melhor salário, por direitos sociais e políticos. Lembremos, pela sua importância e expansão, a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1909 -1918) e o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, fundado em 1914 e de que foi vice-presidente a jurista e ensaísta Elna Guimarães. Mais tarde, em 1946, é sua presidente a escritora Maria Lamas, reanimando-o, mas logo em 1947 é encerrado pelo regime de Salazar, na tentativa de silenciar a voz feminina.

Durante o período da ditadura salazarista, as mulheres movimentam-se e organizam-se, como é o caso do Movimento Democrático de Mulheres, que luta, em situação de clandestinidade, pela igualdade de direitos das mulheres em todos os sectores da vida pública e privada, constituindo-se em Comissão Democrática Eleitoral de Mulheres do distrito de Lisboa, em 1969.

Mas só a conquista da liberdade com o 25 de Abril de 1974 vai permitir o eclodir de associações femininas.

Um grupo de trabalho, sob a presidência de Maria de Lurdes Pintasilgo, dá origem a uma Comissão Instaladora da Condição Feminina, que estabelece de imediato contacto com grupos e associações de mulheres. Uma das primeiras realizações da CCF é o levantamento de situações de discriminação das mulheres nas leis. Este estudo vai ter repercussão na Constituição de 1976, que consagra princípios de igualdade e a abolição das discriminações nas leis. As mulheres portuguesas começam a beneficiar do que se passa fora do país.

A Assembleia Geral das Nações Unidas de 18 de Dezembro de 1972 proclamava 1975 o Ano Internacional da Mulher (A.I.M.).

Na sequência de vários eventos ocorridos em diversos países, o A.I.M. culminou com a Conferência Internacional do México (em Junho de 1975), sob o lema: Igualdade, Desenvolvimento, Paz, onde foi decretada a Década da Mulher. Na delegação oficial

¹Professora, Membro da Direcção do MDM

portuguesa à Conferência governamental foram integradas três técnicas da CCF e três representantes das organizações não governamentais de mulheres.

Da Conferência saiu o Plano Mundial de Acção. Em Outubro de 1975, o Comité Internacional Preparatório do A.I.M. organizou, em Berlim, um Congresso Mundial de Mulheres, para aprofundar os temas da Década da Mulher, tais como educação, saúde, emprego, direitos sociais e políticos, entre outros. Nesse Congresso participaram numerosas organizações femininas de todos os continentes, estando, igualmente, presentes algumas ONG portuguesas.

Em 1977, o decreto-lei 485 institucionaliza a Comissão da Condição Feminina, que fica dependente da Presidência do Conselho de Ministros. Entre os seus objectivos assinala-se:

- contribuir para o reconhecimento da maternidade e da paternidade como funções socialmente úteis;
- promover políticas de igualdade;
- promover a investigação relativamente às mulheres e difundir informação sobre os seus direitos;
- fomentar a cooperação entre a instituição e as ONG.

Entre os seus órgãos - Presidente, Vice-Presidente, Conselho Técnico de Coordenação, destaca-se um Conselho Consultivo formado por duas secções: secção Interministerial e secção das ONG de Mulheres.

Entre as competências do Conselho Consultivo das ONG, inclui-se o pronunciar-se sobre o programa anual das actividades da CCF.

Em 1985, tinham assento no Conselho Consultivo 12 ONG. Actualmente, totalizam 44. O trabalho conjunto que se desenvolve entre a administração e a sociedade civil representa uma especificidade que surpreende positivamente instituições congêneres estrangeiras.

O propósito do Conselho Consultivo das ONG é, a um lado, assegurar a participação dos ministérios e das ONG de mulheres na definição e execução das políticas de igualdade e, por outro lado, pressionar o governo para que intensifique o seu compromisso com a igualdade entre os géneros.

Em 1991 a Comissão da Condição Feminina muda o nome para Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres e passa a depender do Ministério do Emprego e Segurança Social, o que não foi do agrado nem da presidente da CIDM, que se demitiu, nem das ONG. Só em 1995 a Comissão é devolvida à dependência do Primeiro Ministro e é criado o cargo de Alto Comissário para as Questões da Promoção da Igualdade e da Família.

As Acções desenvolvidas pelas ONG

Apesar da grande diversidade de opiniões e de atitudes perante os problemas que afectam as mulheres, as organizações não governamentais do Conselho Consultivo têm cooperado entre si, realizando acções comuns.

Em 1987, chegaram a consenso para elaborar uma Plataforma de Acção para a Igualdade, que contemplava participação política, educação, informação, trabalho e emprego, orientação e formação profissional, saúde e segurança social, mudança de mentalidade, mecanismos para a igualdade.

Ao longo dos seus 20 anos de existência, o Conselho Consultivo das ONG tem realizado inúmeros seminários sobre as temáticas referidas e outras, e promovido encontros, nomeadamente, os dois Encontros Nacionais de Mulheres Autarcas. Após o regresso de uma sua delegação ao Fórum das ONG de Pequim, quando da 4ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres (Setembro/1995), as ONG realizaram um Fórum Nacional, em

Lisboa, sob a designação "O Fórum Nacional das ONG de Mulheres e os Desafios de Pequim".

As ONG participam em plenários e organizam-se em grupos de trabalho, que podem ser temporários, para a realização de qualquer acção específica, ou permanentes, quando existe uma actividade continuada. Corresponde a este último caso a atribuição de prémios anuais a trabalhos de investigação, reportagem e divulgação sob a égide de três mulheres consagradas: Carolina Michaelis de Vasconcellos, Maria Lamas e Elina Guimarães. Com estes prémios, procura-se incentivar os estudos sobre a situação da mulher portuguesa, no passado ou no presente, tendo como objectivo a sua promoção. Neste momento, são já numerosas as obras publicadas pelas ONG.

Para apoiar todas estas actividades, quer as realizadas em comum, quer as da exclusiva responsabilidade das organizações, há uma verba que lhes é destinada pelo Orçamento do Estado desde 1990.

Em diversas situações, tem sido possível às ONG do Conselho Consultivo tomarem posições conjuntas sobre vários assuntos, nomeadamente:

- Criação de uma Comissão Parlamentar para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens na Assembleia da República.
- Revisão Constitucional e a pretensão de ver consagrado um artigo que contenha um princípio para uma maior participação das mulheres nos órgãos do poder político.
- Legislação sobre o emprego, educação, planeamento familiar, violência contra as mulheres, prostituição, etc.

Recentemente, as ONG elaboraram um memorando, pronunciando-se, com espírito crítico, sobre o decreto-lei n.º 246/98 de 11 de Agosto, que regulamenta a lei n.º 10/97 de 12 de Maio, relativa às associações de mulheres como parceiros sociais, tendo sido recebidas pelo Secretário de Estado do Conselho de Ministros para exporem as suas razões.

Resta acrescentar que, a nível internacional, as ONG do Conselho Consultivo da CIDM estão representadas no Lobby Europeu de Mulheres e na Associação de Mulheres dos Países do Sul da Europa. A nível nacional, estão representadas no Conselho Consultivo da Assembleia Municipal de Lisboa e no Conselho Nacional de Educação.

Feminismo - o espaço para além da institucionalização

Almerinda Bento¹

Gostaria de convosco reflectir sobre a minha experiência no CCCIDM, a maior plataforma de organizações de mulheres em Portugal, na qual me integro em representação do Departamento de Mulheres da UDP.

Em meados dos anos 80, O Conselho Consultivo era constituído por 17 ONG's e, nessa altura, realizaram-se importantes discussões sobre temas como o trabalho nocturno para as mulheres na indústria, a redução da idade da reforma das mulheres para os 60 anos, quotas de mulheres para a formação profissional, serviço militar para as mulheres, assédio sexual nos locais de trabalho, revisão constitucional, novas tecnologias de reprodução, etc.

¹ Professora, representante do Departamento de Mulheres da UDP, no Conselho Consultivo da CIDM

Em 1987 e em consequência desta discussão, constituiu-se uma Plataforma de Acção para a Igualdade, que foi um instrumento de confronto com o poder político, levantando um conjunto de reivindicações relativas aos direitos das mulheres.

No entanto, desta Plataforma de Acção não constava o direito à despenalização do aborto, por não haver consenso sobre este assunto. Efectivamente, o Conselho Consultivo, desde a sua origem, que se tem arredado de tomar posição sobre direitos reprodutivos, desde 1979, na Campanha pela Contracepção e Aborto, até à recente campanha do Referendo, onde algumas das organizações que integram o CC assumiram posições e se envolveram na campanha do SIM, mas onde o Conselho Consultivo, como tal, esteve silencioso.

Por não haver consenso entre as ONG's que constituem o Conselho Consultivo sobre a temática do aborto, o Conselho Consultivo ficou calado como se não existisse; ou como se de um assunto de âmbito nacional, que fabricou um referendo onde vozes e ruídos se fizeram ouvir, fosse possível uma Plataforma de ONG's de Mulheres não sentir a premência de se tornar visível e dar visibilidade ao direito básico de a mulher decidir sobre a sua sexualidade.

Certamente que em consequência deste anacronismo, criou-se muito recentemente no CCCIDM um Grupo de Trabalho sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos, por proposta da APF, com o apoio da UMAR, entre outras organizações, e cujo dinamismo e forma descentralizada de actuação se começaram desde logo a fazer notar.

A partir da década de 90, começam a entrar no Conselho Consultivo diversas organizações, sobretudo após 1992, as quais, pelo seu papel social e pelo que representam, poderão levantar algumas interrogações. São, actualmente, mais de 40 ONG's, mas a quantidade não se tem traduzido em vitalidade ou em dinamismo efectivo, com reflexos junto das mulheres portuguesas, na defesa consequente dos direitos.

Sendo organizações muito diversificadas, assiste-se a uma descaracterização desta plataforma, devido à frágil ligação ao terreno que caracteriza uma parte significativa delas. Grande parte das ONG's que integram o Conselho Consultivo tem um trabalho essencialmente institucional, muito centrado no Conselho Consultivo e uma representatividade e trabalho no terreno diminutos ou quase nulos.

A sua esfera de acção tem como prioridades a representação e actividade em fóruns internacionais como o Lobby Europeu de Mulheres, estrutura dependente da União Europeia ou a organização de seminários ou debates subsidiados pelo Conselho Consultivo.

Porque muita da sua acção se restringe às questões que são geradoras de consenso, acabam por raramente confrontar o poder com reivindicações sobre os direitos das mulheres. Na sua acção conjunta, porque não se debatem questões cruciais na sociedade portuguesa geradoras das discriminações que pesam sobre as mulheres, não têm a perspectiva de as mobilizar na defesa dos seus direitos.

Não será, por exemplo, o despedimento de trabalhadoras da Ford Electrónica, em resultado das tendinites de que sofrem actualmente pelo trabalho na fábrica, motivo suficiente para que o Conselho Consultivo se pronuncie em solidariedade com as trabalhadoras, opondo-se à ganância dos patrões, que põem no desemprego mulheres jovens, por cuja doença profissional são responsáveis? E que crítica é feita ao governo, que sobre estas questões nada faz? Penso que, se o Conselho Consultivo tivesse uma prática concreta de tomadas de posição sobre questões como estas e outras que têm a ver com a vida real das mulheres, a sociedade e as mulheres teriam para com esta plataforma de organizações uma outra atitude, vendo nela um espaço onde os seus problemas têm eco e visibilidade.

Infelizmente, como dizia ontem a Madalena Barbosa, há regiões, há fábricas, há casas, há famílias onde o 25 de Abril parece que não aconteceu para as mulheres. Há que investir aí, nessas mulheres de carne e osso, nessas mulheres feitas de silêncios e de muitas revoltas caladas.

Embora nem todas as ONG's do Conselho Consultivo tenham a vocação de trabalho no terreno, junto às mulheres, as que se reclamam do feminismo e que têm uma marca de

esquerda, devem, dentro do Conselho Consultivo, unir esforços e lutar por fazer valer como prioridades um trabalho concreto, que levante os problemas e as discriminações mais sentidas.

Sem negar a necessidade duma plataforma de ONG's, tenho, no entanto, dúvidas que este órgão seja verdadeiramente representativo das mulheres que diz representar. Nem penso que o feminismo aqui ou em qualquer outro país se possa resumir à esfera institucional, ou possa ter sucesso. Representa uma determinada perspectiva ou corrente do feminismo com bastante peso na Europa, designado por autoras brasileiras como "onguimento" do feminismo, mas não é o feminismo como um todo que, como ontem vimos, integra outras correntes. Segue um discurso oficial sobre o género, muitas vezes com uma linguagem que é uma verdadeira armadilha camuflada com roupagens de igualdade de oportunidades e que tem servido os governos neoliberais para discriminar mais as mulheres. Por exemplo, numa medida de "não discriminação" das mulheres face aos homens, o governo de Cavaco Silva aumentou a idade da reforma das mulheres. Quando tanto se fala em conciliação entre vida profissional e vida familiar, assiste-se ao paradoxo do alargamento dos períodos de trabalho sem remuneração suplementar e, por outro lado, ao acenar da proposta de trabalho a tempo parcial, verdadeira armadilha onde as mulheres serão as mais lesadas.

Consideramos importante a realização de Conferências Internacionais das Nações Unidas, do Conselho da Europa, da União Europeia sobre direitos das mulheres, onde se têm levantado as imensas discriminações que continuam a pesar sobre as mulheres de todo o mundo. Mas que dizer dos governos que, embora assinando documentos onde se comprometem a fazer cumprir o que aí foi aprovado, depois agem como se nada de novo tivesse sido decidido?

As ONG's têm o papel de dar a conhecer os direitos consignados e de mobilizar as mulheres na luta pela sua aplicação. Certamente, em confronto com o poder que se recusa a aplicar aquilo que assinou. Por outro lado, não podem ignorar que entre as mulheres existem diferenças de classe, de etnia, de cultura, que se traduzem em diferentes níveis de participação e de interesses prioritários a defender.

É este espaço concreto, de trabalho miúdo e persistente junto das mulheres, muito próximo dos seus reais problemas e que está para além da institucionalização, que a UMAR se orgulha de privilegiar. Em Portugal, existe um espaço importante para além do feminismo institucionalizado, que urge preencher, um espaço que apela aos movimentos sociais, embora saibamos da sua debilidade neste final dos anos 90.

Se é verdade que, para os arautos das ideias que consideram que feminismo é coisa obsoleta e sem sentido, este seminário é incompreensível, o facto é que as contradições sociais crescem e o sistema não lhes dá saídas.

Novos tempos hão-de vir também para a luta das mulheres, sempre actual. O interesse que cada vez mais jovens denotam quer pelo estudo, quer pela necessidade de saberem mais informação sobre a temática das mulheres e a significativa afluência de jovens raparigas e rapazes ao Seminário da UMAR poderão certamente dizer que a causa feminista é uma causa também das novas gerações, pelo seu carácter anticonformista e de confronto com o poder estabelecido.

Mulheres em posições de poder. Regulação ou resistência?

Fala-se hoje de feminismo e da sua institucionalização. No entanto, parece ser importante reflectir acerca de qual ou quais as perspectivas feministas, assim como as estratégias mais convenientes a adoptar, já que essa decisão acarreta consequências para a vida das mulheres, bem como para o próprio movimento feminista. Consequências a nível da lei, mas também ao nível mais informal do dia a dia das relações sociais. Por exemplo, equacionar como indicador de igualdade um elevado número de mulheres em posições de poder sem questionar o posicionamento das próprias, assim como o posicionamento social sobre elas, poderá trazer algumas surpresas a médio prazo. Essa igualdade acarretaria de imediato a essas mesmas mulheres uma generalização a todas as esferas de vida? Elas funcionariam como modelo para outras?

Uma simples reflexão sobre estas questões foi o motor para a análise das entrevistas realizadas a mulheres em posições de poder, ainda representantes minoritárias nesse domínio de acção. A desigualdade de género (Amâncio, 1994), especificamente no que diz respeito às mulheres em posições de poder e liderança (Apfelbaum, 1993,1995; Bell, & Nkomo, 1992), é muito evidente a nível mundial, não sendo Portugal excepção (Nogueira, Amâncio, Paul, 1995; Nogueira, 1997). Apesar de todos os indicadores mundiais assumirem que as mulheres representam cerca de 50 % da população activa e terem cada vez mais níveis académicos superiores (Nogueira, Paúl, & Amâncio,1995;. Pallarés,1993), a sua representação decresce significativamente assim que se progride na hierarquia profissional (Davidson & Cooper, 1984; 1986;1992). Esta situação é bem evidente nos domínios da gestão (Metcalf, & West 1991; Marshall,1984) e nas posições de poder político.

No que diz respeito a Portugal, as estatísticas de emprego de 1996 indicam que as mulheres representam cerca de 70% da população envolvida no ensino, na saúde e na acção social, 50% como staff técnico, decrescendo a sua representação à medida que se analisam domínios da gestão e do poder político (entre 12 e 16 %).

As poucas mulheres que ocupam essas posições são encaradas sob visões diferentes e muitas vezes antagónicas: ou são encardas como super-mulheres ou como “homens” (Nogueira, 1995). Em ambos os casos, a sua natureza feminina é enfatizada. As super-mulheres são vistas como muito dotadas, porque combinam, de forma perfeita, os papéis tradicionais femininos (casa e filhos) com os papéis tradicionalmente associados aos homens (carreira, liderança e poder). As que são encaradas como “homem”, é porque desistiram dos seus papéis tradicionais e optaram pelo dos homens. Em ambos os casos, existe uma óbvia aceitação dos papéis tradicionalmente associados aos sexos.

As mulheres entrevistadas, por ocuparem lugares não tradicionais, são assumidas como ocupando posições contraditórias.

Com este trabalho pretendia-se analisar de que forma a subjectividade feminina, construída pelo senso comum e pela ideologia dominante, é assumida pelas próprias mulheres ou se se podem encontrar formas de resistência a essa ideologia. Analisando como estas mulheres se percebem pode ajudar a reflectir acerca de diferentes posições, que constituem, no presente, questões fundamentais para o activismo feminista:

-a maneira como se apresentam a si próprias possibilita ou promove serem consideradas modelos para outras mulheres?

-essa identificação constitui-se de alguma forma como resistência às normas estabelecidas ?

¹ Professora na Universidade do Minho

Assim, foram realizadas 18 entrevistas a mulheres, tendo, apenas, como ponto de partida três grandes temas: a forma como falam da sua trajectória pessoal, da sua relação com a família e sobre a liderança. Depois de analisadas as transcrições dessas entrevistas, foram identificados dois tipos de discurso mais fortes e consistentes. Um, que se designa por Discurso Regulador (essencialmente de base individualista) e um Discurso de Resistência (onde a preocupação e a crítica ao modelo dominante são equacionadas).

Do ponto de vista da análise do discurso, é importante analisar os efeitos produzidos pelos discursos emitidos (Iñiguez & Antaki, 1994; Lombart, 1993,1995). Nesse sentido, apresenta-se uma interpretação do que **se considera serem os efeitos sociais mais importantes da acção destes discursos** (Parker, 1989, 1992).

Assim, no que diz respeito à **trajectória pessoal**, uma acção importante e base do discurso Regulador (Essencialista/Individualista) parece ser o não assumir qualquer discriminação, como se pode analisar através dos seguintes extractos:

(E.10)

{...} não, **nunca me senti discriminada!**

{...} **eu também não ligo** para essas coisas, está a perceber?

{...} pronto, **eu acho que estou... impermeável** contra essas coisas. {...}**eu acho que isso faz com que eu não veja.**

{...} Claro, **eu tenho conhecimento de problemas de discriminação**, que eles existem, efectivamente, **existem.**

(E.5)

{...} **eu nunca me senti discriminada**, (...) embora...

{...} **embora** volte a referir que, **para não ser discriminada na carreira**, eu tenho que ser **mais cumpridora e mais zelosa** do que muitos homens.

(E.2)

{...} **eu acho que é absolutamente igual**,

{...} **pondo unicamente de parte... a parte da família**, digamos.

{...} **Eu sou divorciada, eles são todos casados.**

(E.17)

{...} efectivamente, não fui... **não fui prejudicada** na carreira...

{...} pois é evidente que **eu tive que trabalhar mais do que muitos deles...**

(E.2)

{...} Eles já sabem que comigo... **eu não vou a baixo**, percebe?

{...} eles podem ter facilidade, ou **podem tentar fazer o mesmo com outras mulheres, mas não fazem comigo...**

{...} falam da mulher em geral, depois olham para mim, depois riem-se muito, eu rio-me com eles, porque **eles já sabem que para mim aquilo não... não é aplicado.** Aliás, por isso é que o dizem com tanto à vontade.

{...} Até brincamos com isso, porque eles sabem que **não me atingem.**

Na perspectiva que aqui se adopta, esta negação implica que, do ponto de vista discursivo, não se assume a consciência desse “facto” e, por isso, não se tem necessidade de agir perante ele. Assumindo a perspectiva de Foucault de que a consciência da acção do poder implica resistência, pode-se interpretar a negação da existência de discriminação como uma negação consequente da necessidade de resistência e, por isso, uma passividade resultante face à ideologia dominante. Assim, o efeito mais óbvio deste discurso poderá ser a reprodução

da ideologia dominante. Como a ordem social não é questionada, assiste-se ao assumir de uma natureza feminina e masculina fixas e distintas e de uma política individualista baseada nas competências. Nesta perspectiva, as mulheres acedem ao poder porque possuem competências, ou traços de personalidade, ou comportamentos adequados. Não é necessária qualquer tipo de estratégia, nem intenção de intervenção. Não há resistência à norma social dominante.

Isto é, estas mulheres têm noção de que existem problemas das mulheres na sociedade, interessam-se teoricamente por eles, mas não se colocam pessoalmente em causa nesses problemas. Inclusive, podem surgir frases do tipo:

(E.7)

“(...) não, **eu não me sinto nada mal por ser a única mulher, até acho muita graça**, diga-se de passagem...”

Este discurso fornece mulheres modelo, como super-mulheres, mulheres únicas e lutadoras, cujas competências pessoais e luta pessoal possibilitou o acesso a esses cargos. Apesar de não se questionar que, possivelmente, esse discurso é por elas assumido e usado para explicação do seu sucesso, do ponto de vista da mudança social e de uma sociedade igualitária, ele não questiona a ideologia e o sistema, o que não possibilita o encetar de qualquer mudança social.

Do ponto de vista dos efeitos discursivos do discurso Resistência (colectivo), parece que estas mulheres assumem um discurso reflexivo, crítico e estratégico, apresentando em alguns casos um posicionamento claro de transformação social, criticando a ideologia dominante. Apresentam-se, igualmente, alguns extractos, que podem exemplificar a análise efectuada:

(E.16)

{...} **nós não podemos falhar**. As consequências são muito diferentes, não são iguais.

(E.19)

{...} a **grande injustiça**, hoje, em termos de género, é a gestão do tempo.
{...} até à fase adulta, há um certa equidade, onde as **desigualdades começam a valer** é quando as pessoas constituem família, ou quando organizam a sua vida de adulto (...) **drasticamente, desigual**.

(E.3)

{...} **o que custa mais**, no meu entender, são as fases iniciais, **até nos tomarem a sério**.

(E.9)

{...} ai sim, **senti! senti**, (DISCRIMINAÇÃO) é evidente que as mulheres são, diariamente, submetidas a testes consecutivos,
{...} e que **têm de provar que são melhores**, porque, à partida,
{...} há preconceitos e desconfianças, e **as mulheres têm que provar** que são melhores do que os homens para serem aceites para os mesmos lugares que os homens são.

(E.1)

{...} quando **principiei**, era olhada como **lixo...Eu era rejeitada**.
{...} **há discriminação no trabalho**, há!, há uma tendência para fazer chacota da mulher. Portanto, a mulher, em termos de trabalho, tem que ter um cuidado enorme na maneira como executa os trabalhos, porque a um homem é permitido um esquecimento, um deslize, a uma mulher não é.

(E.13)

{...} acho que sim, que **houve alguma discriminação** decorrente de eu ser mulher, a esse nível.

{...} entre duas pessoas, diria, com a mesma capacidade intelectual, com a mesma capacidade de intervenção, com as mesmas qualidades, se é que isso existe... **os homens terão prioridade sobre as mulheres**. Portanto, é preciso que uma mulher se distinga.

{...} **é preciso ser melhor**.

(E.14)

{...} penso que todas as mulheres pensam isso (que nunca foram discriminadas), até ao momento em que **entram em conflito**.

{...} quando **cai a máscara**

{...} quer dizer, é possível uma **pessoa andar iludida**...durante algum tempo, e depois, só quando chega a determinados momentos é que se apercebe do que está **por trás da cortina**.

(E.3)

{...} e a gente, às vezes, quase que tem uma **tentação** para se deixar, dentro de um grupo profissional, tratar um bocadinho como um **berloque**.

{...} essa história do berloque tem consequências, **não é tão inocente** da parte dos homens como isso.

{...} eles tentam tratar-nos muito bem, do ponto de vista pessoal e com muita consideração como mulheres, e às vezes tratam-nos grosseiramente e carroceiramente como profissionais.

(E.19)

{...} as mulheres são **muito ambiciosas!** as mulheres, por exemplo, são altamente ambiciosas no que diz respeito à sua vida privada..

{...} As chamadas **super-mulheres** não largam nada, só por ambição é que uma pessoa consegue ter não sei quantas tarefas: quer ser mãe, quer ser esposa, quer ser amante, quer ser profissional, quer ter sucesso na profissão.

(E.3)

{...} o problema é, muitas vezes, que **a mulher deixa-se envolver** por aquela ideia de que é um **berloquesinho** muito engraçadinho que engraça as reuniões, que diz umas coisinhas muito engraçadinhas e **que ameniza** o nosso grupo de trabalho.

{...} está a **enfeitar o ramallete**.

(E.11)

{...} algumas mulheres, umas por convicção, outras por comodismo, **pretenderam mais lá chegar** como se fosse uma espécie de **prémio**, ou de... reconhecimento, e não por uma **verdadeira luta**...

Ao assumirem claramente a discriminação pessoal, quase sempre no seu próprio trajecto, posicionam-se criticamente. Não se apresentam como super-mulheres, assumem necessidade de luta, mas também de estratégias para lidar com as situações. Referem, frequentemente, a problemática para todas as mulheres, daí o seu discurso ser considerado colectivo.

Por terem muita consciência da discriminação e da desigualdade, podem agir intencionalmente no sentido da crítica e para a transformação.

Do ponto de vista dos efeitos discursivos relativos à **relação com a família**, o discurso Regulador (Essencialista/Individualista) não questiona a ordem social, isto é, o lugar das mulheres como prioritariamente associado à família, antes pelo contrário, acentua esse discurso.

(E.4)

{...} eu tenho dito que **a minha vida tem sido fácil**, e, portanto, **profissionalmente, não tenho tido dificuldades pelo facto de ser mulher**,

{...} mas eu tenho **sofrido muito**, tenho trabalhado muito.

{...} tenho feito um **esforço enorme** para conciliar a minha vida profissional com o aspecto social.

{...} tem sido extremamente, **extremamente difícil**. E aí sim! aí, nesse aspecto tenho sofrido e não tem sido fácil, repito.

{...} quase **sobre-humano** (ESFORÇO) tentar conciliar isso...

{...} não sei se é vaidade, é **capaz de ser vaidade**, mas eu tenho dias em que me sinto um **super-ser, eu sinto-me um super-ser, às vezes**.

{...} **não é propriamente os outros aspectos que as mulheres referem de terem de trabalhar mais, não, isso trabalhar mais é natural para mim, agora, está a ver, tentar conciliar estas duas situações, às vezes é que é doloroso...**”

{...} o que me faz importante, de facto, é eu conseguir ser mãe, ser dona de casa, **não me ter divorciado ainda**, que eu acho que é extremamente importante, porque quantas mulheres com a minha posição têm que se divorciar, a maioria são divorciadas.

{...} Eu acho que **esse esforço contínuo é que me faz sentir importante** e, de alguma maneira, realizada; se me perguntar se eu me tenho realizado, eu acho que sim.

{...} **Eu sinto-me realizada**.

(E.8)

{...} sou casada com um **homem extraordinário**, nós damos- nos muito bem .

{...} **quem tratou dos meninos com sarampo fui eu**,

{...} **quem tratou das rubéolas fui eu**,

{...} quem mudou as fraldas **fui eu**, quer dizer,

{...} a carga na mulher é muito maior!

{...} eu acho que nós damo-nos invulgarmente bem...não é por acaso! ...acho que não é por acaso!

{...} acho que **eu faço um esforço diário**, nesse sentido, e ele também! são coisas que se conquistam. Nós estamos casados há (...)anos e digamos que é uma conquista de (...) vezes 356 dias!

{...} realmente, temos feito um esforço, os dois, nesse sentido,

{...} e o esforço é, não é sempre igual...**não é sempre igual...**”

O facto de serem mulheres com carreiras muito exigentes e ao mesmo tempo assumirem, sem questionamento, o seu posicionamento familiar, torna-as quer modelos tradicionais (do ponto de vista do papel da mulher), quer modelos do tipo super-mulheres. Este último tipo de “modelo”, que assume a necessidade de muito sofrimento e muita competência para satisfazer as duas vertentes da vida, a profissional e a pessoal, pode ser um modelo pouco sedutor para uma grande maioria de mulheres: quer pela acentuação do “sofrimento”, dos custos envolvidos, quer pela carga hipervalorizada da competência pessoal.

Este discurso parece construir a subjectividade das mulheres sem resistência às normas sociais vigentes, com a adesão indiscutível ao papel tradicional de responsabilidade pela esfera familiar. Ao manter a ideologia dominante, acentua essencialmente o individualismo, o que pode acabar por restringir de forma eficaz as aspirações de muitas mulheres a postos onde podem exercer poder.

A utilização do discurso Resistência (colectivo), pelo contrário, permite questionar a ordem social vigente, principalmente no que diz respeito à aceitação inequívoca da responsabilidade feminina pela esfera privada, como se pode analisar abaixo:

(E.19)

{...} **não é opção, é que não há alternativa.**

{...} por enquanto, nem sequer há! caiu-nos em cima da cabeça e a gente tem que a aguentar, e aguentamos,

{...} **estamos treinadas e preparadas...**

(E.9)

{...} a própria sociedade não lhe consente a mesma disponibilidade que consente aos homens, porque se uma mulher chega tarde a casa, é a própria sociedade a criticar, é a família, também.

{...} Portanto, **há toda uma luta que tem de ser travada no seio da família e na própria sociedade.**

(E.13)

{...} também temos uma carga social muito grande, não é? é assim... de séculos.

{...} E acho que ainda não há ninguém completamente liberto disso. A ideia de que o serviço da casa é para a mulher, e que o homem ajuda...

{...} **acho que as mulheres ainda se sacrificam mais pelos homens do que os homens pelas mulheres.**

(E.19)

{...} **são opções.**

(E.9)

{...} porque...**não há super-mulheres!** e se a mulher trabalha 12 horas por dia, na empresa,

{...} não tem, depois, tempo para descansar e para, ainda, ir tratar das compras, nem disposição! e portanto, as coisas começam a falhar!

(E.3)

{...} por muito que digam que os homens tenham evoluído, que o homem ajuda muito, o que é certo é que diz que ajuda,

{...} **e quando se diz "ajuda", está tudo dito.**

(E.19)

{...} as mulheres ficam muito irritadas com a conciliação, porque é uma pergunta que nunca se faz aos homens.

(E.3)

{...} Eu acho que tem sido muito contra as mulheres **o abuso** que têm feito da utilização das leis sociais, neste caso. Não podem, ao mesmo tempo, ter três meses ou que sejam quatro meses e a seguir metem baixa de seis meses, e depois metem baixa de mais seis meses, e depois não sei quê, quer dizer, não podem...

{...} não se pode, ao mesmo tempo, querer fazer carreira e aproveitar isto...

(E.19)

{...} elas não estão dispostas a prescindir de uma dimensão importante da sua vida, para ter as outras.

{...} O que elas querem é ter as três e é importante, se calhar, que essa esfera privada... que as mulheres também estejam dispostas a abrir mão dessa esfera! agora, é a contrapartida.

{...} As mulheres têm que abrir mão dessa esfera, da mesma maneira que a gente pede ao homem para partilhar as outras, também temos que partilhar esta.

{...} Portanto, o que não é legítimo é a gente querer partilhar as outras esferas, a gente tem que partilhar essa. Agora, o que eu acho é que essa partilha é muito mais do que a partilha das tarefas domésticas, e irrita-me muito reduzir isso ao problema da partilha das tarefas domésticas, a partilha do privado é muito mais do que isso, é a partilha de emoções, é a partilha da expressão de emoções.

Apesar de existirem contradições no plano da gestão diária (contradições que elas próprias assumem), criticam as normas estabelecidas e vão propondo estratégias de acção para a mudança social.

No que diz respeito aos efeitos discursivos relativos às **percepções sobre a liderança**, no discurso Regulador (Essencialista/Individualista) podem ler-se frases do tipo:

(E.10)

{...} No tratamento com as pessoas, ela tem uma maneira de estar totalmente diferente.

{...} e depois, quando ela quer puxar pela sua veia de **sensibilidade**,

{...}E o homem é muito **frio** nessas coisas, não tem **essa percepção**, essa **sensibilidade**.

{...} **sou uma pessoa extremamente sensível** para as questões alheias, **confio** nas pessoas, mas, também quando deixo de confiar...sou complicada.

{...} eu acho que é mais fácil que uma mulher diga aquilo que sente; logo à partida, ela reage muito **mais com o coração do que com a cabeça**... o homem não.

(E.15)

{...} nestas funções que exerço, tudo é feito com a **máxima radicalidade**,

{...} no sentido da **máxima pureza**, portanto, eu parto para a decisão **abrindo-me** a todos os argumentos, aos contrários e àqueles que mais rejeito, até, em termos de sensibilidade, e aos outros, e com a máxima ingenuidade..."

{...} **a abordagem feminina**, neste tipo de coisas... **é mais emotiva**. É mais emotiva, **mais apaixonada**.

(E.2)

"(...) hoje em dia, eu acho que **sabe bem** entrar num escritório qualquer, de uma empresa qualquer e ver um número igual, ir para uma reunião e **ver mulheres à volta da mesa**, e não digo, propriamente, os homens nas secretárias, (...), mas mulheres à volta da mesa! depois, eu acho que **nós completamos**, um bocadinho, com o nosso bom senso... certas coisas que eles não vêm.

{...} às vezes, sou muito útil aí.

(E.4)

{...}as **mulheres-chefe são mais sensíveis que os homens**, eu penso que sim, aliás, eu atribuo um pouco, também, o êxito da minha carreira ao facto de ser mulher, neste aspecto. Eu acho que as mulheres têm mais capacidade (...), porque as mulheres **não são tão rígidas, tão drásticas e, perante uma situação de impacto ou de confronto, a mulher consegue negociar** e consegue chegar ao objectivo duma maneira menos **agressiva e menos ríspida**, essa **ternura, essa flexibilidade, essa atenção, a sensibilidade...um sentido mais humanístico**, principalmente, **mais flexível**

{...}a **capacidade de esperar**, por exemplo, também é outra característica que eu acho que as mulheres têm e que os homens não têm, essa capacidade de esperar.

(E.8)

{...}a sensibilidade feminina... é muito importante!

{...}nós temos uma sensibilidade... o homem tende a ser simplista.

{...}eu penso que as mulheres **estão muito mal aproveitadas** na nossa sociedade; no dia em que a mulher tiver um papel diferente, e em que tudo puder ser organizado mais na base da mulher, **tudo será mais humanizado!**"

As mulheres assumem-se como “naturalmente” diferentes dos homens, com características que as diferenciam no sentido positivo; frequentemente, assumem uma complementaridade de comportamentos e atitudes, necessárias, porque humanizam os contextos. Sugerem a ideia de que a esfera afectiva (associada à família) não se dissocia das suas subjectividades, levando, inclusive, para a profissão essa componente.

No que diz respeito ao Discurso de Resistência (colectivo), pode-se ler frases do tipo:

(E.14)

“(...) eu sou uma pessoa **muito frontal, muito directa**, e creio que isso me trouxe algumas **solidariedades**, talvez porque ponho alguma força, maior frontalidade na maneira como funciono, de **maior abertura**, de **maior convicção**, portanto, eu acho que as mulheres tentam mais convencer as pessoas do que mandar nelas.(...)acho que uma mulher tende a ser mais **persuasiva**.

{...} se calhar a forma diferente que têm na empresa e em casa, a gente não sabe qual é que ajuda qual, mas, se calhar, isso funciona para que as mulheres sejam, realmente, diferentes nas empresas

{...} acho que as mulheres têm um **espírito muito mais ginasticado, muito mais treinado** para uma quantidade de coisas, para múltiplas coisas e que um homem não tem...

{...} são muito mais **polivalentes** as mulheres, porque têm que gerir realmente um conjunto de coisas, mesmo em termos de planificação de família, não é? de família, de casa, (...) e portanto, acaba por lhes dar essa capacidade, essa flexibilidade.

(E.3)

{...} a gestão familiar, também, não é uma má escola.

{...} normalmente, são **muito duras**, acabam por ser mais duras que os homens, porque **são mais exigentes**, pode ser devido à insegurança que têm, ou pode ser pelo facto de, para terem ascendido onde ascenderam, terem tido que passar muitos obstáculos, tiveram que lutar por muita coisa, e isso endurece-as.

(E.14)

{...} é **ir fazendo, reflectindo, fazendo, reflectindo, fazendo, reflectindo**, porque há muita gente que vai fazendo, não reflecte, e depois (...)

(E.19)

{...}a questão toda está em, por um lado, mudar qualitativamente, mas o grande paradoxo é que você tem que mudar é qualitativamente, mas não consegue mudar qualitativamente se não mudar quantitativamente, está a perceber?...portanto, andamos, aqui, numa espécie de pescadinha de rabo na boca, em que, sem mudar quantitativamente, não pudemos mudar qualitativamente, mas temos a consciência de que não é quantitativamente que vamos mudar nada.

Como se pode analisar, apesar de as mulheres sobrevalorizarem, também, a gestão exercida pelas mulheres, as palavras utilizadas são, frequentemente, de luta, negociação, persuasão, realizar coisas, aprender com as regras masculinas para poder fazer diferente, levar competências adquiridas na gestão doméstica para a vida profissional, enfim, toda uma utilização de experiência de vida, e não atributos como sensibilidade, ternura, humanização, mais características estereotipadas femininas e essencialistas.

Concluindo, e tentando fazer um apanhado de todas as ideias atrás enunciadas, pode-se dizer que, no primeiro, **Discurso Regulador (Essencialista Individualista)**, as mulheres reproduzem um discurso onde mulher e homem são construídos como entidades separadas por essências específicas. Sugerem atribuições fixas de qualidades e essências que não são delimitadas nem contextualizadas, mas gerais e estáticas com respeito ao outro género.

Referem muito obrigações internas, expressões gerais de emoções, atributos essencialmente femininos, uma concentração na acção individual face ao êxito. Defendem a igualdade da mulher e do homem na esfera pública, mas diferenciam-se no plano privado. Utilizam o discurso na primeira pessoa e negam quase sempre a hipótese de terem sido discriminadas. Não assumem discriminação pessoal na profissão, mas referem sempre a sobrecarga de papéis com que têm que lidar. Não questionam explicitamente o significado dessa aparente contradição. Assumem culpas, conflitos e expressão geral de emoções.

Sugerem que a obtenção de cargos com poder depende, essencialmente, dos atributos pessoais, e valorizam a “mulher” como um ser que luta incansavelmente e com muito sofrimento, e sofre frustrações para conseguir abarcar as duas esferas da vida - a pública e a privada, referindo que, com isto, alcançam a completa realização. São ou as super-mulheres, ou as que consideram apenas a escolha de uma esfera. Poderemos dizer que, como o sujeito discursivo não intervém na ordem estabelecida, apenas se limita a copiar algo pré-estabelecido, não se supõe redefinição das categorias homem e mulher.

Sendo um discurso que não critica o discurso dominante, acaba por o reproduzir. Implica, por isso, um posicionamento individualista, centrado em competências e nas “personalidades”. Como assumem que com elas é diferente, logo é possível ser diferente se as pessoas fizerem trabalho individual, não sendo, por isso, necessário mudar a ordem estabelecida. Ao negarem a discriminação, negam as relações de poder, ficando o poder, deste modo, como que mascarado.

Pelo contrário, no **Discurso Resistência (colectivo)**, as mulheres, ao referirem a sua trajectória e as suas opiniões e experiências, falam muitas vezes no plural, têm noção de uma ideologia sobre o género feminino ou da existência de um discurso sobre as mulheres em geral, e mesmo sobre as mulheres naquelas posições. Assumem a existência de discriminação. Referem, muitas vezes, não obrigações internas, mas opções de vida. Sugerem a importância da existência de estratégias, isto é, depois de terem a consciência da discriminação, tentam resistir-lhe. Apontam para soluções. Não escondem algumas ambivalências e contradições, mas, essencialmente, tomam uma posição crítica face à construção tradicional do masculino e do feminino, apontando as vantagens quer de homens, quer de muitas mulheres, para a sua manutenção.

É interessante salientar que, as mulheres que usam o primeiro discurso, utilizam, essencialmente, a primeira pessoa para falarem da sua experiência, mas sem que isso acarrete uma reflexão sobre o estado das coisas e a sua possível transformação. Aquelas que utilizam o segundo discurso, falando muito mais vezes no plural (as mulheres), acabam por referir mais vezes a sua própria experiência pessoal como base para reflexão, crítica e posicionamento transformativo em termos de estratégias, quer individuais, quer de grupo. Neste discurso, as mulheres assumem, muitas vezes, a ruptura entre a dimensão pública e privada (esta das mulheres), constatando contradições, ambiguidades, que referem também como produto de uma situação sócio-histórica e não como resultado de essências particulares, que as ligariam à afectividade e à esfera privada.

Assim, a utilização da experiência pessoal como base de resistência, a manifestação de propósitos de acção e a contextualização dos discursos são frequentes nesta formação discursiva. A identidade discursiva é construída como fruto da diferenciação e polémica do sujeito discursivo relativamente às normas estabelecidas. A experiência constitui a base para resistir ao normativo e permite intervir no mundo. Com o recurso à experiência vivida, os enunciados que suportam as afirmações próprias não apontam para o reconhecimento de um auditório universal, antes pelo contrário, constituem uma afirmação individual destas vivências, que é o fruto da resistência à definição normalizada da subjectividade.

Como mostram propósitos, intencionalidade ou vontade de agir, cujo efeito é desenhar um sujeito discursivo com vontade de intervenção, isto implica que se apresentam como capazes de transformar o próprio mundo em função das suas intenções e desejos, o que as responsabiliza directamente pelas suas acções.

Porque negam as definições normativas e recorrem à sua experiência para um discurso com um carácter mais reflexivo, emitem um discurso que possibilita a transformação social, relativizando os discursos aceites, e sugerindo muitas vezes a redefinição e construção de novas subjectividades, quer masculinas, quer femininas: isto é, sugerem muitas vezes a ideia de uma construção social de sujeito, não baseada no género e não possuindo uma hierarquização. Este discurso implica um posicionamento “em relação”, não individualista. Ao terem consciência da existência de um discurso partilhado pela maioria dos homens e de muitas mulheres, já que é o discurso da ideologia dominante, estas mulheres podem resistir-lhe (ao poder implícito). Ao referirem as suas experiências pessoais, passam muito facilmente para a reflexão sobre a ideologia e o discurso de género tradicionais, para o colocarem em causa.

Tendo em atenção, apenas, os temas da relação com a família e da percepção sobre a liderança, pode-se dizer que, a nível familiar, embora seja claro para todas as mulheres que é difícil a conciliação, as que adoptam o discurso individualista referem muito mais o sofrimento, o complexo de culpa e a dificuldade ou incapacidade de conciliação, enquanto as outras, não deixando obviamente de ter os mesmos problemas, não os referem tão centrados em si (embora possam ter os mesmos sentimentos); referem os problemas na perspectiva da crítica, do que está mal, do que devia mudar. As primeiras não questionam o porquê das suas culpas ou conflitos internos. Nas mulheres que emitem um discurso mais colectivo e de resistência, este é possível, porque têm muita consciência do poder que é exercido sobre elas, e esse conhecimento permite-lhes reflectir, encetar estratégias, pensar criticamente, logo, não se deixar subjugar completamente.

No que diz respeito às percepções sobre a liderança, os discursos apontam para uma diferenciação total no posicionamento, quer de homens, quer de mulheres. No entanto, enquanto as mulheres que utilizam um discurso individualista assumem a sua diferenciação pela positiva, mas apelando para as suas qualidades e atributos de natureza feminina, as mulheres que fazem apelo a um discurso mais colectivo de transformação também referem uma diferenciação muitas vezes positiva, mas apelam para competências adquiridas através da experiência e das negociações que tiveram que ser empreendidas para ultrapassar os problemas, em vez de apelar para qualidades essencialistas e naturalizadoras. A qualidade da

gestão, no discurso das segundas, advém-lhes das estratégias pensadas, reflectidas e utilizadas para ultrapassar a discriminação e os obstáculos, enquanto que a qualidade na gestão, para as primeiras, é o resultado da existência dos atributos ou da sobreposição pura e simples dos papéis, sem colocarem em causa a organização estabelecida.

A interpretação realizada sobre os discursos emitidos e disponíveis tem, obviamente, implicações práticas e políticas. As interpretações apresentadas permitem, por exemplo, discutir a questão das cotas, que tanto debate tem originado.

As duas posições antagónicas mais conhecidas podem, ambas, ser perigosas para a plena igualdade. Por um lado, as pessoas que advogam a necessidade de cotas, justificando a necessidade de mais mulheres em lugares de poder, pelo facto de estas levarem um valor acrescentado a esse poder, no sentido de uma maior humanização, sensibilidade para outros problemas etc, acabam por reificar a associação de mulher a um conjunto de traços e características universais definidoras da feminilidade. Por outro lado, os que rejeitam as cotas, assumem que estas se traduziriam numa discriminação positiva, um assumir da incapacidade das mulheres de aceder por moto próprio, e mérito próprio, a lugares de poder.

No que diz respeito à última opinião, as mulheres entrevistadas invariavelmente referiam a desigualdade no acesso ao poder, já que tinham de trabalhar mais e ser muito melhores que os seus pares, para serem consideradas iguais. Face a isto, o acesso das mulheres pelo mérito é de imediato colocado em questão, já que o nível de mérito é desigual.

No que diz respeito ao primeiro argumento - a existência de uma mais-valia feminina, esta posição implica aceitar a existência de características definidoras do grupo mulher, de forma universal e, ao mesmo tempo, esquece a assimetria simbólica associada ao género. Isto é, as características ditas de femininas não são valorizadas igualmente e, desta maneira, assumi-las como uma mais-valia é apenas um mero efeito de retórica, que logo ruirá, aquando do exercício do poder.

Tendo estas considerações em mente, a posição que aqui se assume, é similar àquela emitida por uma das entrevistadas, isto é, o mero aumento do número de mulheres em lugares de poder, se não for acompanhado de uma reflexão, debate e partilhar de experiências entre diferentes grupos de mulheres, apenas servirá para aumentar o número de mulheres no “clube”, sem alterar a ordem estabelecida e, por isso, não permitindo qualquer mudança social.

Referências

- Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- Apfelbaum E. (1995). Quand le pouvoir vient aux femmes. In L. Amâncio & C. Nogueira (Eds.), *Gender, Management and Science*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Apfelbaum, E. (1993). Norwegian and French women in high leadership positions. The importance of cultural contexts upon gendered relations. *Psychology of women quarterly*, 17, 409-429.
- Bell, E. L. & Nkomo, S. M. (1992). Re-Visioning Women Managers Lives. In A. J. Mills & P. Tancred (Eds.), *Gendering Organizational Analysis*. London: Sage.
- Davidson, M. J. & Cooper, C. L. (1984). She needs a wife: Problems of women managers. *Leadership and Organization Development Journal*, Vol 5(3) 3-30.
- Davidson, M. J. & Cooper, G. L. (1986). Executive women under pressure. Special Issue: Occupational and life stress and the family. *International Review of Applied Psychology*, Jul Vol 35(3) 301-326.
- Davidson, M. J., & Cooper, C. L. (1992). *Shattering the glass ceiling-the woman manager*. London: Paul Chapman Publishing, Ltd.
- Iñiguez, L & Antaki, C. (1994). El analisis del discurso en psicologia social. *Boletín de psicología*, 44, Septiembre, 57-75.

- Llombart, M. (1993). Mujer, relaciones de género y discurso- *Revista de Psicología Social*, 8 (2), 201-215.
- Lombart, M. (1995). Discurso, orden social y relaciones de poder: una propuesta y su ejemplificación en el discurso sobre la maternidad. *Revista de psicología Social aplicada*, 5, nº1/2, 165-184.
- Marshall, J. (1984). *Women managers-travellers in a male world*. Chichester: John Wiley & Sons.
- Metcalfe, A. B. & West M. A. (1991). Women managers. In J. Firth-Cozens & M. A. West (Eds.), *Women at work*. Buckingham: Open University Press.
- Nogueira, C. (1995). Gender representations and perceptions of managerial success. In L. Amâncio & C. Nogueira (Eds.), *Gender Management and Science*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Nogueira, C. (1997). *Um Novo Olhar sobre as relações Sociais de Género. Perspectiva feminista crítica na Psicologia social*. Dissertação de Doutoramento. Braga: universidade do Minho
- Nogueira, C., Paúl, C. & Amâncio, L. (1995). Women in management in Portugal: a demographic overview. In L. Amâncio & C. Nogueira (Eds.), *Gender Management and Science*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Pallarés, S. (1993). *La Mujer en la Direccion*. Tesis de Doutorado . Barcelona: Universidade Autònoma.
- Parker, I. (1989). Discourse and power. In J. Shotter & K. J. Gergen (Eds.), *Texts of Identity*. London: Sage.

L'instrumentalisation des ONG et le Mouvement Féministe : Les ONG-femmes et les conférences du Caire et de Pékin

Judith Manyá¹

Tout d'abord, je souhaite préciser la nature de ma participation à ce séminaire de l'UMAR. Apparaissant sur le programme comme universitaire, je tiens à dire que c'est mon appartenance au groupe de préparation de ce séminaire et non mon appartenance au secteur académique qui m'amène à intervenir ici.

Bref, bien que étudiante en Histoire (sur un sujet éloigné de la problématique féministe) et étrangère à la réalité du mouvement féministe portugais (même si je réside à Lisbonne depuis deux ans et demi), j'ai décidé de faire une intervention en tant que *militante* sur les débats engendrés par la participation des ONG intervenant sur la question des femmes aux conférences du Caire et de Pékin.

Mon idée est de tenter d'aborder, plus que la question de l'institutionnalisation du mouvement féministe, celle de l'instrumentalisation par les pouvoirs publics des ONG et associations de femmes. Celles-ci sont les représentantes d'une société civile toujours aussi difficile à définir. En effet, qui fait partie de cette société là, les individus ou les associations ou bien encore les deux ? Comment nommer les associations qui apportent leur soutien à l'Etat? Comment appeler les mécanismes de survie qui n'apparaissent pas organisés de façon cohérente en opposition à l'Etat ? Une foule de questions qui complique la classification éventuelle des différentes expressions de la dite société et, par là même, les différentes

¹ Investigadora, activista feminista no Movimento pelo Planeamento Familiar em França.

tendances du mouvement féministe (MF). Cependant, Les ONG travaillant en direction des femmes (que nous nommerons, pour simplifier, ONG femmes) ont, ces dernières années, joué un rôle extrêmement visible lors de leur présence à certaines des grandes conférences organisées par l'ONU, et ouvert le débat à l'intérieur du MF sur la nature ou les besoins de cette participation. Je décidai, par conséquent, sans chercher à définir qui représente qui, de parler des ONG femmes et de poser la question de leur possible instrumentalisation, ainsi que les remous que celle-ci pourrait provoquer dans le MF.

Ces ONG spécifiques présentent au moins deux identités (sachant que tout individu en possède de multiples). Elles peuvent certes appartenir au MF, mais aussi à la communauté des ONG dans leur ensemble. Aussi, même si cela vous semble éloigné du sujet, je crois qu'il est plus que nécessaire, dans une première partie, de retracer l'évolution des ONG, dans leur rapport à l'Etat ou à l'ONU, dans leur ensemble, pour mieux cerner celle des ONG femmes.

Chapitre I : la communauté des ONG, vers l'instrumentalisation.

Nous pouvons diviser les ONG en trois grands groupes, qui correspondent, au départ, à trois générations distinctes. Cependant, l'évolution de certaines ONG a favorisé l'émergence d'une nouvelle génération et même si nous pouvons facilement repérer actuellement une tendance commune à la majorité des ONG, certaines d'entre elles continuant à fonctionner à partir de leur principes initiaux, il coexiste de fait trois groupes d'ONG, issues des différentes générations.

1-1 : *La naissance de la première génération* d'ONG correspond à la création de la Croix Rouge par Henry Dunant, qui, lors de la bataille de Solferino, se scandalisa de voir les soldats blessés laissés sans soin. Cette idée se concrétisa, en 1864, avec l'adoption de la première convention de Genève et la création des sociétés nationales de la Croix Rouge, prêtes à être les auxiliaires des services sanitaires des armées. Le but premier était donc de rendre "moins inhumains" les conflits existants. Cette ONG se pose en intermédiaire neutre, et agit au profit des victimes des conflits armés et autres situations politiques "délicates". Aujourd'hui, pour Gustave Massiah, son action se résumerait à "intervenir dans l'immédiat et dans l'urgence, conserver l'autonomie par rapport aux belligérants, réaffirmer les principes et les valeurs de référence, inscrire les avancées dans le droit international, faire appel à l'opinion publique pour faire ratifier les conventions par les États"⁷⁰. D'autres ONG sont apparus avec ces mêmes principes de neutralité (comme Amnesty International) et constituent ce premier groupe. La critique la plus souvent formulée à leur encontre fait référence à leur silence, synonyme, pour beaucoup d'entre elles, de neutralité. Celui de la Croix Rouge pendant la deuxième guerre mondiale a accru indubitablement la méfiance d'un secteur de la société civile vis-à-vis de ce type d'organismes. En effet, être autonome par rapport aux parties en conflits ne se confond pas nécessairement avec l'absence d'un discours public sur l'analyse de la situation politique, économique et sociale des pays bénéficiant de leur aide, ou sur la dénonciation des exactions commises par certains gouvernements, guérillas et autres. De plus, beaucoup de ces ONG sont à associer à des interventions dites humanitaires (Ethiopie, Somalie...), dont la caractéristique première est de répondre dans l'immédiateté. La multiplication de ce type d'interventions permet la légitimation de l'idéologie de l'urgence. Celle-ci s'avère très inquiétante, car elle reste à ce stade de colmatage des failles d'un système et ne resitue pas les crises affrontées dans le contexte géopolitique mondial. Elle cure les symptômes et non pas les causes.

⁷⁰ MASSIAH Gustave, *la troisième génération de l'humanitaire et la dictature de l'urgence*, in *les Autres Voix de la planète*, n°7, mai 1996.

1-2 : *La deuxième génération* des ONG s'affirme dans les années 1970 (à partir de la guerre du Biafra pour les humanitaires) en opposition à la première, posant que silence est synonyme de complicité. Ce groupe marque une méfiance certaine face aux pouvoirs quels qu'ils soient, conduisant par essence à la corruption et à l'inefficacité. Certaines prennent alors fait et cause pour le tiers-monde en lutte (indépendances, appel de Bandung 1955, création du groupe des 77 à l'ONU, etc.). Elles sont taxées de gauchisme et les États impérialistes les considèrent comme des obstacles à la construction des nouveaux rapports post-coloniaux. Après, les droits de l'humain étant considérés comme une bonne arme contre l'ex-URSS, le développement et la coopération comme un moyen de rétablir le contact avec les anciennes colonies, ces ONG voient leurs financements augmentés parce qu'elles défendent des principes réutilisables par les États. En outre, comme elles focalisent peu à peu leur méfiance sur les nouveaux États du tiers-monde, par nature, selon elles, corrompus et dictatoriaux, l'alliance ONG-États occidentaux n'en est que plus facile. Par exemple, Médecins Sans Frontières, à la tête de la lutte contre la famine en Éthiopie, a conclu que, aider ce pays, revenait à aider Mengistu et le communisme international. Aussi, en 1985, cette ONG décréta qu'il valait mieux apporter l'aide alimentaire aux "guérilleros", dénonça la politique du colonel et fut expulsée d'Éthiopie. "Or, l'aide humanitaire a ses règles, notamment, celle de ne pas sélectionner les bénéficiaires en fonction de leur sexe, race, religion, couleur politique ou valeur stratégique"⁷¹. De plus, l'évolution de ces ONG humanitaires permet alors aux États occidentaux de légitimer des interventions au nom du devoir d'ingérence humanitaire. L'exemple illustrant le plus cette évolution, outre le cynisme que nous pouvons y voir, est donné par l'appellation désignant l'intervention en Somalie des troupes nord-américaines: "la guerre humanitaire". Les ONG de la première génération souhaitaient limiter la puissance des militaires, la deuxième, d'une certaine manière, réintroduit l'armée (des pays du "Nord", donc, des anciennes puissances colonisatrices).

1-3 : *La troisième génération*, correspondant à l'évolution de certains secteurs de la deuxième. Dès le début, par exemple, la volonté de rompre le silence des ONG "tiers-mondistes" se traduit par la multiplication de l'information. Elles plongèrent rapidement alors dans le piège du médiatique avec ses images-spectacles, préparant le terrain à l'apparition de la troisième génération, qui base souvent ses campagnes sur des affiches "publicitaires" très racoleuses et au goût douteux, comme celle de la Fondation Mérieux, qui affirmait "Nous aurions voulu vous montrer un enfant rwandais, nous n'en avons pas trouvé, ils sont tous morts". Bref, au nom de l'efficacité, quelle soit dans l'urgence mais aussi dans le durable, elle laisse quelque peu son éthique et sa morale de côté. Le succès de ses projets dépend des coûts engagés et elle s'évertue alors dans la logistique et l'affairisme. "Au départ, c'est l'ONG qui proposait l'action et l'État qui disposait de fonds publics [...]. Aujourd'hui, on assiste à une nouvelle étape. L'État bailleur de fonds, acculé aux économies [...] entend reprendre les rennes de l'usage de "son" argent. [...] "Fini le saupoudrage" [...] ne travaillera plus qu'avec les "grandes ONG", des gens compétents, professionnels, [...] fini les amateurs"⁷². Au nom du contrôle de ses finances (l'argent de l'État étant celui du contribuable), l'État financera les projets où il existe un intérêt croisé entre ONG (humanitaire) et lui-même (commerce extérieur). Pour l'État, qui exige un apport financier de l'ONG (trouvé dans le public) et qui s'entoure à l'occasion d'"experts" peu chers, l'affaire est rentable. La Banque Mondiale profite bien de cette nouvelle donnée et fait réaliser aux ONG une partie de ses propres programmes. La politique du gouvernement nord-américain a induit en grande partie cette évolution. En effet, ne désirant plus financer les gros organismes, trop coûteux selon lui, toutes les institutions onusiennes ont connu des coupes drastiques dans leur budget. Par exemple, La FAO, pour la première fois en 1996, a vu son budget biennal diminué avec 650

⁷¹ CONDAMINES Charles, *Les dérives de la campagne contre l'aide en Éthiopie, de l'antimarxisme à la sélection des victimes*, *le Monde diplomatique*, janvier 1987, p.16.

⁷² GALAND Pierre, *Les ONG victimes de leur(s) succès...*, in *Silence*, décembre 1996.

millions de dollars octroyés, alors que son président, Jacques Diouf, avait demandé 730 millions de dollars. “Dans cette bataille, qui a pour enjeu le remplacement, partout où c'est possible, des organisations internationales “étatiques“ par le secteur privé ou les ONG, Washington a reçu le soutien de l'Allemagne et de la Grande-Bretagne et du Japon⁷³. Les ONG deviennent des instruments de travail des institutions gouvernementales et internationales et sont soumises aux “conditionnalités de l'aide“, c'est-à-dire, qu'on les utilise selon les cas et qu'on y pose des conditions. Le danger existe alors “de voir des ONG servir de simples sous-agences ou d'agents d'exécution de leur gouvernement ou des agences des nations unies“⁷⁴.

1-4 : *Les termes du débat*. C'est à partir de ce rapide tour d'horizon, que beaucoup de représentants de ces organisations parlent d'instrumentalisation des ONG. Il est toutefois évident que le poids de la “conditionnalité de l'aide“ crée une séparation entre petites ONG, dont les lieux et les choix d'interventions n'intéressent pas les pouvoirs publics et qui fonctionne sans surprise avec des budgets serrés et grandes ONG “professionnels“ courant aux financements. Est-ce pour autant que les premières ne sont pas instrumentalisées de la même manière? Je ne crois pas. Toutefois, le nouveau jeu de la coopération et du développement ou, encore, de l'humanitaire de l'urgence amène toutes les ONG, quelques soient leurs actions, à naviguer dans ces rouages du pouvoir. Leur financement est tributaire de “l'intérêt“ de leur projet. Cette course aux moyens, que ce soit auprès des institutions publiques locales, nationales ou internationales ou, encore, auprès du secteur privé les rendent dépendantes de leur bailleur de fonds. Elles sont pour cela instrumentalisées à leur degré. Cependant, “il est important d'éviter une opposition moraliste entre financement et autonomie. [... il faut] discuter et impulser des nouvelles pratiques et des nouvelles alternatives de financement“⁷⁵. De plus en plus de petites ONG cherchent à s'auto-financer, les bénéficiaires produits par certaines actions servant de fonds pour la réalisation de nouveaux projets.

Nous pouvons faire aussi un autre constat quant à la réalité des ONG aujourd'hui. De plus en plus dans les conférences internationales, l'opposition entre ONG du Sud et ONG du Nord (pour reprendre d'autres terminologies pas nécessairement dépassées: pays industrialisés et pays en voie de développement ou, encore, puissances impérialistes et pays du tiers-Monde) fait jour, au point de bloquer le dialogue inter-ONG. Par exemple, à la conférence de Vienne sur les droits de l'Homme (sic) de 1993, la question de la conditionnalité démocratique (c'est-à-dire: accepter d'aider les pays faisant preuve d'évolution vers l'instauration d'une démocratie de type occidental et de marché) a fait réagir les ONG du sud. “La rejetant en bloc, parce qu'elles y voient une nouvelle forme d'ingérence, les ONG du sud rejoignent la position des gouvernements de leurs pays, auxquels pourtant elles s'opposent le plus souvent [...]. Il faut y voir une invitation aux ONG du Nord à reconsidérer leur rôle à l'égard des pouvoirs publics (“faire valoir“ ou réel contrepoids?) et la réalité des relations de partenariat tissée avec le Sud (y a-t-il un véritable dialogue?)“⁷⁶. Il nous faut relever ces problèmes pour analyser ce qui c'est passé à la conférence du Caire, par exemple, même si, à Vienne, d'un côté plus positif, la participation des ONG a permis d'aboutir à un texte final où, sans elles, certains acquis n'auraient pas été maintenus, et même si le forum continue de constituer un lieu d'apprentissage d'une approche globale : pour celles tournées vers l'extérieur, souvent les européennes, à appréhender la réalité de leur propre pays, et pour celles se concentrant sur leur situation nationale à aborder certains problèmes de fond.

⁷³ VERNET Henri, *La FAO à la diète*, in *Jeune Afrique*, n° 1832, 14-20 février 1996, pp : 53-55.

⁷⁴ GALAND Pierre, op. cit.

⁷⁵ VARGAS Virginia, *Qué si que no, el encuentro ... se encontro ? 1996 : una odisea feminista*, in *revista Cotidiano Mujer*, Colectivo editorial Mujer, n° 23, especial, 1996, p.3.

⁷⁶ POULIGNY Béatrice, *la conférence de Vienne sur les droits de l'Homme, difficile et utile apprentissage pour les ONG*, in *le Monde diplomatique*, août 1993, p. 5.

Si j'ai détaillé longuement les débats et les évolutions des ONG, c'est parce que les ONG femmes sont confrontées à la même réalité que la communauté des ONG. Les questionnements surgis au lendemain des conférences du Caire et de Pékin, voire durant leur préparation, ne sont pas propres aux MF mais bien à l'appartenance des ONG femmes aux nouvelles règles du jeu posées par les institutions. Il semble alors important, d'une part, de préciser maintenant les différents arguments apparus lors de la participation d'un courant du MF aux conférences onusiennes, d'autre part, de voir s'il est possible de dégager des garde-fous, pour que ce MF ne devienne pas instrumentalisé dans son ensemble et, enfin, s'il existe, au delà de cette instrumentalisation, une unité possible du MF.

Chapitre II : L'antagonisme ONG femmes / Mouvement féministe, une contradiction apparente à déconstruire ?

Nous pouvons avancer que une partie significative du MF a donné donc origine aux ONG femmes voire à des institutions féministes. Cette évolution est très positive en terme de visibilité. Le débat sur l'oppression spécifique des femmes a fait son apparition sur la scène publique par le développement des actions et mouvements autonomes de femmes. Avec la création d'institutions spécifiques, la problématique féministe occupe un espace totalement vide jusqu'à lors et permet d'utiliser aussi les moyens propres à ce genre de structure (présentation de projet de lois, campagnes de prévention médiatiques etc...). L'apparition des ONG femmes a tendanciellement "modifié une relation historiquement inégale, de par la différence du pouvoir de décision, entre les agences [institutions] et les ONG"⁷⁷. Cependant, comme nous l'avons noté dans le chapitre un, l'évolution des ONG pose aujourd'hui la question de l'instrumentalisation des ONG par ces mêmes institutions. Ceci constitue un des reproches qui a été fait aux ONG femmes lors de la conférence du Caire par une partie du MF.

2-1 : *La conférence du Caire*. La conférence internationale sur la population et le développement, réalisée au Caire du 5 au 13 septembre 1994, a soulevé de nombreux débats dans le MF, représenté à l'occasion par de nombreuses ONG femmes. Organisées depuis 1954 tous les dix ans, la conférence du Caire avait pour objectif de parvenir à un consensus international pour un "programme d'action" sur 20 ans, qui devait limiter la population mondiale à 7,27 milliard d'humains en 2015 et à 7,8 milliards en 2050. 182 pays étaient représentés. Les buts posés par le texte amenèrent à parler de la mise en œuvre d'une planification familiale laissée aux choix "des couples et des individus", des récompenses et sanctions existants dans de nombreux pays etc.... La question des infrastructures sanitaires était évoquée et le document prônait l'égalité des sexes, la fin de toute forme de discrimination à l'encontre des femmes et leur accès à une décision "libre et responsable" quant au nombre d'enfants qu'elles souhaitent. La question de l'avortement a alors été un des points les plus controversés; le Vatican, ainsi que certains pays islamistes (outre l'Arabie Saoudite, le Soudan, le Liban et l'Irak, qui boycottèrent la conférence), n'entérinèrent pas les chapitres 7 et 8 du texte final. Cette opposition religieuse influença 10 pays (surtout latino-américains), qui émirent alors des réserves, relevant comme problématiques les termes : "droits en matière de procréation" ou "diverses formes de familles" ou "santé sexuelle et de la procréation"⁷⁸. Dans ce contexte, la question de l'avortement devint l'enjeu pour les ONG femmes.

Plusieurs remarques surgissent alors. Tout d'abord, d'un point de vue général, on peut formuler une critique à l'égard de la Banque mondiale, qui, quelques jours avant la conférence, dans le rapport présenté par Armeane Choksi (vice présidente), se prononçait

⁷⁷ VARGAS V., *op. cit.*, p.3.

⁷⁸ Termes cités par BUCCIANI Alexandre et HERZLICH Guy in : *la conférence du Caire a pris fin sur un relatif consensus*, *le Monde*, 15 septembre 1994, p.18.

pour “une amélioration du statut de la femme“ et se préoccupait des flux migratoires connus dans les pays en développement. La maîtrise de la population devenait aussi une des priorités de la BM, comme si, d'ailleurs, accroissement de la pauvreté et surpopulation étaient naturellement liés (la baisse démographique n'étant pas synonyme de croissance économique). Or, les PAS (programme d'ajustement structurel), préconisés par la BM et le FMI, induisent des coupes vastes dans les programmes sociaux. Le document de la conférence du Caire “demande aux bailleurs de fonds de réserver au moins 20% de leur aide aux programmes sociaux. [Or], les pays donateurs (Union européenne, Etats-Unis et Japon, notamment) hésitent à s'engager sur ces objectifs chiffrés“⁷⁹. Il existe, par conséquent, une contradiction apparente entre politique économique et planning familial de la BM. Cependant, son engagement montre que contrôler l'accroissement de la population était l'objectif non pas des ONG mais des institutions internationales et des gouvernements des puissances occidentales. De plus, la volonté de l'OMS de lutter contre l'expansion du SIDA, qui commence, au moins en Afrique, à toucher plus les femmes que les hommes, a contribué à définir les priorités de la conférence. Ceci pour dire que l'on peut demander à quel point les ONG femmes n'ont pas servi de caution à l'adoption d'un tel document ou, du moins, ont été utilisées par les institutions internationales pour, face aux réticences de certains pays, légitimer les choix de l'ONU.

De plus, pour les femmes du tiers monde, certains aspects, comme l'usage de moyens coercitifs pour appliquer les programmes de population ou, encore, l'introduction de méthodes contraceptives à risques, ont été oubliés. De même, ont été laissés de côté les paragraphes les plus spécifiques sur le droit au développement, sur les ressources et l'environnement, le handicap de la dette, l'échange inégal, etc...Ce qui fait dire à deux femmes d'Inde que, “quand le choix est réduit au seul choix contraceptifs et quand d'autres aspects de la vie, qui influencent le comportement reproductif, sont niés ou ignorés, la porte est ouverte pour une réaction religieuse fondamentaliste visant la “protection“ de la vie et de la société“⁸⁰. Il faut aussi se demander si les féministes occidentales n'ont pas légitimé, par leur combat à la conférence, les politiques du FMI et de la BM, puisque l'acceptation par les pays pauvres du programme sur la population devient alors une autre condition pour avoir accès aux programmes de développement. Nous pouvons nous demander encore si l'attention exclusive sur les “droits sexuels et reproducteurs“ n'a pas donné une image d'irresponsabilité sociale aux femmes du tiers monde, alors même que le pourcentage de femmes travailleuses a largement augmenté, toujours selon ces mêmes deux femmes. Pour elles, “en ignorant les structures économiques globales et le poids des mécanismes d'ajustement structurel sur les peuples du tiers monde, spécialement les femmes, les gouvernements et les ONG du Nord ont escamoté les problèmes réels auxquels les femmes sont confrontées“⁸¹. De même, au delà de ce clivage, “le Caire: une victoire des femmes occidentales/et une arme contre celles du tiers monde“, il reste à savoir jusqu'à quel point les féministes occidentales ne se sont pas trompées de bataille en s'engageant contre l'Eglise. Elles ont pris fait et cause pour un autre type d'oppression: l'imposition par les institutions internationales, qui les ont indubitablement instrumentalisées, d'objectifs démographiques inscrits dans une politique économique spécifique.

2-2 : *La conférence de Pékin*. C'était la 4^{ème} conférence des nations unies sur les femmes - “égalité - développement - paix“. Elle s'est tenu du 4 au 15 septembre 1995. 181 Etats étaient présents, ainsi que des ONG comme observatrices. L'objectif principal était d'accomplir “les stratégies pour le progrès des femmes jusque en l'an 2000“, adoptées lors de la 3^{ème} conférence de Nairobi en 1985. Simultanément, ou presque, du 30 août au 8 septembre, c'est réalisé le forum des ONG à Huairou. Les questions qui émergèrent dans le MF, en

⁷⁹ BARI Dominique, *les rapports Nord-Sud sur la sellette*, in *l'Humanité*, 7 septembre.

⁸⁰ SHIVA Vandana et SHIVA Mira, *femmes du tiers monde, victimes*, in *Rouge*, n°1613, 24 novembre 1994, p.10.

⁸¹ Ibidem.

France, par exemple, pendant la préparation de la conférence, pourraient se poser pour n'importe quelles rencontres organisées par l'ONU. En premier lieu, devait on y participer, alors qu'elle se déroulait dans un pays où les droits des humains et des femmes en particulier par les politiques de planning familial sont loin d'être respectés, où certaines déléguées ne n'avaient pas le droit de rentrer en Chine, où les tibétaines et taiwanaises étaient exclues, etc...? En second lieu, on a parlé du forum comme moyen de pression sur la conférence, cependant, quel consensus peut sortir de ce type de rencontre, quand la place des Etats sur la scène internationale détermine les possibilités de négociations, et quelle utilisation les gouvernements peuvent faire de la participation des ONG comme légitimation de leur propre calendrier politique ? Certes, le débat était le même pour la conférence du Caire (quant au non respect des droits des femmes) et dépasse largement le MF. Toujours est-il que ces questions ont contribué au refus (voté au congrès du printemps 1995) du Mouvement français pour le Planning Familial de participer à la conférence.

En ce qui concerne directement le MF, il faudrait plutôt s'interroger sur l'évolution du MF, qui apparaissait auparavant comme une force de subversion sociale et de changement radical et qui s'est montré, là, un groupe de pression défendant ses propres intérêts. Que le "secteur ONG" existe, ne constitue pas en soi le problème, mais que ce soit lui qui apparaisse en premier lieu est plus dérangeant. Une des participantes à Pékin constate d'ailleurs: "il a manqué une plus grande pression des collectifs féministes et de femmes en général pour que certains thèmes (violences sur les femmes, lesbianisme...) fassent partie du langage quotidien des gouvernements, collectifs internationaux, ONG et organisations multinationales sur le développement au niveau mondial". Bref, la question de la représentation faisant partie du jeu "démocratique", ne questionne plus, par contre, l'équilibre entre, d'une part, cette participation démocratique et, d'autre part, l'efficacité en termes de changement social se pose.

2-3 : *Les différents secteurs du MF*. On pourrait distinguer quatre niveaux dans le MF avec des formes de visibilité différentes :

- le secteur académique.
- les institutions tentant de garantir la bonne application des droits acquis juridiquement et d'en inscrire d'autres dans les lois.
- les associations et ONG privilégiant "l'entraide" et faisant pression sur les institutions.
- les femmes et groupes de femmes militantes travaillant plus sur des questions identitaires et sur la revendication de droits fondamentaux (comme le cas des violences cité plus haut). Ceux-ci faisant pression sur les ONG.

Je ne crois pas que un secteur soit, en théorie, plus important qu'un autre. Cependant, je pense que chacun doit avoir une réflexion sur lui même, séparément puis avec l'ensemble du MF, pour déceler ses failles et ainsi mieux s'articuler dans le MF. L'instrumentalisation croissante des ONG de femmes constitue en cela un thème important à développer. Il ne faut pas avoir honte de recevoir des financements et de collaborer avec les institutions, il faut, au contraire, avoir le débat pour chercher à garantir l'autonomie des ONG et, par conséquent, celle du MF. Je crois, surtout, que l'unité n'est possible qu'à la condition que les quatre secteurs s'équilibrent. Or, ces dernières années, le MF ayant pu accéder aux deux vecteurs "institutions et ONG", on constate un déplacement des militantes des groupes de femmes vers ceux-ci. Les groupes "de base" semblent alors à reconstruire.

Il est évident que l'état du MF est lié à la réalité de chaque pays. Si les années 1970 ont connu le développement de groupes autonomes de femmes, la question de l'institutionnalisation se pose aujourd'hui. Quand les groupes féministes étaient constitués de femmes, dans leur grande majorité, déjà militantes de partis ou syndicats et qui n'avaient pas réussi à faire une rupture effective avec leurs organisations politiques, le risque de disparition

des groupes de femmes “de base“ est d'autant plus grand. En effet, l'engagement de femmes n'appartenant pas au “circuit politique“, n'entraîne pas nécessairement la création d'un mouvement autonome, mais en garantit le fonctionnement quand celui-ci existe. S'il n'existe pas de large mouvement autonome, le déplacement des militantes vers les ONG et les institutions ne sera pas nécessairement compensé par l'arrivée de nouvelles femmes dans les associations initiales et la survivance du secteur “groupes de femmes“ comme composante du MF semble alors beaucoup plus compromise. Or, l'absence de ce quatrième élément militant prive le MF d'un type de pressions primordiales pour l'évolution des droits des femmes et pour sa non institutionnalisation du MF.

i
ii
iii
iv
v
vi
vii
viii
ix
x
xi
xii
xiii
xiv